**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

Marcus Góes

CIDADANIA, BOLA E MACARRÃO

Um estudo de psicologia a partir do relato de dois moradores
do Jardim Ângela

**São Paulo
2010**

Marcus Góes

CIDADANIA, BOLA E MACARRÃO

Um estudo de psicologia a partir do relato de dois moradores
do Jardim Ângela

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em Psicologia
Social

Área de concentração: Psicologia Social/
Instituto de Psicologia da USP
Orientador: José Moura Gonçalves Filho

São Paulo
2010

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Góes, Marcus.

Cidadania, Bola e Macarrão: um estudo de psicologia a partir do relato de dois moradores do Jardim Ângela/ Marcus Góes; orientador José Moura Gonçalves Filho -- São Paulo, 2010.

142 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Atitudes 2. Participação 3. Espaço público
4. Poder 5. Cidadania I. Título.

BF378.
A75

FOLHA DE APROVAÇÃO

Marcus Góes

Cidadania, Bola e Macarrão: um
estudo de psicologia a partir do
relato de dois moradores do Jardim
Ângela

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre.
Área de concentração: Psicologia Social

Aprovado em:

Banca examinadora

Profa. Dra. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Profa. Dra. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Profa. Dra. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Dedicado ao Bola, Macarrão e Antão

AGRADECIMENTOS

Ao Bola, Macarrão e Antão pela disposição em conversar comigo sobre suas ações e ler o que eu escrevia. Ao Gordo, que também me relatou uma de suas ações. A todos os moradores do Jardim Ângela com quem tive contato nos últimos anos.

Ao Ricardo Mello e ao Márcio Bhering, colegas de trabalho com quem compartilhei e vivi grande parte das inquietações que deram origem a essa pesquisa. À Carolina Ricardo, Carolina Imura, Denis Mizne, Ligia Rechenberg, Luciana Guimarães, Melina Risso, Osmar Araujo e todas as pessoas do Instituto Sou da Paz, pela companhia em ações, reflexões e aprendizados. E também ao Fábio Silvestre, M. de Lourdes T. Teixeira e Raul Araujo que me ajudaram a superar os desafios do trabalho de coordenação.

Ao Antônio Hermes de Sousa, quem primeiro me levou para conhecer as profundezas dos presídios, do crime, da periferia, da pobreza e também as intensidades da ação e da fé. À Bruna Elage, pela parceria viva e tranqüila em novo campo de trabalho.

A todos que, durante a pesquisa, leram o que escrevia e me forneceram importantes retornos: Adriana Canepa, Carolina Ricardo, Daniel Alencar, Fabiana Zayat, Fernanda Borges, Isa Rotberg, Juliana Di Thomazo, Lola Cuperman, Luciana Venezian, Marcelo Gabriades, Marília Ortiz, Marília

Zylberstajn, Márcio Bhering, Martina Rillo Otero, Milton Fiks, Ricardo Mello, Rita Palmeira, Rodrigo Veinert e Rogério Silva, Thiago T. Rocha. À Martina R.. Otero que me indicou e emprestou tantas leituras.

À Fabiana Jardim, revisora generosa, acolhedora e tranquilizadora.

Ao Zeca, que me recebeu na USP, me orientou e vem me ensinando muito. À Cristina Vicentin e à Flávia Schiling, por aceitarem o convite para compor a banca e por tudo que me disseram no exame de qualificação.

À Adriana Canepa, Rodrigo Veinert, Daniel Alencar e José W. Turna por estarem comigo.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram, e irmãos, sempre cuidadosos.

RESUMO

GÓES, Marcus. *Cidadania, Bola e Macarrão: um estudo de psicologia a partir do relato de dois moradores do Jardim Ângela*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo

Esta pesquisa tem por objetivo levantar elementos sobre as ações de Bola e Macarrão, dois rapazes em torno de seus 30 anos de idade e moradores do Jardim Ângela, distrito localizado na zona sul da cidade de São Paulo, numa região fortemente marcada pela pobreza. Para isso são reunidos relatos de suas ações e das relações que constituem com diferentes grupos sociais, com destaque para os policiais, funcionários do Estado e outros moradores do bairro. Reconstituímos também sua trajetória enquanto agentes e a fundação da ‘A Banca’, uma organização por meio da qual procuram conciliar ação cultural e trabalho. Por fim, conduzimos esta investigação em busca da relação das ações de Bola e Macarrão com a história das ações ocorridas na região onde atuam, com o movimento *hip-hop* e as ONGs. Este processo teve como método um trabalho com a memória em que por meios narrativos, pretendeu-se alcançar lembranças de ações testemunhadas ou relatadas ao pesquisador e lembranças do modo como foram preparadas, percebidas e conduzidas pelos dois sujeitos desta pesquisa.

Palavras-chave: 1. Atitudes 2. Participação 3. Espaço público
4. Poder 5. Cidadania

ABSTRACT

GÓES, Marcus. *Citizenship, Bola and Macarrão: a psychological study based on accounts from two Jardim Ângela's dwellers* 2010. Dissertation (Master's degree) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo

The objective of this research is to raise elements to understand the actions of Bola and Macarrão, two residents of Jardim Ângela, a district located in the southern city of São Paulo, a region heavily dominated by poverty. For this, we gathered narratives of their actions and the relations they have established with different social groups, especially the police, government officials and other residents of the neighborhood. We also reconstitute its history as agents and the foundation of 'A Banca', an organization by means of which they search to conciliate cultural action and work. Finally, we conducted this investigation to search the relationship between Bola and Macarrão's actions with the history of actions occurred in the region where they operate, with the hip-hop movement and NGOs. The method used in this process was a work with the memory in which by narratives we intended to achieve memories of actions witnessed or reported to the researcher and memories of how they were prepared, noticed and conducted by Bola and Macarrão.

Keywords: 1. Attitudes 2. Participation 3. Public Space
4. Power 5. Citizenship

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	17
CAPÍTULO 2 – O CELULAR ROUBADO: no insólito da ação	23
CAPÍTULO 3 – A BATIDA POLICIAL: resistência contra a coisificação	33
CAPÍTULO 4 – TEM QUE TROCAR MUITA IDEIA E TEM QUE TROCAR IDEIA COM TODO MUNDO: elementos e condições para uma proximidade pública	47
CAPÍTULO 5 – É TUDO MUITO ESQUISITO: sobre a relação com o Estado	66
CAPÍTULO 6 – A BANCA: entre arte, luta e renda	87
CAPÍTULO 7 – NÃO ME LEMBRO DE NENHUMA LUTA AQUI: sobre relações com o passado e com o movimento <i>hip-hop</i>	108
BIBLIOGRAFIA	140

INTRODUÇÃO

Em meados do século XX, tiveram início os processos de urbanização no Brasil, resultando no surgimento de grandes cidades. Por sua própria dinâmica de expansão desorganizada e ligada às contradições de um crescimento econômico que não foi seguido por correspondente desenvolvimento social, essas cidades contam hoje com extensas periferias, áreas situadas em seu entorno que oferecem a seus moradores condições bastante precárias de sobrevivência. Em geral, são regiões habitadas por famílias pobres, sustentadas pela composição dos vários trabalhos de seus membros, que geram uma renda capaz de suprir apenas fragilmente suas necessidades. Além disso, tratam-se de famílias fortemente afetadas pelo desemprego. Soma-se a esse quadro de dificuldades a ausência, ou baixa qualidade, das ações do Estado na provisão de serviços básicos de saúde, educação, transporte, justiça e segurança, dentre outros, fato que atinge a cidade como um todo.

Todos os segmentos da população moradora dessas regiões são atingidos por tal realidade, e com a juventude não é diferente. Dificuldades no processo de escolarização e na entrada no mercado de trabalho, assim como o alto índice de envolvimento em homicídios como autor e vítima, são algumas das principais consequências para esta faixa etária entre 15 e 24 anos.

Ao longo dos anos 1990 e 2000 surgem algumas iniciativas de jovens moradores de tais espaços, num primeiro momento fortemente influenciados

pela cultura *hip-hop* e, num segundo momento, pelo trabalho de Organizações Não-Governamentais (ONGs). Tais iniciativas procuravam responder aos problemas que enfrentavam e se constituíram, em sua grande maioria, por ações no campo da cultura, desenvolvidas em seus próprios bairros.

A partir da experiência de Bola e Macarrão, dois moradores do distrito do Jardim Ângela, zona sul da cidade de São Paulo, envolvidos em iniciativas do tipo acima referido, esta pesquisa pretende investigar os elementos que caracterizam suas ações e as relações que constituem, a partir da escuta de suas histórias e identificação das influências que contribuíram para a sua formação como agentes.

No momento em que essa pesquisa se encerra, Bola e Macarrão, aos 29 e 33 anos respectivamente, não se encontram na idade que, hoje, o Brasil ou a Organização das Nações Unidas (ONU) entendem como faixa etária que caracteriza a juventude: 15 a 24 anos, nas abordagens mais tradicionais, ou 15 a 29 anos, no reconhecimento do alongamento da transição para a vida adulta. No entanto, recém saídos dessa faixa etária, Bola e Macarrão se encontram em um momento privilegiado para olhar o seu recente percurso enquanto “oficialmente jovens”.

A decisão por desenvolver as análises aqui apresentadas a partir das trajetórias desses rapazes contou ainda com outros dois motivos. Desde meados da década de 90, quando começaram a participar de atividades ligadas ao movimento *hip-hop*, Bola e Macarrão estão envolvidos

cotidianamente com ações em seus bairros. Mais recentemente, estruturaram uma produtora cultural, conhecida como A Banca¹, a partir da qual desenvolvem ações, trabalhos artísticos e pretendem obter sua fonte de renda. Além disso, desde 2004 venho acompanhando suas atividades: juntos, desenvolvemos ações nas mesmas regiões da cidade e trabalhamos na mesma ONG. Parte dos depoimentos considerados aqui foi coletada ao longo desse período de convívio, em conversas informais ocorridas antes mesmo que a intenção de uma pesquisa estivesse estabelecida. Vale dizer que, no decorrer dessa investigação, por sugestão de Bola e Macarrão, outros moradores da região e parceiros em ações participaram de nossas conversas, dentre os quais Antão que, a partir de um determinado momento, esteve presente em todos os encontros que realizamos.

O tema central deste trabalho é a cidadania, a partir de um entendimento desse termo inspirado nas ideias de Hannah Arendt sobre a ação (ARENDR, 2005). Assim, cidadania, nessa pesquisa, será entendida como o exercício público da ação, por meio de atos e palavras, culminando na fundação de novas práticas e/ou instituições capazes de conquistar ou confirmar direitos que abraçam e excedem as necessidades humanas, correspondendo à dignidade e às capacidades humanas. Tendo em vista que a dignidade humana só se efetiva no agir não subordinado, o exercício da cidadania supõe não ser servilizado e não servilizar, supõe, para sua

¹ O nome da produtora cultural fundada por esses rapazes é, conforme dito acima, “A Banca”. No entanto, nas próximas referências à produtora, suprimiremos o “A” para tornar a leitura mais fluida.

efetivação, a promoção de condições também para o exercício da cidadania de outros.

O caminho escolhido para a investigação privilegiou o desenvolvimento de uma pesquisa de campo, ou seja, a exposição do pesquisador a fenômenos eletivos e, no momento de apresentação dos resultados, a organização das experiências proporcionadas por tal exposição. A pesquisa teórica, a exposição a autores das áreas temáticas nas quais a investigação se localiza, foi conscientemente deixada em segundo plano.

Reconhece-se, no entanto, o poder de ampliação da competência interpretativa e semiológica que o contato com o pensamento de outros autores permite. Para isso, contamos com Hannah Arendt como referência central, por entender que os progressos de campo encontrarão em seu pensamento apoio suficiente para revelar nosso objeto. Outros autores também nos apoiarão ao longo da análise aqui desenvolvida, porém mais discretamente.

Essa dissertação está dividida em sete capítulos. O primeiro se dedicará à apresentação dos procedimentos de pesquisa adotados ao longo do processo. Em boa medida, descreveremos mais detalhadamente o percurso do pesquisador junto aos sujeitos de pesquisa, o modo como seus relatos foram transformados em textos e as principais orientações que conduziram a análise de seus relatos e a elaboração dessa dissertação.

O segundo capítulo, “O celular roubado – no insólito da ação”, apresentará uma situação vivida por Macarrão em seu bairro, num episódio

em que sua ação dissuadiu dois rapazes e dois senhores de suas violentas ameaças contra um garoto que furtara o celular de um deles.

O terceiro capítulo, “A batida policial – resistência contra a coisificação”, apresenta duas situações em que Bola travou embates com policiais da região. Na primeira, ele interveio em uma abordagem policial junto a adolescentes em uma praça. Na segunda, acompanhou o protesto contra uma chacina cometida pela polícia, conduzido por um grupo de moradores de um bairro vizinho ao seu. Durante esse protesto, novos embates com a polícia se desenvolvem.

No quarto capítulo, “Tem que trocar muita ideia e tem que trocar ideia com todo mundo! - elementos e condições para uma proximidade pública”, serão apresentados acontecimentos que ocorreram durante uma quermesse organizada por Bola, Macarrão e Antão. Dentre esses acontecimentos encontram-se diálogos que se sucederam em meio a embates com a polícia e situações que mostram o modo como conquistaram adesão dos moradores do bairro à proposta da festividade.

O quinto capítulo, “É tudo muito esquisito – sobre a relação com o Estado”, apresentará fragmentos de diálogos com funcionários do governo municipal e estadual em sua região, ao longo dos quais Bola, Macarrão e Antão procuram sem sucesso conquistar seu apoio e envolvimento para as ações culturais que desenvolvem. Além disso, também apresentaremos suas considerações sobre a relação que estabelecem com o Estado por meio de editais de financiamento para a área da cultura.

O sexto capítulo, “A Banca – entre arte, política e renda”, narra a história de constituição da Banca que, conforme já exposto, é a produtora cultural integrada por Bola, Macarrão e Antão. Nessa história veremos como se sucederam as diferentes etapas e conheceremos as influências recebidas por essa organização ao longo de seu processo de construção.

O sétimo capítulo, “Não lembro de nenhuma luta aqui - sobre relações com o passado e com o movimento *hip-hop*”, buscará elementos que nos ajudem a compreender as referências presentes na formação de Bola, Macarrão e Antão como agentes. Inicialmente, visitaremos suas lembranças em busca de ações no bairro das quais, quando mais jovens, participaram ou presenciaram. Não nos serviremos de registros históricos, senão para indicar a perda de memória social e política e o esgarçamento das experiências comuns entre antigos e atuais agentes. Apresentaremos também alguns dados sobre a história de uma das principais referências em suas trajetórias no campo da ação social: o movimento *hip-hop*. A localização da situação das ações de Bola e Macarrão em relação às influências recebidas e ao histórico das ações desenvolvidas no bairro permitirá, ainda nesse capítulo, um último movimento: apresentarei uma reflexão sobre o percurso da pesquisa, analisando a mudança ocorrida desde o modo como o “objeto” de investigação foi apresentado no início do processo até o modo como é (re)construído agora.

CAPÍTULO 1 – PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Desde 2004, venho acompanhando as atividades de Bola e Macarrão em seu bairro, num contexto de trabalho em uma ONG – o Instituto Sou da Paz – que desenvolve atividades naquele território.

Entre 2004 e 2008, Macarrão e eu atuamos em um mesmo projeto. Eu era coordenador e Macarrão integrava a equipe de educadores. Nosso objetivo era promover a articulação de jovens em torno da revitalização de duas praças localizadas na zona sul da cidade de São Paulo, uma delas inclusive, há poucas quadras da casa onde Bola morava. De certa forma, o trabalho de Macarrão era agir em seu bairro, mobilizando os moradores para a organização de uma reforma e de atividades culturais e esportivas que pudessem tornar a praça habitada.

Em 2006, Bola me procurou no Instituto Sou da Paz em busca de apoio para desenvolver sua organização, a Banca (na qual Macarrão ingressaria pouco tempo depois, conforme veremos no capítulo seis). À época, Bola me contou sobre seus planos de se dedicar exclusivamente a esse projeto, por meio do qual pretendia promover cultura em seu bairro – especialmente a cultura *hip-hop* –, produzir sua arte e constituir uma fonte de renda. A partir de então iniciamos, junto com outros profissionais do Instituto Sou da Paz, uma série de encontros em que basicamente trabalhávamos na elaboração de propostas para editais de fomento à cultura.

Em 2007, quando Bola e Macarrão organizaram a quermesse relatada no capítulo quatro, me surpreendi com a noção de poder que utilizavam: “Sabe por que eles [a polícia] fecham lá [outras festas do bairro] e não fecham aqui? Porque nós temos argumento, nós temos esse poder”, explicou-me Bola quando recebemos a notícia de que a polícia havia impedido a continuidade de outras quermesses organizadas na região. A ideia de que ter poder é ter argumento me pareceu extremamente rica; além disso, punha em cena uma noção de poder que se aproximava da noção tal qual pensada por Hannah Arendt, autora que eu me dedicava a ler naquele momento. Foi então que escrevi pela primeira vez sobre as ações de ambos.

Desde o início, percebia que havia ali uma experiência de cidadania bastante significativa para eles e para o seu bairro. Era surpreendente a habilidade com que negociavam e argumentavam, por exemplo, diante de atos violentos iminentes, envolvendo policiais truculentos ou até mesmo moradores da região. Criavam condições e formas de sociabilidade em que se intensificava a convivência; ocupavam espaços públicos (praças e ruas) com festas e shows musicais. Seus eventos dependiam do envolvimento de outros moradores e, como nos diz Bola, “...os moradores precisam ver que dá para fazer sem o crime e sem o vereador, que é só a gente se unir no propósito”. Suas iniciativas efetivavam a possibilidade de agir em conjunto e responder a desafios que se apresentavam no bairro.

Iniciei então esse trabalho de pesquisa sobre as ações de Bola e Macarrão que, diante de meu interesse, passaram a me procurar para relatar acontecimentos. Quando, ao encontrá-los, diziam-me algo como “Esse fim de

semana aconteceu um lance que você vai gostar de ouvir” ou, então, “Você ficou sabendo da batida que a gente levou na pracinha semana passada? Ninguém te contou?”, sabia que ouviria algo precioso. Comecei então a registrar algumas de suas histórias. Depois, pedia para que lessem, opinassem, corrigissem e dessem sugestões. Aproveitava para lhes fazer perguntas em busca dos argumentos que utilizaram na situação e a reação de seus interlocutores. Perguntava também sobre o que haviam sentido durante o fato, o que haviam pensado, por que agiram daquele modo e como imaginavam que os outros moradores percebiam suas ações.

A elaboração de narrativas e reflexões relativas a essas histórias compuseram uma variedade de *casos*, que nessa dissertação estruturam capítulos tais como “Tem que trocar muita ideia e tem que trocar ideia com todo mundo”, “O celular roubado” e “A batida policial”. Cada um desses casos iluminou e trouxe novos elementos para reflexões que começavam a se desenvolver, como, por exemplo, a ideia de poder como argumento e a possibilidade de envolver outros moradores do bairro num mesmo propósito. Trouxeram também uma melhor compreensão sobre a tarefa que estávamos nos propondo. Diante dessa clareza, conforme já dito anteriormente, Antônio, por sua parceria em ações com Bola e Macarrão, foi convidado a participar de nossas conversas na condição de terceiro depoente². Além disso, tais casos

² No capítulo 3, “A batida policial”, especificamente, contamos ainda com a participação de um quarto depoente, o Gordo.

despertaram, orientaram e incrementaram meu interesse pelo tema da cidadania tal como praticada entre eles.

Assim, o processo de pesquisa se constituiu pela mediação de tais narrativas, a partir das quais procurei alcançar lembranças de ações que testemunhei ou que me foram relatadas e também as lembranças do modo como foram preparadas, percebidas e conduzidas por esses três agentes. Para trazer apuro aos relatos e maior segurança à exposição das ações contei com conversas informais e entrevistas semi-dirigidas com esses interlocutores.

O trabalho com lembranças valeu-se do seguinte entendimento sobre a memória³: a memória é amiga do concreto, antídoto contra depoimentos estereotipados, sentimentais ou cerebrinos, de forma que a pergunta que dispara um tema (um tema derivado) deve sempre ser uma pergunta que solicite uma narrativa; a memória vive do significativo e do enigmático, é afeiçoada aos começos e pode, às vezes, beneficiar-se da recordação do recente para então recuar ao distante.

Desse modo, os dados que estruturam essa pesquisa são as narrativas de ações informadas pela memória do pesquisador e de três agentes que delas participaram decisivamente: a memória de ações praticadas no bairro e testemunhadas pelo pesquisador; a memória de conversas com Bola e Macarrão sobre ações praticadas no bairro; e, a memória de Bola e Macarrão

³ A reflexão desenvolvida neste e nos próximos parágrafos está baseada em notas escritas de orientação de José Moura Gonçalves Filho.

sobre ações praticadas no bairro, acessada por meio de conversas e entrevistas.

A partir de tais dados, pretendi como resultado atingir a compreensão da interpretação de cada uma das narrativas, bem como a compreensão da consciência que esses agentes têm acerca das ações praticadas (suas motivações, a percepção e o juízo das ações). Além disso, busquei também a compreensão que reúne e resume a interpretação de todas as narrativas elaboradas e a compreensão do caráter psicológico e político das ações examinadas. Desse modo, os conceitos e o esquema geral da dissertação foram construídos a partir do contato com Bola, Macarrão e Antão, constituindo uma pesquisa de caráter empírico cujo caminho central parte dos depoentes para alcançar possíveis teorizações, sejam elas de autoria do pesquisador ou de autores por ele eleitos.

Para tanto, assumi como interpretação o trabalho de pensar “[...] a partir do que o depoente pensou, deu a pensar e fomentou mas deixou de pensar.” E também o trabalho de “[...] acompanhar de perto as palavras e intenções do depoente, entrando em contato com o terreno de fenômenos pelo qual transita”⁴ e, nesse contato, permitir-se ser impactado pelas interrogações que acompanham o fenômeno e os depoentes, assim como pela exigência dos sentidos que pedem para ser encontrados.

Com esse processo, ambicionei fortalecer os próprios sujeitos, retornando a eles os achados, descobertas, revelações e articulações

⁴ Nota de orientação estabelecida por José Moura Gonçalves Filho.

conceituais realizadas. Mantive com eles um canal de diálogo para que participassem dessa produção e interviessem para discordar, melhor compreender, retirar ou acrescentar mais elementos ao trabalho que se constituía. Nesse sentido, foram considerados “[...] pesquisador, depoentes e autores eleitos, todos intérpretes. E consideramos a experiência de todos o objeto da investigação. Isto não significa supor identidade entre sujeitos, mas comunicação de pontos de vista. Um objeto não se impõe por si mesmo mas segundo a experiência que fazemos dele, a experiência pessoal e compartilhada, as experiências concordantes e discordantes”⁵. A partir desse solo de experiências comuns, elaboramos hipóteses e realizamos descobertas sobre o que veio se constituindo como nosso objeto.

⁵ Nota de orientação estabelecida por José Moura Gonçalves Filho.

CAPÍTULO 2 – O CELULAR ROUBADO: no insólito da ação

Macarrão me contou que, certa vez, numa manhã de 5ª feira, estava em uma praça próxima de sua casa, onde realizava um projeto de revitalização junto com outros moradores⁶. Num dado momento encontrou Rodrigo, um menino de 13 anos, também morador do bairro. Conversaram por alguns minutos até que dois rapazes se aproximaram.

– Chega aí Rodrigo, vamos trocar ideia lá em baixo! – disse um deles, de forma pouco amistosa.

Rodrigo parecia assustado com a chegada deles. Macarrão acredita que tinham em torno de 22 anos, mas não soube dizer ao certo. Reparou que lhes faltavam dentes e supôs que fosse em decorrência do consumo de drogas. Poderiam ser mais novos. Sua aparência amedrontava. Sentiu-se preconceituoso e constrangido. Mas o fato é que essa aproximação não foi nada amistosa. Macarrão se assustou e Rodrigo mais ainda.

– Vamos, moleque! – eles diziam puxando Rodrigo pela camisa em direção à rua.

– Calma, mano, calma... – respondia, tentando se esquivar, mas sem conseguir evitar a pressão.

⁶ Na ocasião, Macarrão trabalhava como educador para o Instituto Sou da Paz, em um projeto chamado Praças da Paz. Esse projeto buscava mobilizar moradores do entorno da praça, especialmente os jovens, de modo a envolvê-los em um processo de revitalização de duas praças, tanto no que diz respeito à infra-estrutura como à ocupação.

Havia algo muito estranho ali, embora fosse difícil saber o que era. Macarrão conhecia Rodrigo há algum tempo. O rapaz morava com sua mãe e dois irmãos mais novos. Durante o dia, a mãe trabalhava como doméstica e seus irmãos ficavam sob o seu cuidado. Era uma família conhecida pelas dificuldades de sobrevivência que enfrentavam e Rodrigo arcava com muitas responsabilidades. Não era muito de ficar na rua, nem de brincar. Também não andava com os meninos mais “acelerados” do bairro – aqueles que fazem bagunça, fumam maconha e se envolvem em brigas.

Macarrão conta que sentiu medo. Sua experiência no bairro não o deixava tranquilo, pelo contrário, temia pelo que se anunciava. Sempre procurou se manter longe de situações como essa. Mas agora sentia algo diferente, uma espécie de responsabilidade.

- Está suave aí, Rodrigo? – perguntou Macarrão bastante receoso.
- Está suave, Macarrão! – respondeu um dos rapazes sem dar tempo para Rodrigo se manifestar.

A resposta surpreendeu Macarrão. Sabiam quem ele era e isso de alguma forma o encorajou: “Quando vi que sabiam meu nome, vi que eu não era qualquer um”. Perguntei a ele que diferença isso fazia: “Não sei, vi que eu era alguém!”. Mas a situação continuava assustadora.

- Está suave aí? – perguntou Macarrão novamente.
- Está suave Macarrão, nós só vamos trocar ideia – respondeu o rapaz.
- Não está suave não, estou vendo dois caras arrastar um moleque! Como é que “está suave”?

Por um instante, um deles olhou para Macarrão com uma expressão de surpresa, mas nada disse, continuou empurrando Rodrigo. Eles o levaram

para dentro de um bar do outro lado da rua. Macarrão os acompanhou de longe e entrou em seguida. Dentro do bar, dois senhores acompanhavam a situação com receio e interesse. Um deles deveria ser o dono do estabelecimento, seu rosto era familiar.

- Onde está o celular? Você tem que devolver esse celular! - gritava um dos rapazes.
- Se você não devolver a gente vai te arrebentar!
- Vamos riscar sua barriga e te jogar dentro da represa!
- Dá conta do celular, moleque!

Rodrigo tremia assustado. Repetia que devolveria o celular, mas isso parecia não acalmar ninguém. Macarrão estava bastante confuso. Não entendia exatamente o que se passava, era tudo muito rápido. Não lhe parecia prudente meter-se numa cena daquelas, nem razoável permitir que ameaçassem o garoto como faziam. Até onde iriam? Então, perguntou a Rodrigo:

- Por que você pegou o celular?
- Macarrão, a gente conhece a família dele, só vamos dar um susto!
- interrompeu um dos rapazes.
- Que porra de susto é esse? Você está falando que vai matar o moleque! – respondeu Macarrão de forma bastante enfática, talvez encorajado por ter novamente sido chamado pelo nome.

Perguntei novamente como era essa coragem que acompanhava reconhecimento dele por parte dos rapazes. Ele insistiu dizendo que não sabia: “Não sei, eles me chamaram pelo nome, eu trabalhei no projeto que a gente fez na praça...não sei! eu sei que não sabia muito o que eu estava fazendo, meu coração estava acelerado”.

- Ninguém vai fazer nada não – disse o dono do bar.
- Ninguém vai fazer nada não, eu só pedi para chamar atenção do moleque – reforçou o outro senhor que acompanhava a situação.

- Você que chamou esses malucos para arrastar o moleque para cá?!
- retrucou Macarrão já carregado de uma certa indignação.

Ele não duvidava da possibilidade de Rodrigo ter roubado o tal do celular e aquele senhor devia ser o dono do aparelho. De todo modo, agora era raiva que Macarrão sentia da situação e das pessoas. Olhava para o Rodrigo, para os dois rapazes que o ameaçavam, para o dono do bar e para o senhor que parecia ser o dono do celular roubado. E todos olhavam para ele.

- Por que vocês não foram falar com a família dele? – perguntou Macarrão.

Não houve resposta. O que era esse silêncio? Constrangimento? Segundo Macarrão, “Parecia que eles estavam caindo na real.”. Enquanto os “malucos” pediam “conta” do celular, Macarrão pedia “conta” do que faziam. Em alguma medida, ele descontinuava um automatismo.

- Vou trazer um celular aqui e vou falar com a mãe dele, aí acaba com essa palhaçada! – disse Macarrão, procurando uma solução para a situação.
- Se fosse comigo não ia dar esse boi⁷ não! – disse um dos rapazes.
- Você acabou de falar que não ia fazer nada com o moleque, era mentira? Você ia mesmo rasgar a barriga dele?

Novamente o silêncio e o constrangimento. Macarrão saiu do bar com Rodrigo e foram até a casa do primeiro, buscar um celular antigo que ele pretendia vender. Voltaram ao bar e o entregaram para o senhor que havia sido roubado.

⁷ *Dar um boi*: expressão que, neste caso, significa aliviar a tensão da situação, permitindo a não quitação da dívida. Também é usada como sinônimo de oferecer ajuda, por exemplo, uma carona.

Macarrão estava atordoado; tentava entender o que se passara, precisava pensar. Despediu-se de Rodrigo que, expressando um sentimento de dívida e gratidão se comprometeu a repor-lhe o celular. Afinal, “O B.O.⁸ era dele. Como é que outra pessoa ia resolver uma treta que ele arrumou?”, comentou Macarrão. Sabendo que para cumprir o compromisso, Rodrigo roubaria outro celular, decidiu que não lhe cobraria a reposição do aparelho. A situação, no entanto, não se resolvia ali. Macarrão conhecia as condições em que Rodrigo e sua família viviam: o pai já não morava mais com eles; a mãe trabalhava como faxineira, mas não ganhava o suficiente para suprir as necessidades de seus filhos. Com frequência deixava-os em casa com Rodrigo que, aos treze anos, via-se diante da tarefa de cuidar de mais quatro irmãos.

Macarrão conta que depois do episódio parou na casa de um amigo, o Bola. Contou para ele toda a história e perguntou:

- Você acha que fiz a coisa certa?
- Você ia deixar os caras matar o mano? – respondeu Bola.

Que porra de susto é esse?

Macarrão conta ter sentido medo durante toda a situação. No entanto, quando os dois rapazes que abordavam Rodrigo o chamaram pelo nome, reconhecendo-o, foi encorajado a agir. Ao questioná-lo sobre a relação entre

⁸ *B.O.* – sigla de Boletim de ocorrência. Expressão emprestada dos procedimentos policiais, utilizada como gíria para referir a situações desafiadoras, complicadas, problemáticas, de difícil solução.

ser reconhecido e a coragem, responde: “Não sei, vi que eu era alguém!”. Mas, qual o sentido que Macarrão atribui a “ser alguém”? Mais adiante em seu relato, ele faz referência a ações que desenvolveu em uma praça: “...Não sei, eles me chamaram pelo nome e eu trabalhei no projeto que a gente fez na praça”.

Por sua atuação como educador, Macarrão esteve bastante envolvido na promoção de diversas atividades de esporte e cultura em uma praça do bairro, sobretudo empenhando-se no trabalho de mobilização de jovens moradores do entorno. Além disso, Macarrão é tecladista e guitarrista e, mais de uma vez, teve a oportunidade de tocar com sua banda em eventos musicais na região. Ao chamá-lo pelo nome, os rapazes sinalizaram que havia um mundo comum do qual participavam e que os colocava em relação. As ações de Macarrão tornaram-no relativamente conhecido, associaram-no a iniciativas que respondiam aos anseios de diversos moradores do bairro, especialmente no que se refere à cultura.

Macarrão foi considerado por aqueles rapazes; fizeram questão de responder a sua pergunta, ainda que não estivesse dirigida a eles. Mesmo sem saber ao certo o que se passava, sentiu-se encorajado a ousar uma ação em lógica e direção contrárias à lógica e direção de seus interlocutores. Macarrão sentiu-se seguro e abriu mão de sua segurança. Colocou-se no risco de ser vítima de quem desarmava. Pessoas que ele não conhecia e que constroem sua segurança por meio do uso de violência. Mas Macarrão também lhes era ameaçador: propunha outro jogo, o jogo do diálogo e da reflexão. Ferramentas talvez pouco conhecidas para aqueles agressores que,

acuados, poderiam retomar sua familiar violência e voltá-la contra Macarrão. No momento da ação, até onde essa violência poderia chegar era uma incógnita.

Num dado momento, Macarrão conta ter sentido raiva de tudo aquilo, das pessoas e da situação. “Vamos riscar sua barriga e te jogar dentro da represa!”, disse um dos rapazes a Rodrigo. Ao mesmo tempo, o senhor que teve o celular roubado respondia: “Ninguém vai fazer nada não, eu só pedi para chamar atenção do moleque.”. Macarrão, então, causou um estranhamento. Diferenciou-se dos outros desestabilizando a percepção que tinham da situação. Ao se posicionar, ofereceu um outro lugar a partir do qual as coisas podiam ser vistas. A raiva aguçava sua percepção e lhe transmitia realidade⁹. A cada intervenção, suas palavras pareciam ter mais poder de influência para brevar a cena.

A atenção dos agressores se voltou para ele numa espécie de curiosidade receosa, como se temessem seu julgamento. “Você que chamou esses malucos para arrastar o moleque para cá?!” , perguntou com indignação para o senhor que teve o celular roubado. Ou então quando se dirigiu aos rapazes que

⁹ Inspirada em uma frase escrita por Gotthold Ephraïm Lessing, dramaturgo alemão do século XVIII, e na doutrina grega das paixões, Arendt fala da capacidade de perceber o mundo por meio da cólera: “‘Todas as paixões, mesmo as mais desagradáveis, são, como paixões, agradáveis’, pois ‘nos tornam ... mais conscientes de nossa existência, fazem-nos sentir mais reais’. Essa frase lembra extraordinariamente a doutrina grega das paixões, que incluía a cólera, por exemplo, entre as paixões agradáveis, mas situava a esperança, juntamente com o medo, entre os males. Essa avaliação, exatamente como em Lessing, baseia-se em diferenças de realidade; não, porém, no sentido de que a realidade é medida pela força com que a paixão afeta a alma, mas antes pelo tanto de realidade que a paixão a ela transmite. Na esperança, a alma ultrapassa a realidade, tal como no medo ela se encolhe e recua. Mas a cólera, e sobretudo o tipo de cólera de Lessing, revela e expõe o mundo...” (ARENDT, 1987: p. 15).

ameaçavam Rodrigo: “Não está suave não, estou vendo dois caras arrastar um moleque! Como é que ‘está suave’?”, e “Que porra de susto é esse? Você está falando que vai matar o moleque!”.

Os rapazes, apesar de cessarem com as ameaças, não deixaram de demonstrar apreço pelo terror que geravam. O senhor, por sua vez, expressou um silêncio envergonhado que, segundo Macarrão, indicava alguma lucidez: parecia estar “caindo na real”. Macarrão perguntou-lhe por que não fora conversar com a família do menino; o senhor hesitou, mas nada mais. Estava imobilizado, como se uma outra maneira de pensar tivesse lhe invadido.

É possível que o “susto” planejado para o menino fosse acompanhado, não somente da intenção de ter o celular restituído, como também da intenção de contribuir para melhorar o bairro, inibindo seus jovens de furtarem os próprios vizinhos. No entanto, todos ali conheciam a história de Rodrigo e suas motivações. Não eram novidade para ninguém as condições precárias em que vivia com sua família. Aterrorizá-lo e ameaçá-lo constituía um gesto de desconsideração dessa realidade, de seus problemas e da multiplicidade de determinações que influenciou na decisão de furtar. Entretanto, era possível que com esse “susto” o dono do celular obtivesse de volta o aparelho e inibisse Rodrigo de furtá-lo novamente, ou até mesmo furtar na vizinhança. Como assistira Macarrão, esse era o modo pelo qual muitos conflitos no bairro se resolviam.

À época do ocorrido, Macarrão desenvolvia um trabalho no bairro que consistia em envolver jovens em ações coletivas em prol de uma praça pública. Procurava conhecer suas histórias e motivações, criava

oportunidades para o desenvolvimento de projetos e do estabelecimento de outra relação com o território. E aqui também se encontra a possibilidade de diminuir o envolvimento de jovens em furtos. Ao mesmo tempo, Macarrão sabia que suas ações dificilmente seriam capazes de reduzir significativamente as necessidades vividas por Rodrigo, bem como por outras tantas famílias do bairro. Sentia-se impotente diante dessas necessidades e sentia-se impotente diante daqueles agressores. Dentro do bar prevalecia uma maneira de pensar em que a retaliação se apresentava como a medida mais eficaz para solucionar o problema. Localizavam a responsabilidade daquele furto apenas em Rodrigo, de forma que viam como legítimo fazer incidir sobre ele alguma intervenção – e uma intervenção violenta. Para Macarrão, outra maneira de pensar passara a fazer mais sentido, porém, também não dava conta de responder aos problemas gerados por aquela situação.

Macarrão teve medo, intuiu que havia algo de muito insólito naquela experiência. Não havia garantias de sucesso pelo diálogo, nem espaço para uma reflexão capaz de reorientar atitudes. Macarrão cede, não de forma acovardada, mas percebendo, ainda que de modo pouco consciente, a necessidade de transitar entre as duas lógicas: seria preciso considerar a mesquinharia dos agressores. Se eles não hesitam em pôr em perigo a vida do menino em troca de um celular, acalmar os ânimos significava dar a eles um celular.

Macarrão estava diante da hegemonia de uma lógica presente no território onde vive; lógica que tem a seu favor os modos, costumes e hábitos corriqueiros. Nesse sentido, a realidade, por assim dizer, estava com seus

interlocutores. Macarrão exortava por outra realidade, ainda mais virtual que efetiva, inclusive para ele mesmo. E, a realidade adversa e pesada que predominava no bar arriscava depô-lo, absorvê-lo, rendê-lo, consumi-lo. Pouco parecia estar ao seu alcance, a não ser livrar Rodrigo daquela situação, mesmo que para isso fosse preciso negociar na língua dos agressores.

Com sua intervenção, Macarrão provocou os envolvidos na cena a olhar para seus atos e relutar. A relutância é a entrada da dúvida na certeza; é o surgimento da possibilidade de um outro julgamento, capaz de redirecionar escolhas. No entanto, ainda que tenha impedido a violência contra Rodrigo, sua ação teve um efeito limitado, fugaz. Ele interrompeu apenas momentaneamente um automatismo mortífero, temendo ainda ser por ele absorvido. E, diante desse risco, sentiu uma necessidade forte de conversar com alguém. Procurou Bola. Bola é, sobretudo, um amigo, um amigo de longa data com quem compartilha valores e é parceiro em ações no bairro¹⁰. Bola toma posição e garante a validade de sua ação. “Você acha que fiz a coisa certa?”, perguntou Macarrão. “Você ia deixar matar o mano?”, retrucou Bola, enfático.

¹⁰ No texto sobre Lessing, Arendt mostrará novamente a proximidade entre o dramaturgo alemão com as ideias dos gregos antigos sobre a relação entre amizade e política. A autora comenta que, atualmente, a amizade é vista apenas como um fenômeno da intimidade. “Mas, para os gregos, a essência da amizade consistia no discurso. Sustentavam que apenas o intercâmbio constante de conversas unia os cidadãos de uma polis. No discurso, tornavam-se manifestas a importância política da amizade e a qualidade humana própria a ela. Essa conversa (em contraste com a conversa íntima onde os indivíduos falam sobre si mesmos), ainda que talvez permeada pelo prazer com a presença do amigo, refere-se ao mundo comum, que se mantém ‘inumano’ num sentido muito literal, a menos que seja constantemente comentado por seres humanos” (ARENDT, 1987: p. 31) Com seu amigo, Macarrão busca restituir um pouco de humanidade em tempos sombrios.

CAPÍTULO 3 – A BATIDA POLICIAL: resistência contra a coisificação

Eram oito horas da noite quando Bola voltava para casa em sua moto. Já estava escuro. Ao contornar a mesma praça em que Macarrão e Rodrigo conversavam no início do relato anterior, percebeu que havia um carro com o farol ligado, apontando para o palco¹¹. Imaginou que poderia ser uma batida da polícia. Quem estacionaria o carro dentro da praça desse jeito?

Foi até o local: “Quando eu parei a moto, não desliguei ela de imediato, fiquei mirando o farol nos caras para ver o que estava acontecendo. Comecei a jogar o farol alto e vi que eram dois policiais, dois militares enquadrando cinco molequinhos. Acho que tinha dois de menor. Desliguei a moto e desci, levantei as mãos e fui em direção aos caras dizendo:

- Boa noite! Boa noite! O que está acontecendo?
- Quem é você?
- Eu tenho um trabalho aqui, eu sou morador daqui, eu tenho um trabalho aqui.
E eu nem tinha trabalho nenhum, nem porra nenhuma, mas eu falei.
- Você tem um trabalho aqui? Você sabe que esses moleques usam droga aqui o dia inteiro?
- Sei, nosso trabalho é justamente contra isso, por isso que a gente tem um trabalho aqui na praça.

¹¹ O palco corresponde a uma estrutura permanente de concreto construída dentro do espaço da praça. É basicamente composta por duas partes. Uma serve para as bandas se instalarem com seus instrumentos e se apresentarem; possui aproximadamente 40 centímetros de altura e uma área circular de 6 metros quadrados. A outra parte é uma coxia, um espaço coberto, com aproximadamente 3 metros quadrados, apenas com paredes laterais e uma bancada que a interliga ao espaço de apresentação das bandas. Além dos shows, o palco é bastante utilizado como um banco, como um espaço de estar, onde freqüentadores da praça costumam se reunir.

Desse jeito mesmo que eu falei para ele, tá ligado? Enquanto isso a molecada tudo enquadrada e eu perguntei assim:

– E esses meninos aí?

O outro polícia já tava acelerando¹² o outro menino lá, falando que ia levar ele até a casa dele.

– Não! Libera os caras! O que eles fizeram de errado? Só porque eles estão aqui na praça?

E os policiais:

– Não, porque esses moleques estavam fumando maconha...

– Mas você vai prender os caras? Vai atrás de quem...tá ligado?

Esses aí são tudo moleque!

O inacreditável é que os policiais não conseguiam nem ouvir, me barravam, me mandavam embora. Mas assim que eu estava virando as costas os caras liberaram a molecada. E foi louco isso aí.

Assim como Macarrão, Bola se colocou diante de uma situação carregada de violência, em que adolescentes estavam diante de adultos agindo de modo autoritário, ameaçador e agressivo. No lugar de moradores do bairro, Bola deparou-se com policiais.

Marcus: Mas você pensou antes ou foi por impulso?

Bola: Eu acho que foi impulso.

Marcus: E já tinha rolado as tretas com polícia na quermesse¹³?

Bola: Já, foi bem no meio.

Marcus: E você acha que a quermesse já tinha te deixado aquecido pra ir pro debate?

Macarrão: Com a moral? [achando graça na ideia]

Bola: Acho que não a quermesse. Acho que toda a caminhada que a gente vem fazendo.

Macarrão: O lance com a Artemisia¹⁴.

¹² *Acelerar*: palavra utilizada como gíria, no caso, com o sentido de intensificar as ameaças repressivas contra o menino.

¹³ A quermesse foi um evento organizado por Bola, Macarrão e Antão - um amigo deles - ao longo de seis finais de semana entre junho e julho de 2007. Durante a realização deste evento, diversos grupos de policiais os abordaram de maneira autoritária determinando que a encerrassem. No entanto, Bola, Macarrão e Antão conseguiram em todas as ocasiões dissuadir os policiais, garantindo a continuidade do evento. O capítulo 4 relata conta como se desenvolveram esses embates.

¹⁴ A Fundação Artemisia “[...] é uma organização pioneira em negócios sociais no Brasil que busca atrair e formar pessoas qualificadas para atuar na criação e desenvolvimento de um novo modelo de negócio, que possa contribuir para reduzir as desigualdades

Bola: É, e com o Sou da Paz também, velho, os conhecimentos, o projeto ali na praça. Eu falei que trabalhava ali, mas eu não trabalhava, eu estava na Artemisia, tá ligado? Então, a gente já tem uma ideia pra trocar com a polícia.

Macarrão: A gente sabe falar o que os caras entendem, pra ouvir.

Bola: É que nem quando os caras chegavam na quermesse e a gente falava pros caras que eles eram o Estado, os caras gemiam na base. Nunca tinham ouvido isso de um favelado! [risos] O que eles deviam pensar? ‘O que vocês estão falando? Eu sou o Estado?’[risos] Isso se alguém um dia falou para ele que ele representa o Estado!

Macarrão: Isso se alguém falou pro cara, mano, isso que é foda.

Bola: O louco é que isso deu uma repercussão na molecadinha, um começou a falar pro outro ‘Pô, o Bola veio ontem aí e trocou uma ideia com os polícia aí’. Isso aí sim dá uma moral! Até mesmo com o Gordo, lá no dia do tumulto lá no Paranapanema.

Não são poucas as histórias de violência policial na região. Por vezes, ouve-se que fulano levou uma batida e apanhou muito; isso quando não foi morto. Bola se aproxima dos policiais dizendo realizar um trabalho no local. Ainda que afirme ser esta uma alegação falsa, poderíamos dizer, no entanto, tratar-se de uma alegação falsa e verdadeira. Falsa, porque suas ações não focalizam o consumo de drogas e naquele momento sua intenção era enfraquecer a necessidade de operação policial contra adolescentes, afirmando já estarem sob outro cuidado. Por outro lado, seria verdadeira uma vez que suas ações, assim como de outras organizações que atuam na região e com quem compartilha princípios, promovem o engajamento de jovens em projetos que possam se tornar duradouros projetos de vida, o que tende a protegê-los contra vícios, apatia ou o envolvimento em atividades criminosas.

Como Macarrão, Bola se arriscou, abriu mão de sua segurança e agiu. Seu impulso parece ter sido apoiado justamente por essas organizações e projetos, por discursos e práticas com as quais teve contato ao longo de sua história.

Macarrão cita a Fundação Artemisia, onde Bola participa de um programa de apoio a jovens empreendedores. Nesse programa, Bola tem diversas oportunidades de formação e ampliação de sua rede de relações. Além disso, recebe recursos financeiros para desenvolver seus projetos. A lembrança de Macarrão aponta para um tipo de prática junto a jovens que difere das práticas repressivas da polícia. Enquanto uma repreende, outra incentiva o desenvolvimento de projetos. Sentido semelhante parece ter a referência que Bola faz ao Instituto Sou da Paz, organização na qual participou de projetos, trabalhou como educador e, desde 2006, recebe apoio para seus próprios empreendimentos. Dentre a referência ao Instituto, destaca uma iniciativa dessa ONG realizada na praça onde ocorreu a situação relatada: o mesmo projeto em que Macarrão trabalhava e a mesma praça onde conversava com Rodrigo no relato anterior.

Bola também faz referência a toda sua caminhada, à trajetória de suas ações no bairro. Nesse percurso, teve contato com parceiros como o Fórum em Defesa da Vida, movimento importante no Jardim Ângela, onde, dentre outras ações, encontra-se o apoio para estabelecer diálogo com a polícia e denunciar suas violações.

Bola e Macarrão estão hoje envolvidos em uma rede de proteção. Caso lhes aconteça algo, o sistema de justiça não é mais uma abstração distante, como infelizmente ocorre para a maioria das pessoas de seu bairro. Para a

polícia, isso pode ser bastante intimidador e refrear sua violência. Macarrão relata, interpretando, ter sido esse o motivo pelo qual foi liberado por um policial que, durante a abordagem, localizou em sua mochila um jornal do Instituto Sou da Paz, imediatamente mudando de atitude.

Com essas organizações, Bola compartilha percepções e opiniões sobre o modo de agir da polícia e de apoiar os moradores do bairro: diante de jovens fumando maconha em uma praça, estratégias estritamente repressivas tendem a não considerar a complexidade da situação e talvez não devesse ser a polícia o órgão do Estado a agir nesse caso; o trabalho com jovens deve promover alternativas para construção de projetos de vida; espaços públicos como as praças devem receber estímulos para que sejam ocupados de outras maneiras. Bola procura dissuadir os policiais de levar os jovens às suas famílias. Ainda que essa fosse uma alternativa às retaliações, no caso, apenas se somava a toda uma atitude repressiva; era mais uma forma de não escutar aqueles adolescentes e ameaçá-los. “Vai atrás de quem...”, sugeriu Bola aos policiais, sem pretender uma delação, mas indicando que à polícia caberia abordar aqueles mais centralmente envolvidos com o tráfico de drogas e outras atividades criminosas.

Bola contou com uma rede de parceiros, uma rede de discursos e práticas que assimilou e transformou em atitudes muito pessoais. A ação de Bola mostra um despojamento com autoridade, a autoridade de quem se tornou um agente e interiorizou o espírito e as causas de uma caminhada coletiva mais ou menos institucional. Dizemos mais ou menos institucional porque se trata de uma caminhada também feita de influências mais livres,

que não partiram de instituições e nem lograram fundá-las muito materialmente. Essas organizações que pontuam o relato de Bola parecem compor um conjunto de fiadores de discursos e práticas que, diante de uma abordagem policial na praça de seu bairro, lançam-no à ação. Bola apostou na conversa que teria ali, naquele instante, com aquelas pessoas e com seus argumentos: “... a gente tem uma ideia já pra trocar com a polícia.” dizia.

O mesmo capitão do mato

Numa noite de terça-feira, em outubro de 2007, um grupo de policiais entrou nas vielas do bairro Paranapanema, distrito do Jardim Ângela, e executou cinco pessoas. Gordo, um morador do bairro, amigo de Bola e Macarrão, conta que soube do ocorrido no dia seguinte, pela manhã, quando saiu de casa. O clima no bairro era de muita indignação. Junto com um grupo de moradores foi até a Base de Policiamento Comunitário do Jardim Ranieri¹⁵ - responsável pelo policiamento da área - para fazer a denúncia.

Na Base, os policiais contavam outra versão: disputa entre traficantes. No entanto, os moradores traziam consigo uma cápsula de bala ponto quarenta, achada no local. “Que ladrão que está usando ponto quarenta?” me

¹⁵ Duas Bases de Policiamento Comunitário foram implementadas no Jardim Ângela no início dos anos 2000, em resposta aos altos índices de homicídio que, desde a década de 90, atingiam a região: uma no Jardim Ranieri e outra no (bairro) Jardim Ângela. Trata-se de unidade policial em um imóvel relativamente e intencionalmente pequeno que, em média, conta com um efetivo de 15 policiais e é responsável por uma área num raio de 2,5 km. Tais características permitem aos policiais melhor conhecerem e tornarem-se conhecidos na região. Este recurso aposta na proximidade com a população como forma de melhorar a atuação policial.

perguntou Gordo, afirmando tratar-se de uma arma usada somente pela polícia. Diante da evidência, os policiais da Base acionaram a corregedoria da polícia que, junto com os moradores, foi ao local do crime.

Na quarta-feira à noite, por volta das nove horas, os moradores do bairro bloquearam a Estrada do M'Boi Mirim, ateando fogo no meio da avenida. Gordo e MJ estavam entre eles. MJ também mora no Paranapanema e, à época, era letrista e MC do Voz da Periferia, grupo de *hip-hop* no qual Bola era DJ¹⁶. Diante da situação, ligaram para Bola e Macarrão: “Traz a câmera que a gente precisa registrar o que está acontecendo aqui!” Macarrão não pode ir, mas Bola chegou a tempo: “Até mesmo com o Gordo, lá no dia do tumulto no Paranapanema, eu ia tirando foto, mas sempre ia na bota dele, porque o Gordo que estava organizando a parada. Tinha uns caras lá mas era o Gordo que estava mobilizando tudo. [Pra variar era o Gordo, completou Macarrão] E vários moradores gritavam meio que encarando os polícia:

– Justiça!

Eu estava com a máquina e comecei a tirar foto, foto, foto e ai falei pro Gordo:

– Gordo, vamos lá tirar foto dos caras!

– Vamos lá, Bola, não dá nada não, tira na cara dos caras!

E o Gordo ia pilhando.

¹⁶ DJ e MC são duas funções importantes em um grupo de Rap. O DJ é aquele que manuseia duas vitrolas, introduzindo trechos de músicas como base para os cantores. MC é aquele que constrói as letras e as canta. Mais adiante, no “Capítulo 7 – Não me lembro de nenhuma luta aqui. Sobre relações com o passado e o movimento *hip-hop*”, apresentaremos a história e os elementos que compõem o movimento *hip-hop*, como o DJ e o MC.

– Tira na cara dos caras, é protesto mano, os caras estão errados!”

A Estrada do M´Boi Mirim é uma das principais vias no distrito do Jardim Ângela. O protesto aconteceu no trecho que percorre o bairro Paranapanema. Segundo seus relatos, a polícia cercou os manifestantes pelos dois lados. No lado sul, em direção a cidade de Embú-Guaçu, estavam os policiais de uma companhia de polícia da região. Já no lado norte, estavam os policiais do Choque¹⁷, agrupamento acionado para atuar em qualquer parte da cidade, quando entendem que há necessidade de uso da força. Eram esses policiais que Bola e Gordo queriam fotografar: “Aí a gente foi, passou na frente dos caras, tiramos várias fotos dos policiais. Daqui a pouco veio o comandante dos caras do Choque. Só que nessa que ele veio vindo, eu falei:

– Gordo, vamos colar ali, mano!

Eu fui e quando eu virei as costas os caras grampearam¹⁸ o Gordo, tá ligado? E quando eu já tinha cruzado, já tinha andado uns vinte metros, quando eu olhei pra trás, cadê o Gordo? [risos] Estava lá se explicando pros polícia lá do Choque, [risos]. Aí eu voltei lá, o cara já tinha pego a máquina fotográfica do Gordo [Já tinha pego? - pergunta Macarrão]. É, aquela máquina que ele tem lá. [Filho da puta!] É...já tava na mão do cara do choque [Meu Deus!] E o Gordo com a mão pra trás. Eu cheguei e comecei a ouvir quieto, quieto:

¹⁷ O Batalhão da Polícia de Choque “[...] é uma unidade de antiguerrilha, controle de tumulto, patrulhamento urbano e rural”. Disponível em: <http://bpchoque.pm.ce.gov.br/>. Consultado em 20 de março de 2010.

¹⁸ *Grampearam*: palavra que neste trecho assume a condição de gíria e tem como sentido algemar.

– Vocês não podem ficar tirando foto aqui atrás do meu batalhão! Vocês querem o quê? Vocês querem pôr na internet? Vocês querem fazer o quê? Que porra que é você? O que que é você?

E eu respondi:

– A gente é um cidadão comum, cara, a gente está aqui registrando o que está acontecendo”.

Gordo conta que, enquanto realizavam o protesto, uma equipe de repórteres da Rede Record, chegou ao local. Policiais e moradores foram entrevistados. No entanto, a versão contada pelo telejornal dessa emissora era a de que as mortes decorreram de disputa entre traficantes. Gordo acredita ainda que, mesmo os jornalistas sabendo da outra versão dos fatos, jamais a publicariam. Eles dependem dos policiais para ter permissão de acompanhá-los e conseguir bons furos de reportagem, histórias que dão audiência e que em geral insistem em mostrar a tragédia nos bairros pobres.

“Daí ele falou assim:

– Não quero nem saber quem vocês são! Eu só não atrolei isso aqui por causa do comandante ali na frente; se não a gente fazia assim ó: brurplplpl! [Bola gesticula as mãos imitando um carro passando por cima das pessoas, conforme o policial fizera na ocasião] Tá ligado? Atropelava tudo!

E o cara ainda falou:

– Não é pra fica aqui atrás de nós tirando foto não. Ou vocês ficam da fogueira pra lá ou vocês ficam da viatura pra lá! Não é pra vocês ficarem aqui! [Os caras são foda, mano – lamentou Macarrão, assustado com o relato]

O MJ chegou também e começou um debate da porra. E eu falava pro Gordo:

– Gordo, calma mano, Gordo, calma mano, não perde a linha não.

Porque o cara mandou o Gordo tomar no cú e o caralho. E eu falei pro cara:

– Quem está te xingando aqui, chefe? Qual que é? Não precisa disso!

Tá ligado? E aí deu nisso aí, é foda, isso é louco. [E numa dessas, se você perder a linha...- imaginou Macarrão] E os caras te grudam ali e aí, ao invés de você tomar um coro, você pôs pimenta na comida, filho, salgou o feijão. [Isso se os caras não te arrebitarem de tal maneira que...mano...te joga no...sei lá.] Os caras te zoam, Macarrão, mas daí, a merda está feita porque a favela vai...[Vai vir pra cima.] Vai ver zoando um, vai ferrar, velho. Se perder a linha com um filho da puta desse aí, numa situação dessa é o estopim, mano, você acendeu o estopim. [E eu acho que é por isso que os caras ligam pra gente. Não tinha muito porque o Gordo me ligar...não, tinha o porquê sim, o cara achou o porquê.] É, o MJ também me ligou em casa e falou:

– Vem tirar foto aqui, vem registrar os bagulhos”.

De acordo com Gordo, dentre os cinco moradores assassinados, havia quatro homens e uma mulher. Dentre os homens, três trabalhavam como traficantes.

Para muitos, isso indicaria que a polícia estava combatendo o crime e seus atos, ainda que criminosos, estariam justificados. No entanto, Gordo não acredita que seja esse o intuito dos policiais. O que os move é o fato de

ganharem um salário em torno de mil e duzentos reais, enquanto os traficantes ganham em média entre quatro e cinco mil reais por semana. Executaram os traficantes porque provavelmente não conseguiram o dinheiro que almejavam. A mulher e o outro morador, por sua vez, morreram porque passavam pelo local. Talvez tenham assustado os policiais; talvez tenham visto a situação, tornado-se testemunhas e, portanto uma ameaça.

Segundo Gordo, há uma diferença clara entre esses policiais que participaram da chacina e recebem suborno de traficantes e os que tentaram fechar a quermesse¹⁹ organizada por Bola e Macarrão: “Quero ver você trocar ideia com um policial apontando a arma pra sua cabeça, dizendo que vai te matar. Na quermesse, os policiais vieram porque algum morador incomodado com o barulho chamou”. A diferença apontada por Gordo parece estar no claro interesse dos policiais em participar dos lucros do tráfico. Na quermesse, os policiais não pediam dinheiro em troca de permissão para realizá-la. E se o fizessem, não havia ali as mesmas quantias que tanto os atacam. “Tudo é uma questão de dividir o dinheiro. O dinheiro é o cão, só traz desgraça!”, disse Gordo.

Gordo não se esquece do momento em que recebeu a notícia das mortes. O clima entre os moradores era péssimo. Ninguém sabia o que fazer. O que poderia ser feito? O fato de que três mortos eram traficantes importava pouco para os moradores. Também eram moradores, cresceram ali e compartilharam histórias. Estavam juntos e estavam no lado oposto ao da polícia, sujeitos à

¹⁹ Ver nota de rodapé número 13.

sua violência. Para Gordo, Bola e Macarrão é pela polícia que a violência chega na comunidade. E de forma injusta, como puro exercício de dominação:

Macarrão: Aqui é foda, aqui o chicote estrala mesmo. E é o mesmo capitão do mato e o patrão continua lá na casa do caralho.

Gordo: Pro cara lá é só número, ele não sabe quem é. Se cada um que morresse a gente chegasse com uma agulha e pimba na perna dele e deixasse lá, aí ele ia falar “Porra, deixa de morrer nego aí!” [Risos]

Macarrão: Está foda, caralho! [Como que tentando se fazer ouvir pelo “patrão”]

Gordo: Não é? Tem que doer, dá um pic e deixa lá, uma hora ele vai falar “Para com isso!” e não vai ter mais espaço para agulha!

Na imagem composta por Gordo e Macarrão encontramos um ponto bastante central contra o qual lutam: não ser apenas um número. Não ser apenas um número é também não ser apenas coisa, é ser gente, é ter uma história. E, quando Gordo diz para Bola tirar foto “na cara dos caras”, sua intenção parece ser a de desafiar os policiais, desafiar mostrando que tem gente ali disposta a se manter enquanto gente e a não se sujeitar à “numerificação” ou à coisificação.

Os moradores do Paranapanema denunciaram e a corregedoria de polícia esteve lá. Também organizaram um protesto, uma manifestação. Nesse momento, a princípio para “registrar os bagulhos”, Bola e Macarrão foram chamados. Em grande medida, os crimes cometidos pela polícia nessas regiões são protegidos pela dificuldade de seus moradores em acessar não somente a justiça, mas também os meios de comunicação. A facilidade com que hoje é possível fazer registros fotográficos e em vídeo e colocá-los na internet, abriu uma possibilidade para que, no caso, a história da chacina ou a

manifestação também fossem contadas e divulgadas pelos próprios moradores do bairro. Ameaçados, os policiais, protegidos na impessoalidade de um batalhão, irritam-se. A estratégia adotada é a da “des-impessoalização” da polícia, posicionando-se para tirar foto “na cara dos caras”, *registrar a cara dos caras*, como que ativando o sentimento do rosto, condição fundamental para um diálogo. Além disso, caso se acenda o estopim, serão mais facilmente denunciados.

Desse modo, o protesto consistia também em uma luta por não se submeter à versão e ao sentido que o outro atribui à história. O outro que mascara e engana em prol de seus interesses, comprometido apenas com seus pares e cúmplices e não com verdades e fatos, menos ainda com garantir direitos ou contribuir para a melhoria de um bairro. Os moradores manifestavam-se contra uma opressão, resistindo à submissão e ao desaparecimento.

“Que porra que é você?” era a pergunta do policial. Uma pergunta que já carrega consigo o que ele permitirá que o interlocutor seja: uma porra qualquer, uma merda qualquer. Porra, merda, número, coisa. Uma pergunta que sufoca o interlocutor, lhe impede o lugar de quem fala e opina, relega a um sumiço público. No caso de um batalhão como o Choque e após uma chacina cometida por policiais envolvendo negociações com o tráfico, essa postura autoritária se acentua. Enquanto Gordo e Bola buscavam os rostos dos policiais, estes procuravam apagar os rostos dos manifestantes e emudecer sua manifestação para a cidade.

“E eu falava pro Gordo: ‘Gordo, calma mano, não perde a linha não.’ Porque o cara mandou o Gordo tomar no cú!”, nos conta Bola. O desafio da situação estava em não acender o estopim, ao mesmo tempo sem sucumbir ao lugar de coisa. Para isso, Bola procura escapar às ofensas; responde ao policial referindo-se, de algum modo, ao contrato social que deveria amparar minimamente aquele embate: sou um cidadão comum que está registrando a situação, não há motivos para agressões. Na conversa com Gordo, Bola e Macarrão, a indignação com a polícia vem acompanhada de uma certa consciência histórica que envolve todo o ocorrido no Paranapanema: “É o mesmo capitão do mato e o patrão continua lá na casa do caralho.” Uma consciência que traz cansaço e impotência. Uma história de dominação que atravessa séculos e gerações. As ações de Bola, Macarrão e seus amigos resistem, mas pouco conseguem incidir sobre esse contexto.

CAPÍTULO 4 – TEM QUE TROCAR MUITA IDEIA E TEM QUE TROCAR IDEIA COM TODO MUNDO: elementos e condições para uma proximidade pública

No inverno de 2007, Macarrão, Bola e Antão realizaram uma quermesse junto com seus vizinhos no bairro Alto da Riviera, distrito do Jardim Ângela. Durante oito finais de semana, por volta das 18 horas, duas lonas pretas eram levantadas em dois extremos de um quarteirão e um equipamento de som começava a funcionar. Muitos montaram barracas de bebidas e comidas. Diversas bandas da região se apresentaram. Para entrar na festa, eram cobrados um real das mulheres e dois reais dos homens. Uma revista era feita em todos que ingressavam e não era permitida a entrada de armas e drogas.

Já era o quarto final de semana em que a quermesse estava funcionando quando, pela quarta vez, policiais chegaram convictos na intenção de fechá-la. Era sempre o mesmo modo de abordagem e, com o passar do tempo, Macarrão, Bola e Antão começaram a *pegar o jeito*, o que, entretanto, não diminuía o seu nervosismo. Uma abordagem policial nunca é tranquila na periferia, ainda mais à noite. O interessante dessa vez é que contaram com a ajuda de Teca, uma menina de seis anos que não desgrudava deles e, durante a quermesse, estava sempre disposta a brincar e correr. “– Oh! Oh! Os políça estão aí de novo! Acabaram de chegar” – avisou um morador a Macarrão e Antão. Imediatamente foram resolver a situação. E, enquanto caminhavam em direção à entrada da quermesse, Teca, como fizera ao longo de toda a noite, os seguiu.

A quermesse havia aproximado os moradores. As crianças brincavam na rua até tarde e, se não fosse pela festa, seus pais as poriam para dentro de casa muito antes. Os adultos, por sua vez, conversavam em pequenos grupos, atentos às crianças e aos clientes de suas barracas. E assim, nesse clima, deu-se início ao tenso encontro, característico da relação entre a polícia e moradores de bairros pobres das grandes cidades:

– Pode derrubar essa lona que não vai mais ter quermesse nenhuma aqui!

Em geral eram essas as suas primeiras palavras. Os policiais têm o hábito de dar e receber ordens; assim costumam se relacionar.

– Calma,... soldado – disse Macarrão, ao mesmo tempo em que localizava a patente do militar.

Mostrar certo conhecimento dos códigos que regem essa cultura hierárquica costumava funcionar; produzia algum refreamento ou hesitação no gesto policial.

– Onde é que está a autorização para essa festa?!

Essa era uma pergunta que os policiais sempre faziam; em geral, era a primeira. Sabiam que não havia autorização, um papel do Estado, assinado por uma autoridade do governo. Houve tentativas, mas a resposta de um representante da subprefeitura havia sido clara: “Não, não posso autorizar uma festa como essa, não. É muito perigoso. Vocês sabem como são as quermesses por aqui. Aliás, se houver um problema de segurança, eu não estou sabendo de nada”.

No entanto, a indagação sobre uma autorização era, antes de tudo, uma pergunta, e uma pergunta já não é mais uma ordem.

– A autorização está aí, na comunidade. Quem autorizou fazer a festa aqui foram os moradores – respondeu Antão.

Essa era uma resposta que bagunçava a cabeça dos policiais. Uma autorização que não vinha de um lugar superior dentro de uma hierarquia piramidal era quase incompreensível. No entanto, antes dos policiais responderem, Teca se interessou pelo cinto todo incrementado de um deles. Sem dar tempo às respostas, começou a perguntar sobre cada um dos assessórios:

– O que é isso?

– ...

– E isso?

– ...

– E isso aqui?

– E... - e, quando o militar esboçou alguma resposta...

– Ooolha! Ele tá armado! – ela disse com aquela estupefação encantada das crianças.

Bastante desconcertado, o policial saiu em direção à viatura, talvez com a esperança de despistar Teca, que o seguiu. Enquanto isso, o outro policial continuou a conversa com o Antão e Macarrão, até que Bola chegou e se juntou a eles, explicando: “Essa é uma quermesse organizada pela comunidade, não tem político envolvido e não tem traficante. Nosso propósito é mostrar que a comunidade pode se organizar, “tirar” um lazer, colocar as crianças na rua até tarde da noite, os moradores podem montar a sua barraquinha, gerar uma renda; a gente tem um propósito”.

O discurso de Bola produzia efeito. Ele atribuía um novo sentido para aquilo que, aos olhos dos policiais, se apresentava como mais uma quermesse em bairros pobres, financiada com dinheiro do crime, ponto para a venda e consumo de drogas e local de acerto de contas.

De repente, uma forte luz se ascendeu dentro da viatura. Teca acabara de descobrir mais um brinquedo. Macarrão conta ter sentido um ímpeto em socorrer o policial. Não era fácil acompanhar o ritmo de descobertas dessa menina. E, para completar, gargalhando de alegria, ela jogou o feixe de luz na cara do soldado. O mesmo farolete que costumava lançar no rosto das pessoas que abordava, agora iluminava seu rosto constrangido e ao mesmo tempo lisonjeado. Era mais um que cedia aos encantos de Teca.

Nesse momento, Bola convidava os policiais a entrar na festa. Hesitantes, aceitaram. E, sem hesitação, Teca pegou na mão do seu mais novo amigo e o acompanhou no passeio. E, como num desfile, percorreram a quermesse do começo ao fim. A cara de Lourival, pai de Teca, expressava aquele tipo de pergunta que lançamos ao nada, ou a nós mesmos, ou a ninguém, ou a alguma entidade divina, e que, em geral, tem nas crianças alguns de seus maiores inspiradores: “Meu Deus, o que ela está fazendo agora...?!”.

Do outro lado, Dona Benedita, que assistira ao esforço dos organizadores para dialogar com os policiais, gritou de sua barraca de doces: “Oh, seu policial! Quem está fazendo a festa somos nós!”.

A farda militar continuava ali, escondendo os soldados e intimidando os moradores, provocando medo de ambos os lados. Ao mesmo tempo, a

companhia de Teca desmontava um pouco a tensão. O policial reparou que as pessoas sorriam em sua direção.

A constituição de um poder em torno da quermesse

O espaço da quermesse foi delimitado por duas lonas que fecharam uma rua ao longo de um quarteirão. Nesse território foram estabelecidas algumas regras: a proibição de entrada de armas de fogo, assim como da venda e do consumo de drogas ilícitas. As lonas marcaram esse espaço, e os pequenos parafusos utilizados para prendê-las e mantê-las de pé foram distribuídos para os moradores como uma lembrança do propósito que as unia. A quermesse não foi uma união em que todos se implicaram do mesmo modo, nem pelos mesmos motivos: nem todos estavam dispostos a cuidar do que lhes era comum. E foi nesta fragilidade que a quermesse constituiu um espaço público.

Macarrão contou que certa vez, durante a festividade, outro morador da comunidade, em um misto de camaradagem e desafio, avisou-o de que o Peixe, um adolescente notório por seu envolvimento no crime, estava fumando maconha com seus colegas. Até onde conseguiriam exercer sua influência? Macarrão e Antão foram até o grupo.

- Aêh, rapaziada! vocês estão sabendo que a polícia acabou de baixar aí querendo derrubar a lona?
- É, estamos sabendo – respondeu Peixe.
- E sabe qual foi o argumento que lançamos pra eles?
- ...!

- Convidamos os caras para entrar e tirar uma onda com a gente, e que quem estava organizando a festa era a comunidade, e que eles podiam ficar tranquilos. E sabe o que ele fez?
- ...!
- Entrou, deu um rolê e saiu fora pedindo desculpas por ter nos incomodado. Agora, se o cara entrar aqui e ver vocês fumando, ele vai ter que prender vocês porque é obrigação dele e vai derrubar a lona, e nós vamos ficar tudo com cara de merda. Vocês estão mesmo no pique de acabar com a festa ou dá para ir queimar esse baseado em outro canto?
- Claro, pode deixar.

Antes de se despedirem, Antão distribuiu entre o Peixe e seus colegas os parafusos que mantém fixadas as lonas da quermesse. Essa foi uma das muitas situações em que estiveram diante do desafio de envolver os moradores na co-responsabilidade pelo evento. Esse envolvimento constituiu o poder em torno da quermesse e fez frente aos modos violentos pelos quais a polícia e a própria comunidade, por vezes, costumam enfrentar os conflitos.

Para Arendt (2005), o poder se efetiva quando as pessoas agem em conjunto, quando coletivamente inauguram movimentos e situações inéditos e surpreendentes. Isolar-se, ao contrário, seria o mesmo que renunciar ao poder. Portanto, uma condição decisiva para gerá-lo seria promover a proximidade e a convivência, estendendo as ações e a responsabilidade das ações para além dos primeiros agentes fundadores.

Um relato de Macarrão esclarece esse processo de envolvimento: “Esse final de semana aconteceu uma coisa louca. No domingo, a gente já estava cansado, tomando umas lá na casa do Antão, era aniversário da mãe dele. Mas já era hora de começar a arrumar a quermesse. Bom, eu fui com o Bola até a casa dele para pegar umas coisas, e o Antão foi indo para a quermesse para subir a lona. Dali a pouco ele voltou sem entender muito bem o que

tinha visto: os barraqueiros já tinham subido a lona e a festa já estava rolando”. Bola, Macarrão e Antão se surpreendiam com o fato de que todas as festas da região haviam sido fechadas pela polícia, menos a que estavam organizando. O principal motivo que encontraram para isso foi o envolvimento de outros moradores na sua realização, a responsabilidade compartilhada, conforme a análise de Bola: “A gente se ligou que, se a gente ficasse dando uma de dono, a festa ficava frágil. Todo mundo tinha que ser responsável”.

Desde 2000, esses rapazes vêm promovendo eventos musicais, em sua maioria de *hip-hop* e na zona sul da cidade de São Paulo. Por meio desses eventos, encontraram uma forma de agir em sua comunidade, conforme relata Bola: “Os caras [policiais] fecharam a quermesse lá de baixo, mas eles não fecham a nossa; você percebe o que isso quer dizer? Nós fomos lá na companhia nessa semana [2ª Cia do 37º Batalhão da PM, responsável pela cobertura da região], conversamos com eles...e sabe porque eles fecham lá e não fecham aqui? Porque nós temos argumento, nós temos esse poder. Nós falamos isso para eles lá na companhia e para todos os policiais que vieram tentar fechar a festa: ‘Essa é uma quermesse organizada pela comunidade, nosso propósito é mostrar que a comunidade pode se organizar’”.

Chama atenção a ideia de poder utilizada por Bola: poder é ter *argumento*. E o argumento revela o ato, a intenção e a razão do agente: “Nosso propósito é mostrar que a comunidade pode se organizar, ‘tirar’ um lazer, colocar as crianças na rua até tarde da noite, os moradores podem

montar a sua barraquinha, gerar uma renda; a gente tem um propósito.” A ação e o argumento revelam e criam uma realidade²⁰.

Ao mostrarem-se como um grupo de moradores de um bairro, organizados em torno de um objetivo, a quermesse, desmontam possíveis suposições dos policiais. Evidenciam, por exemplo, que a quermesse não está sob a responsabilidade de moradores envolvidos em atividades criminosas, assim como não consiste em ponto para venda de drogas ilegais²¹, o que, do ponto de vista dos policiais, justificaria impedir sua continuidade ou, então, no caso daqueles orientados por oportunidades de corrupção, condicionaria seu funcionamento a pagamento em dinheiro.

A quermesse é uma ação realizada em conjunto. Uma ação que gera outras ações. Da sua barraca de doces, Dona Benedita grita: “Oh, seu policial! Quem está fazendo a festa somos nós!”. O poder do argumento se efetiva por cada um, não por dominação, mas por contágio; somado à disposição para o diálogo, esse poder refreia a violência militar. Ao argumentar, os moradores do bairro se estabelecem como interlocutores, o que já constitui um diferencial. “Não é todo mundo na quebrada que tem estômago para aguentar os poliça”, como nos diz Bola, “A maioria aqui já

²⁰ Interessante notar a articulação que Arendt faz entre poder, palavra e realidade: “O poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções mas para revelar realidades, e os atos não usados para velar e destruir, mas para criar relações e novas realidades.” (ARENDT, 2005: p.212).

²¹ Isso não quer dizer que não houvesse ilegalidades sendo cometidas como, por exemplo, sonegação fiscal. Nenhum morador ali pagava impostos sobre a renda que gerava. No entanto, essa era uma ilegalidade com a qual os policiais não estavam preocupados, talvez por não significar uma ameaça à segurança das pessoas ou por não sinalizar uma oportunidade para práticas de extorsão.

fica logo com raiva e já começa a acelerar”. Sua ação, ao contrário, é de troca de ideias com os policiais, na busca por envolvê-los na quermesse, oferecendo, assim, um exemplo rapidamente reconhecido pelos demais moradores.

As motivações políticas e econômicas dos moradores

A quermesse fazia com que os moradores se organizassem em torno de um propósito comum, ao mesmo tempo em que criavam um evento que tinha também finalidades econômicas. Dona Benedita fala ao policial, não de qualquer lugar, mas de sua barraca de doces. A entrada na quermesse estava sujeita a cobrança de ingresso. Todos ali presentes eram também potenciais clientes. Esses moradores experimentaram sua capacidade de organização e mobilização e, juntos, criaram oportunidades de geração de renda, constituíram uma associação econômica para consecução de finalidades privadas. O seu sucesso dependeu também dos lucros que cada morador conseguiu gerar para si mesmo. Suas motivações parecem transitar entre o político e o econômico.

Para Arendt (2005), o poder é um fenômeno propriamente político, ou seja, ele parte de motivações que ligam o cidadão a bens comuns, bens públicos. Nesse sentido, podemos nos questionar em que medida se constituiu um poder em torno da quermesse.

Bola conta que, após a sua realização em 2007, com frequência lhe perguntam quando organizará a próxima. Para os moradores, a quermesse foi

uma oportunidade que, dentre outras coisas, de fato lhes gerou renda. Bola diz que um evento como esse é extremamente trabalhoso; nem todos têm tempo, experiência e disposição para enfrentar tal desafio. Por esse motivo, não se mobilizam. Por outro lado, podemos dizer que os moradores parecem empenhados em se organizar para montar as suas barracas em busca de gerar a sua renda. No entanto, não estariam com a mesma disposição para trabalhar na estruturação da quermesse como um todo, o que lhes demandaria uma motivação política, mais livre da necessidade de satisfazer interesses privados e econômicos, mais compromissada com interesses coletivos. Essa motivação política, mais facilmente localizável em Bola, Macarrão e Antão, talvez deva-se a uma relação diversa com o bairro que, com frequência, é palco de suas ações. Como veremos mais adiante, cresceram dentro da cultura *hip-hop*, organizando festas e shows na rua. Além disso, mesmo não tão jovens, já beirando os trinta anos, mas dedicando-se a construção de oportunidades de trabalho no próprio bairro, dispõem de mais tempo para a região do que a maioria dos outros moradores. Assim, também trazem consigo motivações econômicas: a quermesse faz parte de um projeto maior, estão decididamente envolvidos na tarefa de viabilizar financeiramente suas atividades e fazer disso o seu trabalho.

O fato é que, em termos políticos, a quermesse foi um acontecimento extremamente fugaz; ela não foi capaz de fundar instituições ou disparar movimentos sociais de longa duração. No entanto, apresentou fortes elementos de uma experiência política. Ela afirma a possibilidade de outra lógica de sociabilidade, baseada na comunhão em torno de bens comuns, na

percepção de que certos desafios não dizem respeito apenas a uma pessoa e que podem ser mais bem enfrentados coletivamente. Trata-se de uma lógica ancorada na percepção dos ganhos em estar e morar ao lado de vizinhos compromissados com o problema alheio e com o bem público.

Envolvendo os policiais

Além disso, a lógica de sociabilidade experienciada na quermesse contrapõe-se também à lógica repressiva e autoritária da polícia. Nesse embate, a indistinação a que são submetidos todos os moradores do bairro pelos policiais é refreada pelo rosto de convivas, num momento pacífico de festa, em que a indisposição para o diálogo é estranhada. Mas, para isso, foi preciso uma estratégia de enfrentamento: aprender a “localizar” as pessoas, distinguir um policial do outro e reconhecer as diferenças entre cada um.

A fim de estabelecer um diálogo e interromper a relação de mando e obediência característica da abordagem policial, Bola procura os agentes mais “abertos”: “Quando os polícia chegam, sempre tem um que já vem com aquela cara de bravo, botando panca, e tem um que está um pouco mais na boa. A gente vai sempre nesse que está mais na boa e começa a trocar ideia. Dali a pouco, ele já cola no parceiro dele e fala que as coisas estão tudo sossegada ali, que é a comunidade quem está cuidando”.

Jovens, moradores da periferia, à noite, reunidos em uma festa, não são exatamente aqueles a quem um policial costuma se mostrar acessível. A quermesse, do mesmo modo que jovens como Bola, Macarrão e Antão, é tão

ameaçadora para os policiais que estes se vêem frente à necessidade de interrompê-la. Esses homens fardados e armados, em geral, pouco se oferecem para um encontro que revele as pessoas que se apresentam, permitindo identificar o que as distingue de outras; ou um encontro que revele a diferença de uma festividade em relação a outras. Para se proteger da ameaça, cristalizam-se como policiais e terminam por se esconder na autoridade conferida a tal papel. De forma mais ou menos calculada, revezam-se nos papéis do intransigente e do cortês; assim, acreditam estar mais seguros. Porém, podem ser “descobertos”.

Na quermesse, a estratégia dos organizadores era clara: agir sobre o cortês para influir sobre os dois, realizando operações de abertura. Como explicita Macarrão: “Cara, entramos na mente do polícia, fomos até o cérebro dele e mudamos as coisas de lugar. A gente falava para ele entrar na quermesse e tirar uma onda, que ele não precisava chegar acelerando, que não tinha ninguém armado ali dentro e que era a própria comunidade que estava organizando tudo aquilo. Teve até uma tiazinha de uma barraca que veio e falou para o policial que os moradores apoiavam a quermesse. Ele pediu desculpas por ter incomodado a gente, falou com o parceiro dele, deram meia-volta e foram embora”.

No entanto, a fugacidade do poder que se constituiu em torno da quermesse é evidente. A permanência de sua influência junto à polícia teve o tempo de uma abordagem. Todas as noites, um grupo diferente de policiais se aproximava de maneira autoritária e desrespeitosa, repetindo um modo de relação com os moradores do bairro baseado no confronto. Nesse embate, o

medo da violência conta dos dois lados, leva todos a muitos esconderijos, instala uma distância difícil de ser vencida e onde está depositada a ilusão de uma proteção. Mas se trata de uma proteção estranha: não se sabe quem está do outro lado e convive-se permanentemente com suposições, suspeitas, receios e desconfianças. Todos são uma ameaça em potencial. Somada a isso, uma espécie de proximidade física obrigatória produz uma situação explosiva. A dinâmica da cidade isola e amontoa. Estabelecem-se relações em que as partes se anulam. O policial vê apenas um bandido e o morador vê apenas um policial violento. E, por vezes, é assim mesmo que eles se mostram e se reconhecem. Pouco resta de coragem para o enigma do outro e de nós mesmos.

Bola, Macarrão e Antão se dispuseram a uma proximidade em que nos mostramos uns aos outros, em que o outro deixa de ser tão ameaçador²². O encontro se viabiliza e surpreende diante da tamanha tensão que o precedeu. Algo se desestabiliza. Atraídos pelos rostos que ali se dispunham ao risco do encontro, os policiais parecem se desgrudar, mesmo se parcialmente, da corporação policial e de sua lógica repressiva e violenta. De repente, demonstram respeito pelo interesse daqueles moradores. A indistinção já não predomina mais. Suas ações automáticas hesitam. O anseio político de Bola,

²² Para Arendt (2005), “A conotação de coragem, que hoje reputamos qualidade indispensável a um herói, já está, de fato, presente na mera disposição de agir e falar, de inserir-se no mundo e começar uma história própria” (p. 199). Arendt vai ainda dizer que a coragem implica em um agir despojado de interesses econômicos e da busca por satisfazer necessidades pessoais. Nesse sentido, a coragem das ações de Bola, Macarrão e Antão diante da intimidação policial está não só no risco do enfrentamento com a polícia, mas na disposição de um agir em prol de um interesse coletivo, no caso, a quermesse.

Macarrão e Antão de serem tratados como cidadãos por esses agentes do governo é conquistado, ainda que de forma circunscrita àquele momento. No entanto, para os moradores, a quermesse estabeleceu, de modo um pouco mais permanente, o espaço para um outro tipo de proximidade. Alguns vizinhos que pouco se conheciam constituíram entre si relações de amizade e solidariedade. Por alguns dias, a rua se tornou local de encontro, seguro inclusive para as crianças.

Sem a necessidade de se proteger, Teca, assim como Macarrão, Bola e Antão, também fez a sua operação de aproximação. Sua disponibilidade para brincar ignorou o esconderijo policial daquele homem. Ou talvez, o que era um esconderijo para os outros, para Teca se tornou uma roupa muito diferente, uma fantasia policial. Como toda fantasia, ela vestia alguém. Para Teca, alguém na quermesse era alguém para brincar e, no caso, com muitos brinquedos novos. O que não podia ser brinquedo foi logo estranhado: “Nossa, ele está armado!”. Subitamente, o policial foi para a viatura. Algo lhe acometeu. Como se de um instante a outro sua presença se tornasse inadequada e o recolhimento, a ação mais prudente. Teca o desconcertou de um concerto rígido demais. Era-lhe difícil lidar com uma situação que o convidava a brincar. Não estava ali para isso, nem para isso havia sido treinado e vestido.

A ordem para fechar a festa estava suspensa, mas o policial continuou tenso, não mais pelo medo de um embate com bandidos, mas pelo risco do brincar e do encontro com o outro. Aceitar um convite para brincar junto exige que se saia do esconderijo. A brincadeira é uma distensão e uma

criação e, quando criamos algo, oferecemos ao mundo uma novidade, um inesperado, algo que não existia antes de nossa presença. Somos convocados de um modo muito diferente da convocação militar: somos chamados a nos expor e fazer uma marca nossa. Teca foi ao encontro do seu novo amigo dentro de sua toca escura e com o farolete eliminou um esconderijo, fez relaxar sua disciplina e a lógica que sufoca o aparecimento do rosto, marca da relação entre policiais e moradores de bairros pobres.

Sem perder o constrangimento, ainda embaraçados, os policiais aceitaram o convite para entrar na festa. Homens fardados, armados e ao mesmo tempo convidados. O que para eles era um beco, um esconderijo de bandidos, ganhava outras caras, outras fisionomias, rostos de uma comunidade.

A proximidade pública

Desde os primeiros shows de *hip-hop* que promoveu, Bola sempre manteve uma atenção especial com a segurança. No Jardim Ângela, era comum a ocorrência de conflitos que terminassem em homicídios, especialmente em eventos que reuniam um grande número de pessoas em lugares abertos como uma praça ou rua. Esses assassinatos invariavelmente impediam a continuidade do evento, e Bola sabia que seria preciso montar uma estratégia para lidar com possíveis enfrentamentos ao longo da quermesse. O efeito dessa estratégia foi a constituição de uma certa lógica de sociabilidade que poderíamos chamar aqui de proximidade pública.

Para garantir a segurança da quermesse, o “crime” se dispôs a estar presente portando armas de fogo. Bola recusou essa ajuda: “A melhor segurança pra gente é que não tenha ninguém armado na festa”. Com essa recusa, Bola não foi contra o “crime”, mas apresentou uma lógica alternativa de segurança: sem armas, mais segurança, ou seja, não haverá um controle por meio da coerção sobre as pessoas; o compromisso com uma festa sem violência dependerá da adesão a essa proposta. Por isso, solicitou ao “crime” que divulgasse o compromisso com a ideia de que crianças, jovens, adultos e velhos, mulheres e homens, assim como grupos vindos de diferentes ruas e bairros, possam conviver sem o risco de ser eliminado. E, condizente com essa proposta, convidou-os para a festa, afinal, também eram moradores do bairro e seriam bem-vindos.

Mesmo assim, o risco de uma briga ou morte na quermesse esteve sempre presente. Observe-se um relato de Macarrão entre um fim de semana e outro:

Macarrão: Foi tranquilo... quer dizer, a polícia veio daquele jeito, tivemos que trocar uma puta ideia...mas sei lá...comecei a perder o medo, mas também comecei a perder a paciência. Toda vez é a mesma coisa! Os caras ficam enchendo o saco! Mas, tirando isso, foi suave, ainda bem, graças a Deus.

Marcus: Você ainda tem medo de que aconteça um acerto de contas ou uma briga que dê em morte?

Macarrão: Porra, se tenho! Você não sabe, o bagulho às vezes fica tenso.

Marcus: Mas isso não espanta os moradores?

Macarrão: É que a tensão está rolando na entrada, dentro da festa a coisa está suave. Esse final de semana foi impressionante, a rua estava lotada de criança, era meia-noite e a molecada não parava de correr.

Marcus: Não tem o risco de alguém entrar com uma arma? Como é que dá para garantir isso?

Macarrão: Não dá. Eu não sei se o cara entra com a arma durante a quermesse, mas ele pode deixar ela escondida em algum canto

durante o dia, na casa de alguém e à noite ele já está com ela. Por isso que tem que trocar ideia, tem que trocar muita ideia, é foda. E tem que trocar ideia com todo mundo, não pode entrar numas de conversar com uns e não conversar com outros. É louco que tem várias tretas entre os moradores e a gente conversa com todo mundo, a gente é tipo neutro.

A proibição de armas e a revista na entrada da quermesse faziam uma marca no espaço do bairro que o contorno da festa delimitava. A tensão que poderia perturbar a convivência se manteve do lado de fora, na entrada, onde o conviva deveria decidir aceitar ou não as regras e, conseqüentemente, participar ou não do evento. E foi também na entrada que ocorreram os embates com a polícia e que jamais teriam sido resolvidos como foram se houvesse seguranças armados do tráfico. Mesmo assim, era impossível obter garantias de que os conflitos não culminassem em situações de violência.

No entanto, o compromisso e empenho dos organizadores na constituição de um espaço regido por outra lógica foi evidenciado. Sua disposição para conhecer e transitar entre os diferentes pontos de vista presentes na quermesse lhes permitiu, conforme nos diz Macarrão, uma condição de neutralidade e funcionou como uma estratégia para envolver os moradores. Conhecer e pensar com os outros antes de qualquer avaliação da pertinência de cada ideia: uma habilidade política voltada para a afirmação, cruzamento, negociação e respeito pelo mundo que cada um traz. Não importa qual fosse o conflito em questão, estavam disponíveis para “debater a fita”. Nutrem respeito pelo outro, inclusive por aqueles com quem não compartilham intimidade.

A constatação do clima suave ou tenso a que Macarrão se refere revela uma percepção aguçada quanto à proximidade e à distância de uma situação violenta. O risco existe, no entanto a iminência de uma fatalidade deixa de ser uma constante. Essa aguçada percepção decorreu do canal de diálogo constantemente aberto e por onde os conflitos podiam ser percebidos e trabalhados. Assim, Bola, Macarrão e Antão fomentaram uma forma de proximidade entre as pessoas baseada na troca de opiniões, na disposição para o debate. Um tipo de proximidade que não se ancora na troca de intimidades, mas no respeito pelo ponto de vista do outro.

Essa estratégia de segurança contrasta não somente com a estratégia proposta pelo “crime”, mas também com a lógica repressiva e autoritária da polícia. Esse contraponto se evidencia na mudança de atitude dos policiais durante a abordagem da quermesse. A sociabilidade orientada por uma espécie de isonomia os fez hesitar e se permitir ver as peculiaridades daquela festividade e dos moradores que a organizaram. Por alguns momentos, agiram sem autoritarismo. Pareciam não mais colados a um Estado que costuma se fazer presente por suas forças militares e repressivas, que atua como se a população, ou boa parte dela, fosse inimiga, como se se tratasse de uma guerra que demandasse, portanto, ações de guerra.

Moradores de um bairro que não ameaçam sua vida, ao contrário, convidam o policial para a festa e para brincar, podem desorientá-lo. Um policial que brinca com as crianças e visita respeitosamente uma festa no bairro pode desorientar seus moradores. Uma festa em que se convive com quem antes não se convivia pode bagunçar a percepção de um vizinho sobre o

outro. A confiança que se construiu não foi uma confiança em pessoas, mas sim em um propósito político: constituir um espaço onde a participação de todos estivesse assegurada, seja organizando, vendendo, consumindo, brincando, conversando, tocando ou namorando. A estratégia de segurança de Bola, Macarrão e Antão se sustentava numa espécie de contrato social em torno da constituição de um espaço com fortes ingredientes públicos, gerando uma espécie de proximidade que arrisco nomear como proximidade pública.

CAPÍTULO 5 – É TUDO MUITO ESQUISITO: sobre a relação com o Estado

Desde 2000, Bola, Macarrão e Antão vêm estabelecendo contato com o Estado para viabilizar suas ações. A julgar pelos capítulos 3 e 4, tais contatos já eram notáveis quando representados pelo contato de moradores do bairro e policiais. Neste capítulo, no entanto, nos debruçaremos sobre o contato de nossos depoentes com agentes administrativos do Estado – funcionários da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) ou do Governo Estadual de São Paulo. De diversas maneiras, tais contatos revelam um Estado ambíguo, inclinado a realizações muitas vezes incongruentes, que ao mesmo tempo em que desvirtuam o caráter público das instituições de governo, por outras vezes o garantem.

Sobre a relação com servidores da PMSP, vale lembrar que, em 2003, estava em andamento o processo de transição das antigas administrações regionais para as atuais subprefeituras. Na época, a região sob a responsabilidade da antiga Administração Regional do Campo Limpo, zona sul da cidade de São Paulo, compreendia os distritos Campo Limpo, Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luiz. Com a implantação das subprefeituras, o Campo Limpo e o Capão Redondo ficaram sob a responsabilidade da nova Subprefeitura do Campo Limpo, que herdava toda a estrutura da antiga Administração Regional. Já o Jardim São Luiz e o Jardim Ângela ganharam uma nova sede administrativa, a Subprefeitura do M'Boi Mirim.

A proposta das subprefeituras tem por objetivo descentralizar a gestão do governo municipal. Além disso, de acordo com Teixeira e Tatagiba (2005) em pesquisa realizada pelo Instituto Pólis e pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 2004 e 2005, essa foi uma das medidas tomadas pela gestão da prefeita Marta Suplicy que, somadas ao Orçamento Participativo e aos Planos Diretores, indicavam o intuito de aumentar a participação da população no governo. Concentrando-se sobre as relações que se constituíram em torno das subprefeituras de Capela do Socorro (zona sul), São Mateus (zona leste) e Sé (centro), a pesquisa revelou que tais dispositivos de participação não foram capazes de impactar imediatamente o sistema político: de acordo com os autores, houve continuidade na lógica clientelista presente nas práticas dessa gestão, e ações sociais importantes não decorreram dos espaços de participação, o que permitiria afirmar que a democracia participativa não se articulou com a representativa (TEIXEIRA e TATAGIBA, 2005).

No seu governo [de Marta Suplicy], as experiências de democracia participativa tiveram uma convivência muito ‘pacífica’ com uma prática de gestão extremamente conservadora no que se refere, por exemplo, a relação entre executivo e legislativo, cujo fundamento esteve ancorado em uma relação de troca, forjado sobre os interesses eleitorais de curto prazo. A participação, no seu governo, ao menos essa exercida no nível local, ao qual tivemos acesso por meio desta pesquisa - assumiu um caráter estratégico, instrumental e residual sendo, portanto, incapaz de impactar a lógica de funcionamento do governo, seja no que se refere ao funcionamento das estruturas burocráticas, e ao nível de controle social sobre elas, seja na relação que o governo estabelece com os demais poderes do Estado. Se no que diz respeito a alocação dos serviços públicos, vemos a marca de um governo mais à esquerda, face aos efeitos redistributivos das políticas implementadas, em particular, das políticas sociais; sob o ponto de vista político trata-se de um governo que reabilitou estratégias conservadoras na busca

da manutenção do exercício do poder (TEIXEIRA e TATAGIBA, 2005: p.8).

Vale dizer que, diferentemente da pesquisa referida acima, os depoimentos de Bola, Macarrão e Antão sobre suas experiências de contato com o governo municipal tratam de situações ocorridas durante a gestão Serra e Kassab, e em uma subprefeitura distinta, a do M'Boi Mirim. No entanto, as reflexões e descobertas de Teixeira e Tatagiba (2005) levantam problemas importantes acerca das lógicas – instrumental e clientelista – que costumam reger as relações com o Estado e a sociedade civil. Como se verá a seguir, essas são questões que surgem também nos relatos de nossos depoentes.

Bola, Macarrão e Antão, por conta das atividades da Banca, em geral procuram a Subprefeitura do M'Boi Mirim no intuito de tê-la como parceira em suas ações. Um motivo corriqueiro e banal para essa aproximação é sempre a obtenção de uma autorização para a utilização dos espaços públicos onde se realizam os eventos. Geralmente, entram em contato com o Subprefeito e com delegados ou subordinados seus, a maioria deles funcionários lotados na Coordenadoria de Ação Social e Desenvolvimento cuja função é fomentar ou apoiar iniciativas culturais na região²³. No entanto,

²³ Conforme Portaria Intersecretarial 6/02 – SGM, dentre as atribuições de uma subprefeitura consta “Desenvolver ações no sentido de apoiar e incentivar a produção cultural local nas diversas linguagens: música, teatro, dança, leitura, artes plásticas, cinema, entre outros”.

eles não têm conseguido nem as autorizações de que precisam, nem incentivos de qualquer teor para suas ações. Veja-se este relato:

Antão: A última vez que a gente foi na subprefeitura foi pra falar com o Cacá, o Carlos²⁴ [importante autoridade da Subprefeitura do M'Boi Mirim]. Ele pediu pra gente chamar ele de Cacá, tá ligado? Ele disse que pro lançamento do Poetas²⁵ ele bancaria 400 contos do bolso dele para liberação da rua.

Macarrão: São uns papos loucos assim, mano. É tudo muito esquisito.

Antão: Ele falou que ia tirar do bolso dele, porque ele curte cultura, já tocou pra caramba e queria ajudar a gente a conseguir as coisas do Anhembi²⁶, o palco, o equipamento de som, porque ele acha muito louco isso tudo.

Macarrão: Isso sem nem conhecer o que a gente faz, sem ter a menor ideia do que a gente faz.

Antão: Era a primeira vez que ele via a gente.

Macarrão: A gente entrou numa reunião e ele falou: “você são foda, é isso mesmo” e ofereceu pra pagar. A gente podia chegar e fazer um funkão ou um bundalelê que ele não estava nem aí.

²⁴ Os funcionários do Estado aos quais Bola, Macarrão e Antão fazem referência em seus depoimentos não terão aqui seus cargos explicitados e seus nomes serão fictícios. O exame crítico a que nos dedicamos não pretende rigidamente vincular os problemas aos funcionários de algum modo neles envolvidos: o que diremos é aberto, mas também dirigido a eles. Nosso desejo é contribuir para a superação de desafios, não excluindo quem quer que o desejo também: estamos todos mais ou menos implicados na formação dessas dificuldades e fazemos votos que possamos estar todos engajados na sua superação, cada qual segundo sua necessidade e capacidade de autocrítica. Não pretendemos evitar conflitos e nem alimentá-los rigidamente: o conflito que se impuser, que então o enfrentemos sem pusilanimidade.

²⁵ Evento previsto para o lançamento da coletânea Poetas Escondidos, produzida pela Banca. Conforme se verá adiante, essa é uma iniciativa financiada pelo PROAC – Programa de Ação Cultural, da Secretaria de Estado da Cultura, e configura uma forma específica de relação com o Estado, contrastante com a descrita neste diálogo. Mais informações disponíveis em <<<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC>>>, consultado em 8 de fevereiro de 2010.

²⁶ O Parque Anhembi é um centro para a realização de eventos, feiras e grandes convenções. Atualmente ele é administrado por uma empresa de capital aberto, a São Paulo Turismo, cujo sócio majoritário (com 77% das ações) é a Prefeitura Municipal de São Paulo. Além de espaço para a realização de grandes eventos, o Parque Anhembi dispõe de equipamentos para a realização de shows musicais e é a tais equipamentos que Antão faz referência.

Antão: E na real ele pegou isso assim porque a gente mandou um ofício pedindo a liberação de um espaço público pra acontecer um evento, só isso. E isso chamou a atenção. A gente foi pra conversar sobre o ofício desse evento, pra no final ele falar que não ia autorizar. “Se vocês forem fazer pode fazer, mas agora não está em tempo hábil pra conseguir a autorização, vamos ver o que vai pegar, mas a gente não tem nada a ver com isso.”

Marcus: E ele veio com essas duas conversas no mesmo dia?

Bola: É tudo papo, Marquito! É tudo papo!

Macarrão: É, ele falou no começo que o que precisasse ele pagava porque a gente tinha falado que não tinha o dinheiro pra liberar a rua.

Antão: Porque com a lei agora precisa pagar pra liberar a rua e quanto menos você pagar é mais difícil de conseguir.

Bola: Todos os eventos que a gente fez, todos mano, não estavam legais. Pra você ter uma ideia, todos os eventos do VAI na praça²⁷, a gente só tinha a porra de um ofício da polícia, o cara vinha ali porque ele tinha que cumprir aquilo, porque a gente foi e tinha deixado o ofício. Agora se vem o bloco da Subprefeitura e fala que a gente não vai fazer, a gente não vai fazer porque a gente não tem nada, a Subprefeitura não dá a autorização.

O relato de Antão inicia com o convite desse funcionário da Subprefeitura para que o chamem por um apelido, sugerindo que se constitua ali entre eles uma relação de proximidade. O convite soa estranho, tão estranho quanto sua disposição em arcar pessoalmente com os custos da autorização. Tratava-se de um primeiro encontro, ele não os conhecia, nem tivera contato com sua produção musical ou com as ações que desenvolviam na região. “É aquela conversa de político, o cara nem te conhece e te trata como melhor amigo”, comenta Bola. Em seguida, o funcionário se diz de

²⁷ Eventos musicais realizados dentro do escopo de ações do projeto DJayando e Rimando uma outra vida. Conforme se verá adiante, essa é uma iniciativa financiada pelo VAI – Programa de Valorização de Iniciativas Culturais, da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo.

mãos atadas diante do tempo, supostamente curto, e dos procedimentos burocráticos para emitir a autorização. Tudo parece uma simulação e conforme Bola categoricamente aponta: “É tudo papo!”. Uma conversa em que não se pode confiar nas palavras que, no lugar de revelar, parecem esconder e manipular. A comunicação só é possível por meio de inferências e conforme nos diz Macarrão, “É tudo muito esquisito”.

A disposição em ajudar diretamente, de modo pessoal, chama a atenção para o gesto anunciado como favor particular e não como dever do Estado e de seus governantes. O traço esquisito, sentido pelos depoentes, parece residir nisso: trata-se, ao que tudo indica, de um gesto clientelista, introduz a lógica dos favorecimentos discricionários como base para a parceria que, em princípio, era esperada como benefício público. Como se não bastasse, para agravar a esquisitice, o favor anunciado é afinal retirado, por alegação de prazos ou obstáculos burocráticos incontornáveis.

Macarrão: É, a gente não fica indo direto na Subprefeitura, babando ovo pros caras.

Antão: A Subprefeitura não é a Subprefeitura, já envolve aquela questão de pessoas: “Eu te dou um força aqui, mas sabe, quando precisar...” Não é a Sub, é o cara que está ali.

Macarrão: E aqui, você não coloca o logo da Sub, você tem que colocar o logo do Antônio Carlos²⁸.

Bola: Lá na frente você tem que favorecer o cara.

²⁸ Um vereador da cidade de São Paulo (nome fictício)

No trecho apresentado a seguir, Bola questiona a pertinência da taxa para obtenção da autorização para a utilização de espaços públicos: “Como é que os caras cobram uma taxa de quem vai fazer um evento cultural se só tem uma Casa de Cultura em toda a região? E não é só a taxa, para ter esse alvará precisa de um monte de coisa, os caras tinham que mudar isso, ter outras regras para eventos menores. Os caras são uma ilha. A gente não tinha que ficar indo atrás da Subprefeitura. Eles que tinham que vir atrás da gente, pelo menos é isso que eu acho”.

A indignação de Bola se sustenta pela percepção de que poucos são os espaços destinados a atividades culturais na região da Subprefeitura do M’Boi Mirim. O quadro 1 apresenta a quantidade de equipamentos culturais nessa região e, para termos uma segunda referência, também de uma outra, localizada na zona oeste da cidade. Como é possível notar, à indignação de Bola com a falta de oportunidades culturais no Jardim Ângela se acrescenta sua desigual distribuição no município.

A cobrança de uma taxa pela autorização do uso do espaço, ao dificultar a realização de eventos culturais em espaços públicos, produz um efeito oposto do que se esperaria de uma ação do Estado. Em se tratando de uma região onde o acesso a atividades culturais é restrito e diante de moradores mobilizados em torno da promoção de ações com esse teor no bairro, disso fazendo inclusive oportunidade para a geração de renda, os entraves criados pelo Estado carecem de sentido e racionalidade.

Quadro 1: Equipamentos de Cultura, Subprefeituras de M'Boi Mirim e de Pinheiros

			subprefeituras		
			M´Boi Mirim	Pinheiros	
equipamentos de cultura*			população**	544.446	233.563
	Centros culturais, espaços e casas de cultura	quantidade	3	15	
		por total de habitantes	181.482,00	15.570,87	
	Cinemas	quantidade	0	45	
		por total de habitantes	-	5.190,29	
	Equipamentos culturais públicos	quantidade	5	9	
		por total de habitantes	108.889,20	25.951,44	
	museus	quantidade	0	5	
		por total de habitantes	-	46.712,60	
	salas de show e concerto	quantidade	1	124	
		por total de habitantes	544.446,00	1.883,57	
	teatros	quantidade	0	42	
		por total de habitantes	-	5.561,02	
* Dados referentes ao ano de 2009 obtidos no site do Movimento Nossa São Paulo					
www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/indicadores.php?tema=2					
** Dados referentes ao ano de 2008, obtidos no site da Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras					
www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758					

(2008/9)

A *esquisitise* desse Estado, referida por Macarrão, passa não somente pela dificuldade em compreender os encontros com seus funcionários, mas também pela aparente falta de sentido das normas que cria. No lugar de fomentar a ocupação de praças e ruas, no caso com eventos musicais gratuitos, o Estado a desestimula. Para Bola fica a impressão de que o Estado é uma ilha, ou seja, sua finalidade pública foi desvirtuada; além de não ir até a população, a repele, não dialoga de fato, não faz ponte. Seus representantes apresentam-se como pessoas muito pouco imbuídas da tarefa pública de uma instituição de governo, pessoas que, mascaradas como funcionários públicos, operam em benefício próprio ou em benefício de seus aliados.

No contato com outro servidor da mesma Subprefeitura, mais diretamente envolvido no setor de cultura, Bola, Macarrão e Antão enfrentam uma situação diferente, mas não menos estranha.

Macarrão: Eu acho impressionante essas coisas. E vai ver quem trabalha com cultura lá na subprefeitura, se ela manja de cultura. Não sei se precisa manjar, mas pergunta se ela conhece os grupos daqui, se ela conhece grupos de qualquer outro lugar, ela só manda email com receita de bolo!

Bola: É isso que é foda! Manda horóscopo! Dona Mariluce! Oohh Dona Mariluce!!!

Macarrão: Edital? Não chega esses bagulhos.

Bola: Ou então teve outro que era “Como conquistar um grande amor?” Eu vou encaminhar pra você, Marquito, você vai ver.

Marcus: Não, não me encaminha essas coisas não!

Macarrão: Nunca chega nada de trabalho. E a gente só vai na Sub pra falar de trampo, tá ligado?

Bola: Outro dia ela pegou o CD do Usina e do Voz da Periferia²⁹ e falou que ia pra um cruzeiro em que estariam o Zezé de Camargo e Luciano, “Vou entregar o CD na mão deles!” ela me disse.

A existência de um setor de cultura dentro da Subprefeitura indica, a princípio, que esse órgão conta com uma proposta cultural para a região. No entanto, novamente um funcionamento esquisito, incongruente, entra em cena. A pessoa responsável conduz a relação com os integrantes da Banca não somente desconectada do seu tema de atuação, como também desligada de qualquer área de uma subprefeitura. Seus emails são tragicômicos devido a sua distância em relação ao que se esperaria da funcionária. No lugar de uma proposta para o desenvolvimento de ações culturais, no lugar do que seria uma troca entre agentes (servidores públicos e moradores engajados), propõe amenidades ou ninharias como se fossem ofertas pertinentes, e nenhuma troca ou interlocução fecundas de fato se estabelecem. Em total ignorância do teor

²⁹ Usina Reggae é o grupo musical do qual Macarrão participa como guitarrista e tecladista. Voz da Periferia é o grupo musical de que Bola participa como DJ.

de seu trabalho, a servidora o desempenha como pífia amizade com os cidadãos, amizade expressa em procedimentos ou iniciativas simplórios, em respostas inadequadas às solicitações que lhe são dirigidas, completamente disparatadas em vista do que seria efetivamente significativo ou culturalmente relevante.

Diante do trabalho artístico de Bola e Macarrão, dispõe-se a ajudá-los, porém a ajuda não consiste, por exemplo, num olhar para os desafios que são comuns entre os grupos musicais da região e uma conseqüente ação que facilite o seu enfrentamento, estimulando sua produção musical. Ao contrário, seu apoio se dá a partir de uma suposta oportunidade bastante desvinculada da área de cultura da Subprefeitura, com vistas a beneficiar uns poucos que dela se aproximaram. Diferentemente do funcionário presente no depoimento anterior, essa funcionária não aparenta ter interesses escondidos por detrás de uma conversa manipuladora. Seus movimentos parecem ser o de alguém sem interesses, muito pouco ciente da função e do cargo que ocupa. Além disso, Dona Mariluce nivela manifestações artísticas de todo tipo, sem nada discriminar segundo sua originalidade ou banalidade, segundo seus diferentes valores estéticos, éticos e políticos.

Antão: A impressão que dá, o que fica bem claro é que “Se eu ganhar, eu sou candidato aqui, você tem uma vaga na Subprefeitura, não interessa se você é da cultura, da educação, do asfalto. Se você conseguiu voto pra mim, você é meu amigão, você está lá dentro”.

Macarrão: É a história do voto.

Antão: O cara da associação A ou da associação B conseguiu voto pro cara e normalmente são pessoas de associações que estão lá.

Macarrão: É tudo gente de associação. A dona Mariluce trabalhava na creche que eu era aluno, velho.

Macarrão conta que, atualmente, a limpeza e a autorização para utilização dos espaços públicos onde realizam os eventos são os únicos pedidos que fazem à Subprefeitura. Nas situações em que solicitaram pouco mais que isso, como apoio financeiro, equipamento de som ou palco para os shows, foram informados que o órgão não contava com esses recursos. A única ajuda recebida foi a limpeza e poda no local. Mesmo assim, por diversas vezes também não puderam contar com esse serviço e eles mesmos limpavam o espaço.

Por outro lado, houve situações em que funcionários da Subprefeitura percebiam suas necessidades para a realização de uma determinada ação e então, insinuavam o envolvimento de um vereador para atendê-las. Ou seja, o auxílio, quando providenciado, não correspondia a nenhum serviço desinteressado, mas um agrado em troca de apoio eleitoral. Já conhecendo o funcionamento desse mecanismo, Macarrão desabafa: “É um saco isso, velho. Você nunca sabe o que os caras estão querendo, as intenções. A real é que a gente acaba sempre meio desconversando. Dá um bode da porra, dá preguiça. A gente está em outra pegada, a gente quer fazer música. Isso de organizar reunião na comunidade pra vereador dá um puta trampo. E a gente também não está muito ligado nessa história de conseguir cesta básica, tapar buraco em asfalto, a gente quer fazer música”.

Os relatos de Bola, Macarrão e Antão apontam para a mesma direção dos achados e interpretações de Teixeira e Tatagiba (2005): o uso privado do Estado informa o aliciamento e manutenção de bases eleitorais; desponta

como o objetivo organizador de boa parte do trabalho na Subprefeitura e em outros órgãos públicos da região e pode ser percebido em muitos dos encontros com seus funcionários. Trata-se de indevida apropriação do trabalho e instituições destinados a fins públicos.

Nesse sentido, Antão se recorda de uma conversa com um funcionário do Parque Ecológico do Guarapiranga, um equipamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente³⁰, na época em que organizaram em tal espaço um show de *hip-hop*: “Mesma coisa no Parque Ecológico, o único evento que a gente fez lá, o figura que estava na responsabilidade, depois, chegou em nós: ‘Dá hora a festa, mas depois a gente precisa conversar, ano que vem tem eleição, estou pensando em me candidatar...’ na caruda, velho!”.

Num contato com outro funcionário da Subprefeitura, novamente percebemos o uso do cargo em benefício privado. Alocado em um centro cultural municipal da região, esse servidor esteve com os moradores do Sonho Azul, bairro do distrito do Jardim Ângela onde Macarrão trabalha em um projeto de mobilização comunitária, para tratar de assuntos relacionados à cultura. No entanto, a conversa versou sobre outros temas...

Macarrão: E esse cara que trabalha lá naquele centro cultural, sei lá o que ele é, se é assessor de juventude, supervisor de cultura, eu sei que o cara está pensando em outra coisa, mas não em cultura, não sei se é pra vender terreno, mas não pra cultura. Ele não dá uma ideia de cultura! Ele foi com a gente lá no Sonho Azul, foi

³⁰ O Parque Ecológico do Guarapiranga é uma área de preservação ambiental sob a responsabilidade do Instituto Florestal, uma autarquia ligada à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

como representante de cultura, mas na reunião era assim: “Ah, tem um buraco ali na rua, me dá o endereço que eu vou dar um jeito.” Porque também a galera pede isso, e ele “Pode deixar, o Subprefeito é novo e chegou pra trabalhar.” Ele não dá uma de “Eu trabalho com cultura, tapar buraco não é comigo” Ele é alguém que poderia ajudar nas coisas da Banca, falar do pessoal do Sacolão das Artes, dizer do que rola na Casa de Cultura do M’Boi Mirim, falar do Panelafro³¹. Ele não falou disso, falou de umas coisas que não tinha nada ver, sei lá o que o cara está fazendo ali. Vai fazer outra coisa, limpa a área, pega outro trampo.

Bola: Imagina se as pessoas que trampssem nos cargos de cultura da Subprefeitura fossem realmente da cultura.

Macarrão: O cara vai lá e fica só falando de terreno. Se o cara não conhece a área que ele está ou muda ou vai pesquisar o que acontece na área dele.

A crítica central feita por Macarrão à atuação desse profissional tem como referência o que seria a função do cargo que ocupa dentro do Estado. Se ocupa um cargo na área de cultura, que trate de assuntos relativos à cultura. No entanto, em busca de votos, o funcionário se desvia de sua função e atende aos pedidos da população que, no anseio de solucionar problemas relativos à infra-estrutura do bairro – problemas tão ou mais importantes – e sem conhecer as diferenças entre um e outro cargo, demanda o que lhe é mais urgente. O funcionário, por sua vez, aproveita a oportunidade para dar o seu recado: “Pode deixar, o Subprefeito é novo e chegou pra trabalhar”. Assim, restringe seu trabalho à busca de potenciais eleitores e perde a oportunidade de, por exemplo, situar a população quanto à sua função, a função de outros

³¹ Sacolão das Artes é um centro cultural sob a responsabilidade da Subprefeitura do M’Boi Mirim. A Casa de Cultura do M’Boi Mirim é um equipamento de cultura da PMSP. Panelafro é um evento cultural organizado mensalmente no espaço desta Casa de Cultura.

setores da Subprefeitura, a diversidade de demandas que poderiam encaminhar a esse órgão e a melhor maneira de fazer estes encaminhamentos.

Ainda, o funcionário fizera diversas perguntas sobre os terrenos da região, o que para Macarrão denota um claro interesse em lucrar com especulação imobiliária. No bairro Sonho Azul, localizado nas imediações da Represa da Guarapiranga (conhecida por ser uma área de preservação ambiental ocupada irregularmente), este tipo de atividade, certamente, não está a serviço dos moradores, nem da necessidade de preservação dos mananciais da região, muito menos se trata de um trabalho da Subprefeitura.

Bola, Macarrão e Antão relatam ainda outra experiência com a Prefeitura de São Paulo, dessa vez com a Secretaria Municipal de Cultura; mais especificamente, com o projeto Quebrada Cultural. Diferentemente do que em geral ocorre na cidade de São Paulo, trata-se de uma iniciativa em que shows musicais são realizados em bairros localizados em sua periferia e não nas regiões mais centrais do município. Além disso, sua programação consiste de um grupo musical mais publicamente conhecido e de grupos musicais da região onde o evento é realizado. Ocorrida pela primeira vez em 2006, a proposta como um todo traz consigo avanços significativos em termos de uma democratização do acesso a atividades culturais e às oportunidades do mercado cultural. Na realização da Quebrada Cultural no Jardim Ângela, por exemplo, Bola e Macarrão se apresentaram com seus respectivos grupos musicais e foram remunerados por isso.

No entanto, o modo como esse projeto se desenvolveu gerou diversos incômodos em Bola, Macarrão e Antão:

Antão: Foi que nem a Quebrada Cultural, a gente que segurou a onda da Quebrada Cultural.

Bola: Veio de cima pra baixo, igual uma bigorna, o negócio veio de cima pra baixo.

Antão: Os caras entram na Subprefeitura, escolhem o local e manda toda a estrutura. Mandam uma atração. E manda camarim, banheiro químico, bombeiro, ambulância, está entendendo? Segurança, os caras mandam tudo.

Macarrão: E ela vai girando, só em quebrada, os caras vão andando.

Antão: E quem faz isso aí... é aquilo que você tinha falado antes, Macarrão, a atração principal já estava acertada, o cara não consulta na quebrada. Que grupo você gostaria de ter na sua região? Qual artista você gostaria de ver na sua região?

Macarrão: Os caras fazem até o *flyer* pra divulgar.

Antão: Os caras fazem a pegada, mas, por exemplo, amanhã é domingo, os caras estão montando o palco hoje e tem alguém perto do palco entregando os folhetos “Ó vai acontecer um evento aqui”

Macarrão: Os caras não fazem num tempo pra fazer de verdade, pra divulgar direito.

Antão: Isso é uma forma pro cara chegar depois e falar o seguinte: “Olha, a cultura está aí, a gente está dando, olha aí a Quebrada Cultural, mas não tem ninguém. A gente está fazendo só que ninguém vai.” Só que o cara se ferrou com a gente, porque tinha gente, a gente segurou a onda. Isso porque o Bola ficou sabendo na semana.

Marquito: Como que vocês ficaram sabendo?

Bola: O Claudinho³² que estava mais envolvido com esta história. Ele pediu uma ajuda pra fazer junto com ele, porque ele foi só tocar, a gente tocou o evento, ele tocou com a banda.

Macarrão: E estava em cima da hora, porque é isso que eu estou te falando, se está trampando um cara que manja, o cara vai pesquisar, entendeu? Se o cara vai fazer junto com a quebrada, não adianta o cara avisar duas semanas antes. Pra quê, tá ligado?

Antão: Eu pelo menos fui numas três Quebrada Cultural, fora a que teve aqui. E as três que eu fui estavam vazias. A gente foi naquela lá, não é Bola? Vazia, cara!

Bola: É verdade, um campeão gigante, velho! É uma judiação, mano.

³² Claudio Miranda, conhecido como Claudinho, é músico e produtor musical, morador do Jardim Nakamura, também no distrito do Jardim Ângela. Há alguns anos montou um estúdio de música em sua casa onde diversos grupos da região ensaiam e gravam seus CDs. Assim como Bola, Macarrão e Antão, Claudinho também faz parte da atual geração de artistas da região.

Antão: Comida pra quem vai se apresentar, tem tudo lá.

Bola: Uma estrutura dessa, dá pra fazer um orçamento pra um puta evento e os caras fazem isso.

Para Bola, aceitar o convite para participar de sua realização, significou “Dar a cara pra bater, essa era a pressão, por mais que o evento não fosse nosso, era a gente que estava divulgando e era a gente que estava no palco apresentando as bandas”.

Ainda que no Jardim Ângela a Quebrada Cultural tenha sido relativamente bem sucedida, a sensação desses rapazes foi a de uma bigorna que caiu de cima pra baixo, com um tempo muito curto para, segundo eles, “fazer de verdade, pra divulgar direito”. Mesmo que a concepção do projeto se ancore em princípios democráticos, que o produto final atenda ao gosto musical de muitos moradores do bairro e inclua grupos musicais da região, o processo ocorreu de forma atropelada. Foi somente duas semanas antes de sua realização que a produção do evento entrou em contato com eles. Para Macarrão, possivelmente há um descompromisso de quem produz a Quebrada Cultural por ser um evento já pago, gratuito e que, portanto, não depende da venda de ingressos e nem conta com bilheteria. Nesse sentido não há a necessidade de atrair um grande público e, conseqüentemente, nem de realizar uma boa divulgação, mesmo por que, quanto mais gente, maiores são as chances de ocorrerem confusões e brigas.

Ao curto espaço de tempo para organizar um evento desse porte que tem pretensão de constituir um processo participativo, soma-se o fato da atração principal já estar previamente definida. Com tudo isso, poderíamos supor que

a Banca tenha sido usada e o seu envolvimento mascarou um processo que, de fato, não foi participativo. Por outro lado, se foi justamente o envolvimento deles que garantiu certo sucesso para o evento, poderíamos dizer também que o processo participativo no Jardim Ângela funcionou, mesmo que com algumas falhas.

Antão argumenta ainda que, quanto menor o público, mais interessante para seus realizadores que usam disso para justificar o reduzido número de shows e outras oportunidades culturais na região; o curto tempo para divulgar o evento seria então uma estratégia de manipulação. Nesse sentido, a Banca não se sentiu usada, mas sim aproveitou a oportunidade para construir um argumento concreto – o evento lotado – para desmontar as tortas justificativas do Estado para sua ausência na área cultural em determinadas regiões da cidade³³.

A experiência que Bola e Macarrão tiveram junto à Quebrada Cultural revela um Estado um tanto desengonçado. Ao mesmo tempo em que apresenta uma proposta que envolve parceria com moradores do bairro, não consegue criar as condições para que de fato ela se efetive. O incômodo de Bola, Antão e Macarrão parece já não ser mais com as intenções dissimuladas ou uso de um cargo no Estado com fins eleitoreiros. Uma vez envolvidos na realização da ação, outros problemas tornam-se centrais, tais como o planejamento e a

³³ No caso poderíamos ainda estranhar qualquer argumento para privar determinada região de oportunidades culturais que se sustente pela falta de demanda por atividades culturais. Se fosse este o caso, esta seria a demanda, ou seja, o próprio despertar de um interesse pela arte e suas diferentes formas de expressão, uma tradição cultural que possa estar se perdendo, dentre outras.

gestão da produção do evento para que seu caráter participativo ganhe consistência.

Atualmente, Bola, Macarrão e Antão contam com dois financiamentos do Estado: o Programa de Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), da Secretaria Municipal de Cultura e o Programa de Ação Cultural (PROAC), da Secretaria de Estado da Cultura. Com esses recursos, realizam dois projetos, o DeeJayiando e rimando uma outra vida e o Poetas Escondidos, respectivamente.

Bola: Não é que nem o VAI. O VAI é assim: toma esse dinheiro para fazer o projeto, acabou o projeto, mano, tchau velho, não precisa ter nenhum vínculo, não precisa me trazer nada, do tipo você tem que trazer isso para mim se caso a gente precisar, não sei o quê; não, tá ligado? Não tem. O PROAC também não, é diferente.

Macarrão: O lance de edital é diferente, e aqui parece que não tem, pra nada, não é só pra cultura, pra porra nenhuma, não tem fila, tá ligado? Não tem concorrência.

Bola: [Com os editais] Não tem o rabo preso. Enquanto o projeto estiver em execução você tem que colocar o logo dele, dizendo que o projeto foi realizado, acho que até depois, daqui a 10 anos se lançar o disco Poetas Escondidos, acho que é justo, não é não? Eles foram os financiadores que deram a semente pro bagulho transformar.

Os editais de financiamento do Estado também estão sujeitos à corrupção e podem ser utilizados para manter bases eleitorais. No entanto, a experiência da Banca nesses programas de financiamento contrasta com a experiência junto aos servidores públicos de sua região. Em primeiro lugar porque uma parceria se estabelece. Por meio destes editais o Estado dispõe recursos para viabilizar ações culturais, enquanto a Subprefeitura não dispõe de recurso algum, nem mesmo de um projeto para o campo da cultura. No

caso do programa VAI, Bola conta receber visitas de funcionários da Secretaria Municipal de Cultura para conhecer sua iniciativa e verificar o cumprimento de sua execução. Paralelamente, a secretaria também promove encontros regionalizados entre os grupos apoiados pelo programa com o intuito de fortalecer suas ações por meio da troca de experiências. Claramente, há em curso uma proposta para a área de cultura que envolve organizações como a Banca.

Em segundo lugar porque os recursos desses editais não foram disponibilizados para a Banca mediante a constituição de pactos que lhe exigissem retribuir o apoio como se constituísse um favor. O pacto que sustentou esses editais cobrou de Bola, Macarrão e Antão que realizassem ações com as quais se comprometeram e prestassem contas da utilização do recurso financeiro. Seu compromisso é com a realização de ações culturais e é essa a expectativa depositada sobre a Banca ao ser inserida no programa de financiamento. A Subprefeitura, ao contrário, apresenta suas possibilidades de apoio em forma de favorecimentos que não tem por intuito o fomento da cultura, mas o retorno que futuramente a organização poderá oferecer em termos eleitorais: como vimos, o objetivo principal é constituir aliados e angariar a intenção do voto de moradores da região para um determinado candidato.

Por último, a experiência com editais contrastou com as relações junto aos servidores públicos de órgãos locais uma vez que, por meio desses programas de financiamento, o Estado se apresentou enquanto uma instituição. Seu apoio foi intercedido por regras publicizadas a todos, regras

que inclusive definem como deve se dar o reconhecimento pelo apoio. Ao contrário, a Subprefeitura se apresenta na figura de uma pessoa, em geral envolvida em dinâmicas partidárias e administrando o suporte de que pode dispor como uma troca de favores, de forma escamoteada e pouco clara.

Em suma, por meio dos editais a Banca se sentiu reconhecida como agente cultural na cidade. E vale notar que tal reconhecimento não se operou apenas por um agente externo qualquer, mas sim por um agente público, um agente que – em parte, ou ao menos teoricamente – representa os anseios de muitas pessoas. Para Bola, Macarrão e Antão, assim como para muitos daqueles cujas histórias de vida se desenvolveram a margem, na periferia da cidade, trata-se de uma forte experiência de inclusão.

Por outro lado, há uma ambiguidade nessa participação junto ao Estado que se constitui na execução de um projeto financiado com recursos públicos. Como sugerem Teixeira e Tatagiba (2005), que também trabalharam com pesquisa qualitativa e entrevistas, tal tipo de participação está distante da ideia de participação cidadã da qual partem os autores:

A impressão que se tem, lendo as entrevistas, é que a participação foi despida de toda uma carga simbólica que, em outros momentos, permitiu relacioná-la a projetos mais amplos de transformação social. Tanto as lideranças [dos movimentos sociais] quanto os representantes do poder público parecem lançar sobre a participação expectativas que a confinam ao campo de produção das políticas públicas, ao processo de gestão. [...] Num contexto de forte desvalorização da ação política, a participação parece não encontrar aportes na utopia. Afinal, em tempos de caminho único, quais são os projetos de transformação social capazes de mobilizar mentes e corações, imprimindo às ações participativas um sentido para além da gestão das necessidades? (TEIXEIRA e TATAGIBA, 2005, p.17-18)

As mesmas perguntas que as autoras propõem em relação ao processo de implementação das subprefeituras poderiam ser dirigidas a esta relação que se estabelece, por meio de editais, com o Estado. Em que medida tal relação constitui espaços de participação que impactam o sistema político, que articulam a democracia representativa com a participativa ou que configuram práticas de controle social das políticas de âmbito local?

Ao ser contemplado nesses editais de financiamento, a Banca tem a oportunidade de se aproximar de agentes do Estado, de seu funcionamento, de suas práticas e de fazer chegar suas opiniões. No entanto, é também possível que a liberdade de Bola, Macarrão e Antão para se posicionar frente a esse “Estado-financiador” esteja estrangida, por exemplo, pelo receio de perder o financiamento. E, se a inclusão nesses editais não for acompanhada da participação em fóruns, conselhos e outros espaços institucionalizados, formais e públicos, o caráter de fato participativo – a participação que promove condições para a participação de outros – certamente se enfraquece.

CAPÍTULO 6 – A BANCA: entre arte, luta e renda

Bola estava com nove anos quando o grupo de *rap* Racionais MC's lançou seu primeiro álbum, *Holocausto Urbano*. Moradores do Capão Redondo, distrito abeirado ao Jardim Ângela, seus integrantes compunham letras que retratavam uma realidade semelhante na região como um todo. Era o ano de 1990. Nessa época, Bola começava a ajudar alguns vizinhos na organização de shows musicais e festas no bairro. Eram rapazes mais velhos que integravam uma equipe de som conhecida como SomDiDrão. Com eles aprendia e tinha seu interesse despertado para a música, para a cultura *hip-hop* e pelos toca-discos. Ao lembrar dessa época, Bola comenta:

Bola: Ainda bem que meus pais deixaram eu participar de tudo isso, eu ficava direto na rua.

Marcus (pesquisador): Era meio feia a coisa na época?

Bola: Era feia a coisa, não tinha meia, era feia, era a época dos Bronx. Lembro de um dia que eu estava em frente de casa aqui, nem tinha a garagem, a gente estava do lado de fora, eu, meu pai e meu primo, tomando uma coca-cola de 2 litros, lembro direitinho. Uma hora passou dois malucos encarando e meu pai mandou a gente para dentro. Os caras desceram a rua e subiram de volta, pararam e foram trocar ideia com meu pai de arma em punho. Meu pai trocou ideia e aliviou a história.

Marcus: Mas por que os caras pararam?

Bola: Sei lá, porque meu pai olhou para eles. Não encarando, medindo os caras. Só olhou.

Marcus: Mas por que eles pararam então?

Bola: Eu não sei o que passa na cabeça dos caras! Meu pai olhou normal, mas os caras eram pesados na ideia e meu pai sempre foi sossegado.

A década de 90 foi um período delicado no distrito Jardim Ângela. Era “Pânico na Zona Sul”, como diziam os Racionais MC’s na primeira faixa do seu disco. Foi época em que duas conhecidas gangues, os Bronx e os Ninjas – bastante envolvidas em atividades criminosas – travaram embates que levaram a muitas mortes. Ao contrário do que acontece hoje, esses e outros grupos assaltavam os comerciantes e as casas do próprio bairro. Era período de muitos homicídios, aí também incluídas as atividades de “justiceiros”. Em 1996, o bairro Jardim Ângela, nesse distrito de mesmo nome, foi considerado o mais violento do mundo, com índices superiores a territórios em guerra.

Esse contexto é a razão pela qual, em retrospecto, Bola valoriza a confiança que os pais lhe deram: “Os caras que assaltavam as casas eram os malocas, não os do SomDiDrão. O SomDiDrão era os caras do som, era outra fita, era o oposto. Mas meus pais não sabiam de nada disso. Eu digo isso porque eles não me prenderam em casa, tiveram a confiança de me liberar para eu ir para a rua”.

Em 1994, aos treze anos, Bola começou a cantar *rap*. Chegou a se apresentar em alguns eventos em seu bairro e em bailes que ocorriam em Santo Amaro e Moema. Dois anos depois, tornou-se DJ de um grupo de *rap*, chamado Pensamento Positivo. Junto com amigos, organizou sua primeira festa na rua. Um ano depois, após a realização de muitas festas, juntou-se com Negro Antão. Também morador do Jardim Ângela, Antão tocava violão em bares da região, organizava bingos e era MC de um grupo de *rap* chamado Conduta Periférica. Bola conta que, até então, faziam as festas apenas pelo prazer que proporcionava: “Era festa pela festa”. Era também uma

continuação do espírito que acompanhava os eventos organizados pelo SomDiDrão que, nessa época, não mais existia. Em 1999, um passo além: surge o anseio por reunir grupos de *rap*, consolidando o compromisso com seus temas e ritmos; desejavam festas que focalizassem e fomentassem o *hip-hop*.

Antão: A Banca, antes, era uma pá de gente. Era um montão de gente, de pegar daqui para lá em primeira marcha até o Campo Limpo, para escutar um *rap*.

Bola: A minha idéia era “vamos fazer *hip-hop*”, porque eu tinha um grupo de *rap*, você tinha um grupo de *rap*, era um *rap* que estava circulando, tinha acabado de sair o *Sobrevivendo no Inferno*, do Racionais MC’s e essa história toda, e a gente queria fazer *hip-hop*, até pela identificação com o *rap* e a cultura *hip-hop*. A gente não se agradava de tocar outros ritmos de música na festa, a real era bem essa.

Antão: E as pessoas não se agradavam também. Ficava todo mundo falando mal. O cara do *rap* falava mal porque tocou axé, o cara do axé já não gostava porque tocou *rap*, o cara do samba não gostava dos dois.

Antão: Na real, a Banca eram o Pensamento Positivo, que era o grupo do Bola, e o Conduta Periférica, que era o meu grupo.

Bola: Tinha os moleques da rua, o Nadinho, o Bel, Pedrão, o Celso, finado Maneco, eram os caras que não tinham grupo.

Antão: O Márcio, o Nego, o Célio...e aí começamos a pensar no nome. Vamos ser a Banca de Doido? Não. Vamos ser a Banca do Alto? Não. Vamos ser A Banca, a banca das bancas³⁴.

A atribuição de um nome para o grupo assumiu muita importância.

Pergunto o porquê disso. “A gente começou a fazer só aquilo que a gente

³⁴ Banca, segundo o Houaiss, é palavra que designa mesa grande, rústica ou improvisada, geralmente um estrado sobre cavaletes, em que feirantes, mercadistas, camelôs expõem suas mercadorias. Por derivação, tornou-se sinônimo de um conjunto de pessoas que trabalham para o mesmo fim. É neste último sentido que o termo tornou-se muito corriqueiramente empregado no dialeto *hip-hop* (HOUAISS, 2007).

queria fazer, não tinha dor de cabeça com o que a gente não gostava, a gente não queria ficar tocando *funk* toda noite, que na época era o axé, e arrumando dor de cabeça à toa”. Insatisfeito com a resposta, insisto em meu questionamento: que diferença fez um nome, vocês não teriam feito a coisa acontecer mesmo sem batizar o grupo? Bola se irrita com a minha insistência e simplesmente reitera o fato de que, a partir de então, a partir do nome foi que passaram a organizar eventos de *hip-hop* exclusivamente, fazendo somente aquilo que gostavam. Mas emenda: “Quando a gente deu o nome para a Banca, aí a gente deu um sentido para a história”. E emenda novamente: “E aí a gente queria mostrar quem é que estava fazendo aquilo.”

Que força é essa que a atribuição do nome teve para esse grupo que compunha a Banca? No momento em que Bola, Antão, seus respectivos grupos de *rap* e amigos se juntaram com o intuito de promover unicamente eventos de *hip-hop*, a busca pelo nome foi uma necessidade. Enquanto os eventos não representavam o que de fato apreciavam, não promoviam algo em que realmente acreditavam e gostavam de promover, não sentiam a necessidade de aparecer, de mostrar quem estava liderando sua organização. Ao focarem o *hip-hop*, Bola, Antão e seus amigos reconhecem-se nos eventos que organizam e querem ser reconhecidos como seus promotores; agora sentem orgulho de seus feitos. O nome vem confirmar e frisar intenções e sentimentos, necessidades especiais ou desejos: vem apoiar e selar valores, contribuindo para torná-los mais conscientes.

Acerca desse relato, José Moura Gonçalves Filho faz o seguinte comentário:

Quando esses agentes, no Jardim Ângela, empunham os nomes de grupos (a Banca, o Pensamento Positivo, o Conduta Periférica), o modo como o fazem lembra, até certo ponto, crianças orgulhosas, felizes de acentuar por nomes suas fantasias e personagens: há algo mágico na nomeação, as palavras parecem realizar e elevar as brincadeiras. Há um certo entusiasmo fácil com os batismos verbais: o nome, como condão, parece bastar para realizar a coisa nomeada. Todavia, na base desses sentimentos pueris, parece contar o sentimento profundo das palavras, seu poder de consolidar o sentido das iniciativas e de revelar autores, dois poderes vividos e mais ou menos reconhecidos por Bola³⁵.

Ao contrário do axé e do *funk*, estilos musicais cujas expressões lhes pareciam evasivas, desligadas e alheias a sua realidade, o *rap* e toda a cultura *hip-hop* que o acompanha, atendia aos seus anseios de efetivar uma comunicação com o bairro e seus moradores. Com gosto e entusiasmo, assumir o *hip-hop* era assumir e endossar um movimento de afirmação e exposição da realidade dos pobres, dos negros e dos trabalhadores em geral.

A primeira festa *hip-hop* organizada pela Banca ocorreu em 2000. Havia em torno de cem pessoas no evento. A segunda só pôde ocorrer no ano seguinte: era o tempo para que Bola e Antão saldassem as dívidas assumidas na produção do evento anterior. Para o segundo, conseguiram o apoio da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e, pela primeira vez, o Jardim Ângela sediou um show musical de *hip-hop* com estrutura de palco, som de qualidade e contando com a parceria de um órgão público. Para os integrantes da Banca foi um momento de muita realização.

³⁵ Nota de orientação estabelecida por José Moura Gonçalves Filho.

Antão: E todo mundo tinha o crachá, tenho até hoje, você tem o seu crachá ainda? Porque nós fizemos o crachá para todo mundo da Banca, mano, nós fizemos o crachá.

Bola: Foi um custo, mano, era uma porrada de gente! (risos)

Antão: Pensa na alegria do nego usando esse crachá!

Bola: Mas pensa na tristeza do nego para pagar a conta, mano, era nós com nós!

Antão: Era quem fazia as coisas acontecerem.

Bola: Na época o crachá deu uma estendida no ego do peão, não foi? Botar ele numa festa, em cima do palco, com o crachá, um som bom, o palco...(risos)

Antão: E o crachá era uma folha de sulfite com o nome do cara, escrito “A Banca” embaixo, em arial black, foi lá no sindicato que eu fiz³⁶.

Bola: Era o recurso da época.

O apoio de uma secretaria do governo exigiu que a Banca garantisse uma melhor divulgação e organização do evento. Precisavam responder à altura da parceria. Engrandeciam o raro apoio do Estado. Até então, os eventos na região eram sempre realizados de forma precária. Para assistir a um show de qualidade era preciso ir para as áreas centrais da cidade. “Nos shows aqui na quebrada, nunca dava pra entender o que os caras falavam no microfone, sempre tinha microfonia”, comenta Macarrão. Dessa vez, no próprio bairro, contariam com melhor estrutura de som e palco. Bola estima que estiveram presentes cerca de duas mil pessoas.

Nessa época, havia algumas atividades culturais que se realizavam no Jardim Ângela, porém, as confusões e até assassinatos frequentemente as interrompiam. “Sempre tinha alguma coisa rolando, mas aí morria nego e o evento miava”, conta Macarrão.

³⁶ Conforme relatos que se seguirão, Antão atuou como dirigente sindical entre 1995 e 2008.

A realização desses eventos musicais não demandava somente empenho na produção. Em 1996, antes de fundar a Banca, houve um assassinato em festa organizada por Bola: a festa seguinte ele só foi organizar dois anos depois. O desafio de realizar um evento sem confusão e, principalmente, sem mortes, sempre esteve presente. Por meio do universo cultural buscavam superar a realidade, uma superação que conheceu um desenvolvimento e ganhou um sentido político. O evento cultural demandava uma organização propriamente política, não mera reação truculenta contra a violência, mas outro regime de sociabilidade:

Antão: E a outra coisa era a história do sábado e do domingo. Eu fazia as festas no sábado e Bola no domingo. Aí eu já brisei nessa pegada de fazer no domingo porque é uma coisa mais família, mais gente que ia e a festa terminava mais cedo. Então quando ia começar a treta, acabou a festa. Quando o vagabundo pensava ‘Ah, o vagabundo está ali, eu vou pegar aquele cara!’, acabou a festa, tio, é domingo, amanhã é segunda, eu vou trabalhar.

Marcus: Mas como você ficava sabendo? Começava a rolar uma movimentação?

Antão: Não, não é rolar uma movimentação, é você imaginar a coisa.

Bola: É prever, não é?

Antão: Na hora que o vagabundo pensa assim: ‘Putz mano, é aquele maluco que eu queria pegar, vou em casa buscar o cano.’ Quando ele volta na brisa de pegar o cara, acabou a festa, a gente acabava 11 horas [da noite]. E quando é de sábado para domingo é a noite inteira, então o cara tem tempo de fazer um monte de trapalhada.

O evento com um público em torno de duas mil pessoas tornou a Banca conhecida na região. Algo novo estava acontecendo. Bola e Antão começaram a sentir a responsabilidade pela promoção de atividades culturais como essa. Moradores do bairro com quem nunca haviam conversado lhes perguntavam

sobre o próximo evento, quando ele ocorreria e onde seria. A Banca já não era mais “a festa pela festa”. Diante da escassez de eventos culturais na região e diante do sucesso e da qualidade do que haviam realizado, Bola e Antão trouxeram o Jardim Ângela para o circuito do *hip-hop* paulista: “Porra, velho, um monte de nego que eu nunca tinha visto vinha falar com a gente do evento! O bagulho teve uma repercussão da porra! Foi aí que eu vi que a coisa estava ficando séria!”.

Após cada um desses eventos, inclusive aquele em que contaram com apoio do Estado, Bola e Antão levavam meses para se recuperar financeiramente. Além de não ganharem dinheiro pelo evento, se endividavam. Por isso, continuavam trabalhando em outros lugares, onde obtinham renda. Quando contam da fundação da Banca, seus relatos são intercalados por experiências no mundo do trabalho. Bola, por exemplo, trabalhava em uma farmácia e Antão lembra de suas ligações durante o serviço:

Antão: Na época o Bola trabalhava na farmácia. Não sei se vai caber em algum lugar aí, mas o Bola me ligava injuriado porque o maluco mandou ele varrer a calçada do bagulho: ‘Porra Antão! é sempre eu!’ Tá ligado? A calçada da farmácia, entendeu?: ‘Calma, mano! Vai aparecer uma coisa melhor para você, mas é foda, patrão é tudo filho da puta, os caras fazem isso mesmo.’

Bola: Não era só a calçada, era estar ali no domingo, entendeu mano? Ter que sair de lá 5 horas da tarde e ainda tinha que montar o caminhão do evento e o som. E era o dia que o Antão também tinha que tramar...

Antão: Eram os venenos, entendeu?

Bola: ...e mexer com remédio, velho, não gosto, uma pá de bula, para você se tornar profissional naquela área você tem que decorar um monte de bula, não é isso porra, se eu ver sangue eu desmaio. Vou fazer a porra dum curativo?

Antão: Não sabia disso não, cuzão! (risos)

Bola: Não é se eu ver sangue, mas tipo entendeu o sentido da história? A Banca tem o sentido meio que de querer fazer o que a gente gostava, a gente curtia o *hip-hop*. A gente fazia porque a gente queria tocar aquilo, a gente gostava daquilo, a gente queria tocar, queria discotecar, e também já foi uma continuação do que os caras já faziam, que era o SomDiDrão. E começamos a fazer os eventos que não tinham acontecido ainda, com os quatro elementos do *hip-hop*; fomos atrás da Secretaria de Cultura, começamos a conhecer os caminhos. Quando a gente pensou em formar a Banca, estava eu e o Antão trocando ideia, foi ali em frente a casa do Tafarel, em frente a academia do Celso e tinha um monte de gente que já colava, a gente já fazia as festas na rua, o Edinho, o Isac...

Para Bola, a Banca é a possibilidade de fazer o que gosta e seu gosto estava em fazer e promover o *hip-hop* no Jardim Ângela, o que não era o mesmo que promover qualquer estilo musical. Envolver-se com o movimento *hip-hop* implicava em agir em seu bairro e se comunicar com quem enfrentava a mesma realidade e a mesma pobreza. No entanto, a necessidade e a urgência de ganhar dinheiro, exigiam - e continuam exigindo - o envolvimento em um fazer que gerasse renda. O trabalho na farmácia lhe fornecia um salário, mas Bola não queria memorizar bulas ou fazer curativos e, menos ainda, ser sempre aquele que varre a calçada. Queria trabalhar com o que gostava, queria escolher o que havia lhe escolhido, buscar o que chamou sua atenção, o que lhe fez sentido, o que lhe colocou em contato com seu bairro. Assim, seu projeto abarcava o Jardim Ângela, o movimento *hip-hop* e a cultura. Não bastava obter uma renda num lugar e promover a cultura em outro: “Se eu não fizesse o que eu gostava eu ia ser infeliz! Você não quis ser psicólogo? Não é isso que te agrada? Eu gosto de mexer com música, com cultura!”

Ao menos na zona sul de São Paulo, por conta da repercussão do evento em parceria com a Secretaria Estadual de Cultura, a Banca tornara-se conhecida na *cena do rap*. Agora, ainda de modo bastante tímido, começava a germinar um segundo passo em sua história. Além de organizar eventos voltados para a cultura *hip-hop* e tocar *rap*, queriam fazer disso seu trabalho, sua profissão; queriam ser remunerados por isso. No entanto, como bem expressa Maçarão: “O envolvimento com a música e com o *hip-hop* era um lance de sentimento, de ideologia e que não podia entrar dinheiro nessa história. Tinha também um medo de cair naquela história de vender a miséria, tipo Datena”³⁷.

A perspectiva de gerar renda a partir das atividades desenvolvidas no movimento *hip-hop*, para muitos se constituía como um desejo incomodado. Quando a motivação passa a ser também financeira, já não se sabe exatamente o grau de envolvimento com suas causas. Ao entrar no mercado de trabalho, as atividades do movimento *hip-hop* corriam o risco de se tornar mercadorias, a ponto das pessoas e suas ideologias desaparecerem atrás de um produto ou serviço, tanto para elas mesmas como para o mundo. A adesão à arte e à política conjugada com preocupações profissionais e econômicas trazia riscos. Uma possível renda decorrente do sucesso do seu grupo de *rap*, talvez lhes permitisse seguir compondo e fazendo música, expressando suas percepções sobre o bairro e mantendo um compromisso com a ideologia do

³⁷ Apresentador de telejornal conhecido pelas matérias cujo atrativo principal são os casos que mesclam miséria e violência nos bairros pobres.

hip-hop. Entretanto, as exigências da indústria fonográfica e da tarefa de conquistar muitos consumidores também poderiam descaracterizar, ou mesmo vulgarizar, seu trabalho artístico. De toda maneira, sabiam quão incerto é esse caminho e uma outra alternativa vigorava mais fortemente como possibilidade: as ações no bairro, os eventos culturais e as conversas sobre a injustiça social inspiradas pelo discurso do movimento. No entanto, uma possível remuneração parecia ameaçar a grandeza destas ações, como se o compromisso com a “quebrada” perdesse força diante do retorno financeiro. Assim, o desafio estava em fazer das atividades desenvolvidas dentro da cultura *hip-hop* uma mercadoria com algum valor de troca, sem necessariamente incorrer no desaparecimento do seu produtor e sua ideologia ou num uso perverso da miséria como nos jornais sensacionalistas.

Na época, Macarrão acompanhava o surgimento da Banca à distância. Era guitarrista em um grupo de *rap*, o Conclusão, e já trabalhava como *roadie*³⁸ para outras bandas em shows no circuito *underground* de São Paulo. Além disso, frequentava o Conceito de Rua, uma posse³⁹ de *hip-hop* no Capão Redondo, distrito vizinho ao Jardim Ângela, berço do já conhecido grupo de *rap*, Racionais MC's. Foi apresentando-se com o Conclusão, num show em

³⁸ A expressão *roadie* vem do inglês *road*, que em português significa estrada. O trabalho de um *roadie* implica em acompanhar determinado grupo musical em seus shows, acompanhá-lo na “estrada”, tendo como responsabilidade carregar, dispor no palco, afinar e recolher os instrumentos musicais utilizados.

³⁹ Modalidade de organização dentro do movimento *hip-hop* em que seus participantes se estruturam em um espaço físico para fazer e compartilhar músicas, grafitar e dançar, desenvolvendo os chamados 4 elementos da cultura *hip-hop*: DJ, MC, *break*, grafite. Além disso, é o espaço onde também circulam as idéias sobre a exclusão e preconceito, bastante presentes nas letras de *rap*, com o intuito de conscientizar os jovens do bairro. Comentaremos mais sobre as posses no próximo capítulo.

1999, que Macarrão conheceu Bola. Em 2001, soube do evento que a Banca organizaria com o apoio da Secretaria Estadual de Cultura e aproveitou a oportunidade para divulgar ao público presente, a maioria de jovens, um projeto do Instituto Sou da Paz, ONG onde trabalhava desde o início do ano. Bola inicia, então, sua participação nesse projeto, o CENAFOCO⁴⁰, e se aproxima de Macarrão. Juntos relembram como as idéias sobre geração de renda circulavam entre eles e seus colegas ligados à cultura *hip-hop*:

Bola: Agora a gente [A Banca] é uma associação, mas se a gente fosse seguir a militância do hip-hop a gente seria uma posse. Não é Macarrão?

Macarrão: Não sei bem como funciona uma posse na real.

Bola: Não é um grupo de jovens que se junta em torno de uma parada, de um ideal?

Macarrão: Só que na época de posse nem se pensava em... então, o Kall que vinha muito com esse discurso, o Kall tinha uma visão da porra!

Bola: Ele tem uma puta visão!

Macarrão: Eu lembro que tinha uma galera que não queria, que dizia que a gente ia se vender, que não queria vender o trampo. E o Kall falava ‘Se você não vender você vai viver como? Tá ligado? O mundo que a gente está é assim rapaziada!’

Kall era um dos mais ativos frequentadores do Conceito de Rua e também trabalhava para o Instituto Sou da Paz havia pouco tempo. Ao referi-lo como alguém que percebia a importância do movimento *hip-hop* e de seus

⁴⁰ CENAFOCO: Centro Nacional de Formação Comunitária. Trata-se de um programa de formação para jovens desenvolvido pelo Governo Federal em 2000, em parceria com ONGs. Na cidade de São Paulo, esta iniciativa foi conduzida por ONGs como o Instituto Sou da Paz (WWW.soudapaz.org), Cenpec (www.cenpec.org.br) e Ação Educativa (www.acaoeducativa.org).

integrantes encontrarem formas de gerar renda, referem-se ao fato de Kall vislumbrar essa possibilidade, e talvez saber como efetivá-la sem perder a ideologia do movimento. Esse era o desafio que, então, a Banca começava a enfrentar e sua incorporação, a apropriação da visão que conheceram com Kall, é o que Macarrão, no diálogo acima, supõe ser a diferença entre uma posse e a Banca hoje. Nesse processo, as relações que estabeleceram com ONGs parecem ter tido uma significativa influência.

Macarrão conta que, em meados de 2000, representantes do Instituto Sou da Paz se aproximaram do Conceito de Rua em busca de parcerias para desenvolver projetos para jovens. Ao lembrar isso, comenta: “Eu estava vindo do *rap*, da posse, das conversas com o Kall, com o Ferrez⁴¹, que eram os caras da música e que tinham um lance político junto, de mudar a quebrada, trazer coisas para a periferia. A Luciana do Sou da Paz, estava chamando a gente para fazer junto. Eles [integrantes do Sou da Paz] também eram bem juventude, estavam no lance de montar uma ONG. Eu nem brisava nessas coisas. A Luciana via importância numas coisas que a gente fazia e que eu não sabia que tinha tanta importância”.

A aproximação com o Instituto Sou da Paz contribuiu para conciliação das ações culturais de Bola e Macarrão, assim como de diversos outros jovens da região, com o mercado de trabalho e, mais especificamente, com o terceiro setor. Ainda que o *hip-hop* não fosse o motivo central dessa ONG, a

⁴¹ Morador do Capão Redondo, tornou-se conhecido como escritor com o livro *Capão Pecado* e, posteriormente com uma coluna na revista *Caros Amigos*, da editora Casa Amarela.

promoção da cultura, a ocupação de espaços públicos, o envolvimento de jovens em projetos protagonizados por eles mesmos e a diminuição da violência eram interesses comuns que os aproximavam. As ações de uns e de outros se viabilizavam. Esses jovens conheciam a região e já mobilizavam outros em torno de movimentos culturais. O Instituto Sou da Paz já estava constituído como figura jurídica, já havia dado bons passos na elaboração de projetos e estratégias de trabalho com jovens, assim como na captação de recursos financeiros.

No entanto, conforme Macarrão nos conta, essa aproximação também gerou tensões: “Eu já colava com a galera do Conceito de Rua, também tinha um preconceito [contra o Sou da Paz], mas eu via no Sou da Paz a estrutura para fazer o que gente já fazia. Desde a primeira banda a gente já organizava as coisas tentando fazer sem violência. Mesmo sem estudar, era natural isso para a gente. Eu já via a galera do Conceito fazendo. No começo tinha ainda uma bolsa⁴²; era um jeito de ficar discutindo essas coisas e não chegar de mãos abanando em casa. Porque chegava em casa e sua mãe não queria saber desse papo de melhorar a quebrada. Isso era o lance da estrutura, porque o moleque ficava ali falando de música, de melhorar a quebrada e ainda tinha uma ajuda de custo, tinha o lance de montar um projeto e tinha grana pra isso”.

⁴² Macarrão faz referência ao Projeto CENAFOCO que dispunha de uma bolsa de 60 reais por mês para cada jovem participante.

Ainda que interessante para ambas as partes – os jovens do Jardim Ângela e os jovens do Instituto Sou da Paz – a relação que se construiu a partir de então foi também atravessada por incômodos sentimentos. Além das oportunidades de trabalho, Macarrão conta sobre a importância para o movimento *hip-hop* em ter seu valor e suas percepções sobre o bairro reconhecidos por outra organização. No entanto, seus integrantes eram, em grande medida, representantes de um conjunto de moradores da cidade com uma característica bastante marcada: não eram pobres e não moravam em bairros pobres; ao contrário, eram da classe média e alta, de outra região da cidade, uma região mais central, do “outro lado da ponte”, como se referiam a eles na zona sul⁴³. A estrutura que haviam conquistado incomodava: novamente a direção das organizações, um tipo de conhecimento para efetivá-las e os recursos financeiros e das redes de contatos, estavam concentrados numa parcela específica da população. As relações profissionais que se constituíram reproduziam o tradicional posicionamento do rico e do pobre no mercado de trabalho: um chefe e outro funcionário. Para os integrantes do movimento *hip-hop*, essa é justamente uma das características centrais de um sistema de exclusão sobre o qual recaem suas críticas.

Além disso, no momento em que se tornam também funcionários do Instituto, seu agir passa a estar sob a direção de um outro. Por si só, essa situação já configura um problema, uma vez que o agir submetido ao outro

⁴³ A expressão “do outro lado da ponte” faz referência às pontes do Rio Pinheiros e da Marginal Pinheiros, que fazem em alguns trechos, uma divisão geográfica entre os bairros ricos e os bairros pobres, na cidade de São Paulo.

perde sua potência como iniciativa própria. A confluência de ideias e valores com o Sou da Paz certamente minimizava essa situação, no entanto, conforme Macarrão nos diz, estavam em um contexto de trabalho o que, em alguma medida, implicava em se adequar às orientações da instituição. Somado a isso, tratava-se de uma organização forasteira, de modo que eram dos forasteiros as decisões finais sobre os rumos de projetos que se desenvolviam em seus bairros, o que os desvitalizava como moradores e agentes diante dos problemas que enfrentavam: “As pessoas de fora acham que não é trabalho. A gente não está construindo peça, mas é trabalho, tem chefe, você está lá para exercer uma função que alguém pensou. Não estou fazendo as coisas do meu jeito, eu posso me divertir e gostar do trabalho, mas se eu sair do eixo eu posso ser mandado embora”.

A Banca lhes possibilita algo que o Instituto Sou da Paz jamais poderia oferecer: agir a partir de sua própria organização, experimentando uma responsabilidade radical por suas ações. Quando Macarrão começou a atuar com Bola e Antão e a Banca passou a dar sinais de viabilidade financeira, pela primeira vez incluiu em seu projeto de vida profissional o trabalho no terceiro setor; pela primeira vez, o terceiro setor se apresentava menos marcadamente por características de um sistema de exclusão. Foi preciso vislumbrar a perspectiva de um trabalho em que seu agir representasse mais claramente um movimento de emancipação, mais livre de relações de dominação, para que de fato contemplasse seus anseios como cidadão.

Atualmente, Bola, Antão e Macarrão fazem parte da Banca. Bola é o único com dedicação exclusiva para a organização. Os recursos que capta

ainda não são suficientes para remunerar todos. Macarrão continua trabalhando no Instituto Sou da Paz e, como educador em um projeto para jovens no próprio Jardim Ângela, consegue também dispor de tempo para investir no desenvolvimento da Banca.

Desde o final de 2008, Antão, por sua vez, obtém alguma renda produzindo eventos em um dos projetos da Banca. No entanto, não é um retorno financeiro suficiente para pagar seus custos, muito menos saldar suas dívidas. Por esse motivo, voltou a procurar emprego e, recentemente, começou a trabalhar em uma empresa de produtos naturais. Pediu demissão no quarto dia. Ele relata a experiência:

Antão: Você sabe que eu sou operador de empilhadeira, isso até ajudou a conseguir o trampo, porque eles viram que eu tinha experiência, mas não me colocaram lá por isso. É uma empresa que faz produtos naturais. A história é que no primeiro dia, chega uma carreta lá cheia de açúcar mascavo. Os caras me colocaram num trampo de recebimento. Eu cheguei na sexta e no dia seguinte colocaram o cara que trampa nesse setor de férias, ou seja, eu não aprendi nada. Maluco, me chega uma carreta de açúcar mascavo, mano, você não tem ideia, num sábado, eu carreguei 265 sacos de açúcar nas costas, sozinho!

Barba (pai de Bola): Ficou todo doce! (risos)

Antão: Cada saco de 50 kilos, fiquei todo melado e cansado, cara. A gerente chega e fala assim: “Não esquenta a cabeça que isso vai mudar, segunda feira sua vida vai estar diferente.” E estava mesmo, segunda feira era açúcar e soja. Na terça a mesma coisa, um pouquinho a mais. Eu falei que não estava certo isso assim não, que não dava para mim esse horário, não, que o combinado não era esse. Meu horário era até tal horário e depois eu ia lá para o curso, porque eu tenho que fazer o curso de bombeiro e não sei o quê. E ela falou assim: “Oh, Alexandre!”, porque meu nome lá era Alexandre. “É o seguinte: quando você entra numa empresa, você não tem mais horário, seu horário é a empresa. Ou então, o mercado de trabalho está aí!” É a gerente, entendeu? E continuou falando, está entendendo? Se você fala que você é um ex-dirigente sindical, você nem entra no trampo, entendeu qual que é? Você já passou por isso como dirigente sindical, vendo as pessoas passando por aquilo,

então eu ouvindo aquilo: fodeu! “Quem escolhe horário é a empresa!”; “Então, mas eu sou profissional, tenho meus cursos, tenho uma pá de coisa, eu sou profissional no que eu faço.” E lá eu estava como ajudante, não estava como o que eu estava fazendo. E ela falou uma pá, tipo assim, enrabando, está entendendo, tipo aceita.

Marcus: Sem nem te conhecer?

Antão: Depois de 3 dias de trampo, Marquito! Aceita se não tchau, o mercado de trabalho está aí! E eu tinha escolhido um horário que era das 10 às 18, que era para não fazer força mesmo.

Barba: Olha como ele não quer trabalhar!

Antão: Mas era para eu ser o primeiro a entrar e o último a sair. E eu era o único que fazia força ali, só eu que me fodia. Falei que se não mudasse meu horário eu ia sair. Ai ela falou para ir no dia seguinte para conversar. No outro dia eu cheguei lá e era mesma escravidão. Saí fora.

A ameaça de se ver obrigado a um trabalho aviltante, esvaziado de qualquer compromisso com seu bairro e a possibilidade de realização pessoal, continua rondando Bola, Macarrão e Antão: “A gente precisa ganhar grana, porque a coisa está foda aqui, é um veneno atrás do outro!”, comenta Bola.

Entre os anos de 1995 e 2008, Antão trabalhou em uma fábrica da Coca-Cola como ajudante operacional e operador. Suas atribuições consistiam em carregar caixas e operar máquinas como a enchedora, paletizadora e embaladora. Em 2006 foi promovido a operador, quando passou a manusear a empilhadeira. Durante todo esse período também foi dirigente sindical. Em 2008, afastou-se da empresa, assim como das atividades sindicais, para concorrer a vereador pelo Partido dos Trabalhadores na cidade de São Paulo, mas não foi eleito. Em dezembro desse mesmo ano, pediu demissão da Coca-Cola para investir na estruturação da Banca.

Bola trabalhou na farmácia a qual faz referência entre os anos de 1997 e 2000. Depois disso, trabalhou como *motoboy* por dois anos. De 2002 a 2004,

desenvolveu atividades com o Instituto Sou da Paz. No primeiro ano era participante de um projeto e no segundo integrou a equipe de educadores. Foi o período em que conheceu o terceiro setor e seu funcionamento. Diferentemente do trabalho na farmácia ou do trabalho relatado por Antão, Bola exerceu nessa ONG funções que contribuíram para a sua formação como agente, adquirindo ferramentas que hoje lhe são fundamentais no processo de estruturação da Banca. Em 2004, quando o projeto em que estava foi encerrado, perdeu o emprego. Nesse mesmo ano, comprou uma moto a prazo e novamente trabalhou como *motoboy*. No período entre 2004 e 2007, diminuiu significativamente seu envolvimento com a produção de shows: o novo trabalho não lhe permitia estar presente em seu bairro como antes. Em 2006, assim que quitou as parcelas de sua moto, retomou as atividades da Banca; desta vez, estava convicto de seu projeto: “Eu quero viver disso!”, me disse à época. Foi quando nos aproximamos. Como trabalhador no Instituto Sou da Paz, ajudei Bola a construir os projetos para os quais buscava financiamento e a pensar os rumos da Banca.

Em 2007, Bola foi selecionado pela Fundação Artemisia para participar de um programa de apoio a jovens empreendedores. Nesse mesmo ano e no seguinte, aprovou um projeto junto a Secretaria de Cultura do Município de São Paulo⁴⁴, o “Deejayiando e rimando uma outra vida”. Era a primeira vez que conquistava um patrocínio como esse. Por dois anos, obteve renda para

⁴⁴ A linha de financiamento acessada por Bola foi o VAI – Programa de Valorização de Iniciativas Culturais.

ministrar oficinas de DJ, coordenar outros educadores que ensinavam jovens em oficinas de MC e violão e realizar eventos musicais. Ainda em 2008, dessa vez com a Secretaria de Estado da Cultura⁴⁵, aprovou o projeto “Poetas Escondidos”, que consistiu na produção de uma coletânea de *hip-hop*, reunindo artistas do Jardim Ângela, dentre os quais estavam Macarrão, Antão e o próprio Bola. Também nesse ano, conseguiu o apoio do Instituto Azzi⁴⁶ para a compra de equipamentos de som, o que possibilitou à Banca reduzir seus custos de produção em eventos, ensinar conhecimentos básicos de um técnico de som, além de gerar renda com o aluguel do equipamento.

Nesse período, além de produtores culturais e artistas, Bola, Macarrão e Antão atuaram como formadores de jovens. A Banca, como um empreendimento que pudesse lhes gerar renda, ganhou concretude. Seu envolvimento nos movimentos sociais e culturais da região, a partir de sua própria organização, apresentava os primeiros sinais de viabilidade financeira. A partir dessa nova realidade, Bola comenta a experiência de Antão na empresa de produtos naturais com certa indignação: “Meu, olha quanta caixa a gente tem para carregar aqui [apontando para as caixas de som da Banca]. Quando o Antão me contou o que estava rolando, eu não disse

⁴⁵ A linha de financiamento acessada por Bola foi o ProAC – Programa de Ação Cultural.

⁴⁶ “O Instituto Azzi é uma organização sem fins lucrativos que oferece a pessoas de alto poder aquisitivo a possibilidade de atuar de forma estratégica na área social, de acordo com sua causa de interesse. Visando incentivar tal prática, o Instituto Azzi identifica projetos de excelência relacionados às causas sociais que sensibilizam cada um dos potenciais investidores, fazendo posteriormente todo o monitoramento do investimento realizado, com prestação de contas e mensuração do impacto gerado.” (www.institutoazzi.org.br)

nada na hora, mas se é para carregar caixa, vamos carregar pra Banca, que é nossa, vamos fazer locação de som, festa e o que for!”.

Desde 2008, a Banca vem mostrando possibilidades de remunerar de fato seus profissionais e Bola vem afirmando cada vez mais categoricamente seu compromisso em encontrar formas de atuar no mundo do trabalho que lhes satisfaçam, que satisfaçam pessoas, que satisfaçam artistas, que satisfaçam cidadãos. Bola quer poder escolher e sua escolha não é por um trabalho braçal aviltante e submetido ao autoritarismo e ao desrespeito de um patrão ou chefe. A Banca oferece para Bola, Macarrão e Antão a esperança de uma inserção no mundo do trabalho conciliada com o movimento *hip-hop* e com a ação no bairro, em que participam do processo de produção, influem e decidem sobre seus rumos e desfrutam de sua possível prosperidade.

CAPÍTULO 7 – NÃO ME LEMBRO DE NENHUMA LUTA AQUI: sobre relações com o passado e com o movimento *hip-hop*

A partir da década de 70, diversos movimentos sociais populares surgiram no cenário político paulista e, por ações tão significativas, ganharam destaque público e inspiraram um grande conjunto de trabalhos acadêmicos. Eder Sader (1988), por exemplo, refere-se aos agentes de tais movimentos como “novos personagens”, que naquele momento ganharam a cena pública, adentrando, muitas vezes, espaços de participação que eles mesmos inauguravam. Em seu trabalho, o autor fala de experiências que se desenvolveram na Grande São Paulo, tais como os Clubes de Mães na periferia da zona sul, a Oposição Metalúrgica de São Paulo, o Movimento de Saúde na periferia da zona leste e até mesmo o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

A Igreja Católica sem dúvida se encontra entre as mais importantes organizações que participaram da gestação desses movimentos. No contexto latinoamericano de agudas desigualdades e regimes autoritários e repressores, a Igreja viu se constituir, entre seus ordenados (religiosos e leigos), uma corrente de atuação que ficou conhecida como Teologia da Libertação, influenciada pelo pensamento marxista e pela pedagogia de Paulo Freire. Por meio de dispositivos como as diversas Pastorais e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a ação de militantes católicos acabou por fomentar diversos

processos de mobilização em meio às classes populares – muitos deles nas periferias como a da zona sul da cidade de São Paulo, como no exemplo dos Clubes de Mães estudados por Sader. Constituídos por grupos de mulheres em torno da conquista de melhorias para seus bairros, em determinados momentos, suas ações alcançaram a esfera nacional, especialmente ao longo da mobilização que se tornou o Movimento do Custo de Vida. Boa parte dessa experiência se desenvolveu no distrito Jardim Ângela e, por vezes, no bairro onde Bola reside, o Alto da Riviera.

Alguns autores que haviam estudado tais movimentos nos anos 1970 afirmam que, com a redemocratização na década de 1980, houve um processo de refluxo e de cooptação dos movimentos sociais. Lavallo, Castello e Bichir (1994), ao contrário, sugerem que a influência dos movimentos no campo da ação social se manteve ao longo desse período: a percepção de retraimento se deveria ao fato de não ocuparem posições centrais durante o processo de democratização, recebendo assim, menos atenção de pesquisadores – o refluxo refletiria um problema de perspectiva analítica, portanto.

Segundo Cardoso (1994), novas possibilidades de participação institucional e de relação com o Estado, advindas da abertura democrática e dos esforços de descentralização previstos na Constituição de 1988 – em especial os conselhos gestores de políticas públicas – dificultaram a discriminação das ações vistas como próprias dos movimentos sociais, o que também produziu a percepção de um encolhimento de sua atuação. Segundo a autora, essas novas formas de participação “[...] colocavam em questão o

discurso que os movimentos faziam sobre si mesmos e as interpretações que nós fazíamos sobre eles”, (CARDOSO, 1994: p.87),

Gouvêa (1997), em seu estudo sobre o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo (CDHEP), organização fundada em 1981 na zona sul da cidade de São Paulo, nos mostra que, ao longo da década de 1980, a Igreja Católica continuou agindo intensamente na região, do mesmo modo que outros movimentos se mantiveram atuantes. Será apenas em 1989 que a formação de um episcopado conservador imporá alterações ao trabalho paroquial, aí incluída a transferência de padres que se constituíram como lideranças em movimentos sociais para outras localidades. Mesmo assim, de acordo com levantamento realizado em 1995 pelo próprio CDHEP, na década de 90 a região ainda conta com

[...] mais de 400 formas de organização popular que compreendem desde movimentos de deficientes físicos, pastorais sociais, movimentos de saúde, de mulheres, de educação, etc. até diretórios de partidos políticos, Central Regional de Movimentos Populares e o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular – CDHEP (GOUVÊA, 1997:77)

De acordo com Lavallo, Castello e Bichir (1994), essa não era uma realidade apenas na zona sul da cidade: os autores afirmam que os movimentos sociais ocuparam posição bastante central no contexto da sociedade civil dos anos 1990.

No entanto, Bola e Macarrão não fazem referência a esses movimentos e relatam que, quando mais jovens (chegaram ao fim da década de 90 aos vinte e vinte e três anos de idade), não presenciaram e nem foram alcançados pela experiência daqueles agentes:

Macarrão: Lembro que não tinha asfalto, não tinha busão, mas não tinha uma luta. Na verdade, eu vejo mais a galera numas de esperar o progresso chegar, mas não tinha uma luta.

Marcus: Como assim?

Nio (colega de Bola e Macarrão): Os caras comentam entre si, com o vizinho, mas não fazem nada.

Macarrão: Não luta.

Bola: Pô, cara! Isso é verdade, hein velho ?!

Macarrão: É, eu não lembro de nenhuma luta aqui.

Melhorias no bairro como o asfalto nas ruas e o estabelecimento de linhas regulares de ônibus, de acordo com Macarrão, não foram precedidas por um engajamento dos moradores. Ao contrário, sua percepção, compartilhada por Bola e Nio (um amigo deles que participava da conversa), era de uma certa passividade nas pessoas que, no máximo, conversavam sobre os problemas do bairro, sem no entanto constituírem uma ação de fato.

Macarrão: É louco que sempre teve uns caras que eram foda aqui, que estavam envolvidos, mas que eu não estava próximo. Tipo Santo Dias, que morreu. É mais cara sindicalista, cara que estava no PT. Então, é uma coisa distante. Eu vejo isso no Sonho Azul⁴⁷ também, vejo o que rola aqui com a gente também. Porque você vê quando a gente vai lá pro Sonho Azul, pro Marsilac⁴⁸. Vai pro Marsilac hoje em dia. Pega o Marsilac hoje em dia. A gente vai lá, os moleques parecem que estão num outro tempo das coisas.

Bola: É.

Macarrão: Essa é a sensação que dá.

Bola: É, é louco.

Macarrão: Mas eles têm um monte de outras coisas. Eles estão vivendo uma outra referência.

⁴⁷ Bairro do distrito do Jardim Ângela.

⁴⁸ Outro distrito do Município de São Paulo, localizado no extremo sul da cidade.

Santo Dias da Silva, a quem Macarrão se refere, foi morador da zona sul e importante liderança sindical na década paulistana de 70. Em 30 de outubro de 1979, Santo Dias foi morto por policiais em frente à fábrica Sylvânia, durante uma concentração de metalúrgicos em greve. Havia se formado um piquete em frente à fábrica, a fim de que houvesse conversas com os operários do turno das 14h00. Durante o piquete, viaturas da PM fizeram prisões e Santo buscou dialogar com policiais para libertar companheiros detidos. A polícia agiu brutalmente e o soldado militar Herculano Leonel alvejou Santo Dias pelas costas. Já morto, foi levado pelos policiais ao Pronto Socorro de Santo Amaro. Ana Maria, esposa de Santo, recusou-se a abandonar o carro que depois transportaria o corpo do marido para o Instituto Médico Legal: sua resistência à pressão policial foi que impediu qualquer atenuação do crime. Dia 31 de outubro, o corpo foi carregado em procissão e passeata até a Igreja da Consolação: 30 mil pessoas acompanharam o cortejo, que também teve caráter de protesto contra o assassinato do operário, contra a ditadura, em favor dos direitos de associação sindical e de greve (DIAS, AZEVEDO e BENEDICTO, 2005).

Por que acrescento tais informações em relação à morte de Santo Dias? Haveria bem mais a dizer, ao mesmo tempo que pode parecer, no contexto deste capítulo, que fosse cabível dizer menos. Referi-me à história de Santo Dias para realçar e contrastar a dimensão e a repercussão do acontecimento à época com a realidade atual, em que sua história não alcança muitos jovens do Jardim Ângela ou os alcança muito incipientemente (como no caso de Bola e Macarrão).

Note-se, de todo modo, quanto respeito Macarrão parece reservar à memória, embrionária e quase ineficaz, do passado político do Jardim Ângela e de seus militantes ou mártires. Sobre Santo Dias, só foi ter notícia em 1999: a primeira vez, acompanhando atividades da posse de *hip-hop* Conceito de Rua, no Parque Santo Dias⁴⁹; depois, ao longo dos anos 2000, quando já trabalhava em ONGs e passara a ter contato com outros agentes e organizações do campo social na região. Com Bola e Macarrão, a memória da infância ou juventude no bairro não encontra lembranças de moradores engajados em lutas sociais – entendida aqui como lutas que incitaram a organização e a atribuição de sentidos a partir de problemas imediatos de exploração ou indigência econômica. A organização e o sentido de ações, entre nossos depoentes, cresceu a partir de privações que são também econômicas, mas que aparecem e são sentidas sobretudo como privações do espaço e meios para a festa e para a arte.

Tanto durante os acontecimentos anteriores e posteriores ao assassinato de Santo Dias quanto no contexto que permitiu as experiências de Bola e Macarrão, se expressam graus variados de ações e consciência políticas e consiste em assunto de grande importância o julgamento e a comparação das situações políticas alcançadas, assim como o julgamento e a comparação sobre como são pensados, relacionados e enfrentados, em cada caso, os problemas diversos – como os problemas de moradia, saneamento, trabalho, arte, esporte, lazer e outros.

⁴⁹ Área de lazer no distrito Capão Redondo, zona sul cujo nome homenageia o sindicalista.

Julgamentos e comparações desse tipo, que sejam satisfatórios, superam os limites dessa pesquisa e meus próprios limites. No entanto, foi e é na direção de compreender as diversas experiências de cidadania que pretendi orientar essa pesquisa e pretendo orientar seus desdobramentos.

Mas retomemos outro ponto, segundo o que ouvimos de Bola e Macarrão. A atmosfera que teria suscitado o engajamento no passado remete Macarrão, quando reflete sobre o que poderia, atualmente, ser-lhe correspondente, aos encontros com moradores do Sonho Azul. Este bairro, apesar de pertencer ao distrito Jardim Ângela, situa-se significativamente mais ainda ao sul da cidade, próximo à divisa com Itapeverica da Serra – trata-se, portanto, da periferia das periferias. Em mesmo sentido, Bola e Macarrão evocam também os encontros com jovens de Marsilac, outro distrito do município e também localizado no extremo sul da cidade, onde começa a Serra do Mar. Segundo Macarrão, os jovens do Sonho Azul ou do Marsilac parecem estar num “outro tempo das coisas”.

As ideias de “um outro tempo” e de “uma outra referência” chamam bastante a atenção, como reforça outra observação de Macarrão: “Parece que quanto mais você vai indo pro fundo [para o sul da cidade de São Paulo] parece que está menos evoluído, que tem uma lei que é só lá dentro. Não que aqui não tenha, mas a gente aqui vai tendo mais acesso, a gente está mais perto das coisas. É esse negócio de viver em rua de barro, de terra, de ver muito corpo no chão, eu vivi isso aqui, mas hoje eu vejo muito menos. Lá ainda tem barraco de madeira, não tem banco, não tem nada, e aqui era a mesma coisa e isso vai criando outras regras de sobrevivência. Coisa de

pivete roubar outro, lugar que não tem água encanada ainda, luz. Aqui já tem. Lá tem barraco mesmo, sem luz, sem chuveiro. É estranho ver isso aí dentro de São Paulo, por isso que parece que está em outro tempo”.

Outro tempo. Um tempo de bairro demais precário e demais violento, um tempo de indigente infra-estrutura e assassinatos muito frequentes. Um tempo de exclusão, o bairro muito isolado e sem acesso a bens citadinos. As lembranças de Macarrão fazem paralelo entre o seu bairro de infância, o Sonho Azul, e o distrito Marsilac, ligando ambos ao passado. Como se o Sonho Azul e o Marsilac ainda vivessem em outro tempo, estranho ao presente de São Paulo.

Nesses locais, outra referência informa a vida das pessoas e, para pensar a diferença, Macarrão recorre aos sinais dos gêneros musicais ouvidos pelos jovens. Conta que o *funk carioca* e o *forró calypso* são os mais escutados⁵⁰. Macarrão relata que “Antigamente, nas festas de rap que a gente frequentou, tinha muito pouca mulher, tinha muito mais a coisa da luta, de reivindicação, misturado com as coisas do crime. O funk e o forró não têm essa característica, o funk até tem um pouco, mas o forró não tem nenhuma, é só putaria, cachaça e putaria”.

⁵⁰ O *funk* ao qual Macarrão se refere não corresponde ao *soul funk* ou *funk de raiz* desenvolvido a partir da década de 60 com referência à cultura negra norte-americana. Macarrão se refere ao *funk carioca*, estilo que nasce dentro da cultura hip-hop no Rio de Janeiro e que atualmente tornou-se conhecido, entre outras características, pela frequente banalização do sexo em suas letras. Por sua vez, o *forró* ao qual Macarrão se refere também não corresponde à música de origem nordestina e que se tornou conhecida por artistas como Luiz Gonzaga ou Dominguinhos. Segundo Macarrão, trata-se de um *forró* com influência do estilo *calypso caribenho*, entre nós muito divulgado pelo grupo justamente conhecido como Banda Calypso.

Macarrão compara as festas que frequentou às festas que os jovens do Sonho Azul e do Marsilac frequentam. O contraste dos estilos musicais apresenta diferenças de um certo posicionamento que acompanha cada um deles. Luta, reivindicação, crime, poucas mulheres em um; “cachaça e putaria” em outro. As festas dentro do movimento *hip-hop* pareciam trazer alguma proposta de politização, algum discurso sobre a realidade, acompanhado de alguma prática coletiva. Não que deixassem de incluir a violência presente na região e fortes traços machistas, como revela o diálogo entre Bola e Macarrão:

Macarrão: A gente vive referência do quê aqui? Vem desde Cabo Bruno⁵¹ nos anos 80, tá ligado? Até quando começou todo mundo um matar o outro. As referências que a gente tem é o próprio *rap*. Quantos caras do *rap* morreram? Com briga besta! Besta! Do mesmo jeito os Bronx e os Ninjas que se matavam⁵². A gente é meio fruto dessa porra, isso que é foda, entendeu?

Bola: Era o universo.

Macarrão: A gente via mais isso acontecer, esse tipo de luta. Era o cara que tava do seu lado. Não via gente envolvido em luta social, na política. Porque eu conheci, estou falando de mim, eu fui buscar a origem quando eu conheci o *rap*, quando eu conheci o Kall, o Gaspar⁵³, esses caras falavam de Zumbi, de ler livro. Mas eles não eram do lugar. Do lugar a gente não tem.

⁵¹ Cabo Bruno foi um policial militar, acusado de muitas mortes na Zona Sul do Município de São Paulo. Atuava como os chamados “justiceiros”, executando bandidos.

⁵² Conforme dito anteriormente, os Bronx e os Ninjas eram duas conhecidas gangues da década de 90, no distrito Jardim Ângela. Eram bastante envolvidas em atividades criminosas e travavam embates entre si, o que resultou em muitas mortes.

⁵³ Conforme contam no relato sobre a Banca, Kall foi um dos fundadores da posse de hip-hop Conceito de Rua. Segundo Macarrão, Kall e Gaspar faziam parte da “linha de frente da posse”.

O movimento *hip-hop* parece ter alcançado jovens cujo cotidiano era marcado pela exclusão social e pela violência. Nas relações entre os jovens que participavam desse movimento, brigas e homicídios conviviam com ideias, histórias sobre lutas sociais e o apelo para a leitura de livros. Ao mesmo tempo em que reproduziam a violência do bairro, procuravam resistir contra violências. Eram jovens geralmente alheios a iniciativas de uma ou duas décadas atrás, as iniciativas de moradores da região engajados em desaparecidas ou enfraquecidas organizações populares. Como observa Bola: “Você lembrou o *hip-hop*, então, tem que ver se a iniciativa da cultura *hip-hop* prevalecer e as pessoas mudarem, pra ver se vai ser uma memória de luta social. Porque o *hip-hop* ele é isso. De repente foi o primeiro movimento”.

Bola reconhece no *hip-hop* o caráter de luta social: iniciativa de uma forma de cultura que, prevalecendo, muda pessoas e pode marcar a memória coletiva. Além disso, opina que talvez tenha sido o primeiro movimento social na região, revelando o seu desconhecimento quanto a outras iniciativas de organização popular que o antecederam. A opinião é compreensível e sugestiva: o *hip-hop* foi a primeira influência que o levou a questionar a sociedade e o estimulou a desenvolver ações em seu bairro, no caso as festas e os shows.

No entanto, Macarrão conta que foi somente em 1999 que veio a conhecer pessoas que atuavam no movimento *hip-hop*, observando ainda que elas “não eram do lugar”. A posse Conceito de Rua iniciou suas atividades apenas em meados da década de 90 e estava localizada no Capão Redondo,

distrito vizinho. Segundo Bola, o que havia em seu próprio bairro eram moradores que faziam festas na rua.

Bola: Eu tenho referência dos caras que faziam as festas.

Marcus: Que era o SomDiDrão?

Bola: É.

Macarrão: Era uma militância. Queriam ouvir o som deles.

Bola: É, fazer festa na rua. Mas também o crime estava junto, velho, estavam todos ali, entendeu? Você está ali, curtindo a festa e de repente sai um tiroteio.

Macarrão: A violência estava nas festas. Não é todo mundo, precisa de duas pessoas, são algumas. Não é também todo mundo que vira criminoso, mas no mundo que a gente vive aqui é um ambiente que é meio fora da lei. É o mundo que todo mundo acaba vivendo. Segurava raiva, segurava medo. É foda. A diferença é a violência.

Conforme Bola já nos havia relatado anteriormente, o SomDiDrão teve grande influência em seu percurso. Novamente, a violência e a ação dos moradores – no caso em torno da música e da organização de festas – estavam juntas. Não é à toa que, para Bola e Antão, um dos principais desafios em seus eventos era realizá-los evitando a ocorrência de conflitos fatais, num esforço para desassociar a violência das atividades promovidas por eles.

Bola nos traz ainda outra lembrança do que presenciou em seu bairro:

Bola: Um bagulho que eu lembro também, quando eu era mais novo, era quando eu ia muito nos campos de futebol com meu pai. Naquela época, tinha muito esse lance de estar cheio sempre. Na beira do campo você via assim, mano, uma pá de gente em pé em volta, no campo inteiro, e era a pampa. Acho que era um outro lance dos caras “AAAAHHHHH!”. [Bola expressa o que seria um gesto catártico de externalização com intensidade] E essa era a minha referência, eu lembro das pessoas se unirem para fazer alguma coisa assim e era a pampa, por mais que o risco estivesse ali, pode ter uma bomba na bola, mas eles estão chutando.

Macarrão: E o campo tinha também isso, qualquer quebrada as pessoas queriam garantir o campo. Quase sempre é numa área particular e o cara dono do pico deixa algum morador ficar lá em troca de cuidar de toda a área. Porque é o campo e uma puta área do lado, velho.

A vivência de Bola quando pequeno nos campos de futebol foi marcada pela presença de um grande número de moradores do bairro em um espaço aberto e em torno de algo que lhes era comum, com o que se divertiam e pelo que torciam, gritavam. Segundo Macarrão, essa era uma experiência bastante estimada na maioria dos bairros pobres que, de algum modo, sempre contam com moradores que batalham por um campo de futebol. Juntar-se com vizinhos em torno de uma atividade de lazer comum a todos, seja a música ou o futebol: essa é uma iniciativa que Bola, com certa razão, não toma como caso exemplar de luta social. Há traços incipientes de uma ação política coletiva: conquista de grupo, atividade compartilhada e organizada por moradores de um mesmo bairro e num espaço que em alguma medida se abriu para todos. Mas não havia consciência ativa, um projeto mais ou menos consciente de alteração de mentalidade ou do regime local de sociabilidade. Não havia denúncia ou discussão de privações ou preconceitos públicos.

A experiência de Antão no que se refere às relações que estabelece com o passado contrasta com as situações de Bola e Macarrão. Antão narra o caminho que o levou a desenvolver ações, não somente em seu bairro, mas também no mundo do trabalho:

Antão: A Igreja, na época a Igreja tinha como se fosse um mutirão, tinham as procissões, e a procissão era protesto. Entendeu? A

procissão era um protesto. Na Igreja a gente fazia mutirão aqui pra ajudar o pessoal a fazer as casas. Eu particularmente fui uma das pessoas que ajudava a organizar os mutirões pra povoar o morro ali. Tinha o cara que vinha e tava morando na rua e não tinha dinheiro pro material de construção, ou então o cara só tinha o material de construção, e lembrou de alguém, um vereador, tinha um depósito, no depósito tinha um cimento, e a gente pegava o cara que era pedreiro, o cara que fazia massa, o que podia carregar a massa, o outro que era carpinteiro e juntava as pessoas no final de semana e fazia a casa do cara. Então a Igreja foi fundamental pra mim.

Marcus: Qual Igreja?

Antão: A Igreja Católica. Independente de ser católica, era a Igreja daqui.

Marcus: Mas era a Santos Mártires aqui?

Antão: Na época o Padre Jaime era daqui, ele era da nossa região. Mas na época quem dominava aqui era o Padre Ailton. Ele era uma das pessoas que incentivava muito isso.

Macarrão: A Católica era mais forte mesmo aqui, não tinha tanto evangélico.

Antão: Na missa mesmo, já falavam de sindicalismo, falavam de como o cara tinha que se portar no local de trabalho. Tanto é que no meu primeiro emprego, eu cheguei na Coca-Cola procurando um cara do sindicato porque eu queria ficar sócio, eu queria me sindicalizar. E aí acabei virando sindicalista depois. Cheguei lá com uma semana de trampo, na experiência, “Quem é o cara do sindicato? Quero ficar sócio.” Porque a história que eu conhecia do sindicalismo, que eu conhecia do Lula, veio através disso aí, do mutirão, da luta social.

Dentre os três, Antão parece ter sido o único influenciado pelas ações desenvolvidas no interior da Igreja Católica e pelo movimento sindical, experiências já de algum modo consagradas pela literatura como movimentos sociais propriamente ditos. No entanto, Antão não sente ter trazido seu aprendizado naqueles movimentos para as ações que desenvolve no bairro com a Banca: “É uma pegada meio diferente, fazer festas, eventos, é uma coisa mais na quebrada, e eu não conseguia assimilar isso. Um dia eu estava na porta da empresa, no carro de som, e falava de dissídio, jornada de trabalho, férias, companheiros, uma pegada é aquilo. A outra é aqui na praça:

“Aeh rapaziada! Aeh mulherada! Vamos fazer um som aí!” Entendeu? É diferente. Depois de um certo tempo comecei a convidar o pessoal da empresa pra participar das festas, pra trazer as famílias pros eventos. Mas no começo era foda. Como vou trazer isso de lá pra cá e levar isso daqui pra lá? Lá no trampo, tinha aquela coisa tradicional, o trabalho, o cara vai tramar, tem carteira assinada. A gente não via o trampo da Banca como um trabalho. Era mais as festas”.

De fato, nos relatos sobre a história da Banca, durante um bom tempo, suas ações tinham por objetivo a realização de festas e, conforme nos disseram, era “a festa pela festa”. Enquanto as ações da Banca se restringiram ao que poderíamos chamar de dimensão do lazer, Antão as percebia como algo bastante distinto da atuação que nesse período desenvolvia no movimento sindical: “Agora, está começando a afunilar isso aí. Isso que a gente faz pela Banca é o trampo, a gente está empregando pessoas, está gerando renda, está botando o pessoal pra trabalhar. O pessoal das fábricas que eu representava no sindicato me liga pra saber dos eventos, diz que o que o que eu faço é da hora, que não tem isso na comunidade deles. E, hoje em dia, estou preparando a molecadinha que vem nas oficinas, pro mercado de trabalho, falando como são as coisas, ou ensinando uma coisa mais de economia solidária”.

Para Antão, o caráter de uma luta social era claro na conquista por direitos e melhorias nas condições de trabalho por seus colegas de fábrica. É só ao se configurar como um trabalho que as atividades da Banca parecem adentrar uma dimensão onde, então, há luta social. Criar oportunidades de

trabalho para os jovens moradores do bairro, oferecer-lhes uma certa consciência sobre o funcionamento do mundo do trabalho e apresentar-lhes lógicas econômicas mais solidárias e menos competitivas. Antão traz os aprendizados do modelo do qual se beneficiou quando participava das atividades da Igreja Católica. Conforme nos disse: “Na missa mesmo já falavam de sindicalismo, falavam de como o cara tinha que se portar no local de trabalho.” Seu percurso eclesial e sindical começa a se apresentar como uma referência para as ações que hoje desenvolve no bairro e essas, agora mais que antes, passam a ser percebidas como uma ação política.

Bola e Macarrão, por sua vez, parecem não ter sido alcançados pela atuação da Igreja Católica nem pelo sindicalismo. Suas ações não parecem, para nós e para eles mesmos, sustentadas por liames históricos com ações que se desenvolveram na região nas décadas de 70 e 80. Haveria influência subterrânea do passado distante em inspirações que julgam retirar do passado recente? Nada pudemos recolher dos depoimentos que assegurasse satisfatoriamente uma influência assim. Inclino-nos muito mais para a afirmação de que não há vínculo consistente de Bola e Macarrão com o passado político do Jardim Ângela. A informação sobre aquele período, alguma informação, veio incipiente e lacunar pelo engajamento deles no movimento *hip-hop*. A julgar pelos depoimentos, transparece o respeito que têm por aquele período e seus agentes, um apreço à distância e pouco nutrido, mas a influência recente advinda de agentes do *hip-hop* é incomparavelmente mais decisiva e reconhecida.

Bola e Macarrão julgam que a região conheceu àquela época uma situação de precariedade urbana e violência comparável ao que viveram na infância e na adolescência, e ainda comparável ao que vivem persistentemente os jovens do extremo sul da zona sul. O passado, como sabe Antão e como Bola ou Macarrão quase desconhecem, foi período de militância política no bairro, a militância associada a ações pastorais e militância sindical. As soluções “diversionistas” e evasivas para os problemas econômicos e psicossociais da região, soluções adotadas pelos jovens do extremo sul, são severamente julgadas por Bola e Macarrão. Bola e Macarrão representam jovens que, na infância e juventude, hoje mais ainda, buscaram e buscam soluções por meio da adesão a uma forma de arte engajada, o *hip-hop*, no campo da qual esperam inclusive formar estratégias de trabalho e sobrevivência. O modelo de luta social coletiva ou o modelo de ações políticas que parece operar na consciência e nas atividades de Bola e Macarrão é retirado das tarefas no bairro exigidas pelo desejo de consolidar o *hip-hop* e a Banca e é também retirado das aprendizagens que estes jovens realizam em suas experiências com ONGs, seus agentes, práticas e valores.

O caso de Antão merece, todavia, atenção. Esse morador associou-se a Bola e Macarrão por razão do *hip-hop* e das tarefas da Banca. Entretanto, conheceu experiências significativas de militância no bairro, de ações pastorais e sindicais. E eis aí um tema a que somos outra vez devolvidos e ao qual dedicaremos uma nova pesquisa: Antão é um exemplo vivo dos diferentes poderes e limites dos movimentos sociais, os de antes e os de agora, no Jardim Ângela. Como já assinalamos, as habilidades e ações que

Antão adquiriu e assumiu no passado não são imediatamente transferidas para as tarefas assumidas ao lado de Bola e Macarrão. Uma grande comunidade de problemas econômicos e morais foi sempre sentida, mas as estratégias pelas quais foram e são solucionados e enfrentados são tão diferentes que a experiência num caso não implica em experiência imediatamente transferível ao outro caso. É de modo oblíquo que, afinal, a experiência de um mutirão vem comunicar-se com a experiência de uma festa de *hip-hop*. Ao que tudo indica, as metas, as práticas e a mentalidade num caso e noutro não coincidem: afinam-se muito profundamente, mas necessitando, para que as unamos, mediações que não são óbvias. Notamos, por exemplo, como dissemos atrás, que uma ponte entre os dois campos de experiência é mais notável quando a Banca empenha especificamente a organização do *hip-hop* como uma organização de trabalho, exigindo decisões sobre como regular relações de trabalho e como gerar renda.

Como vimos, a organização do *hip-hop*, quando representada pela organização de festas e organização da arte (composição de formas e mensagens, especialmente a composição de *rap* pelos MC's), desenvolve-se até se tornar uma tarefa de organização eminentemente política. Por exemplo, vimos que uma quermesse põe problemas de sociabilidade e exige a operação de uma lógica diferente da lógica policial e da lógica de moradores violentos ou acuados; uma quermesse faz agir sobre ordens vigentes, querendo inaugurar outra ordem de sociabilidade. No entanto, as tarefas políticas postas pela militância no bairro, na fábrica ou no sindicato, para Antão, só parecem entrar em comunicação com as tarefas da Banca quando esse grupo

se coloca problemas de trabalho gerador de renda. Resta indagar se os limites estão na ação, de fato, ou na concepção de ação política que orienta o olhar de Bola, Macarrão e Antão; em outras palavras, caberia refletir se o que entendem ser uma ação política indica uma concepção de política restritiva, referida a momentos extraordinários ou contextos específicos como as fábricas, ou se, de fato, refletem a crítica que fazem aos limites de alcance de suas próprias práticas.

Sposito (1994) afirma que, na década de 80, em decorrência da pouca atração que movimentos sociais, partidos e sindicatos exerciam sobre os jovens das classes pobres, a ação coletiva encontrou outras formas de constituição, associadas a novas modalidades de apropriação do espaço urbano. Somado a isso, observa-se nesse período o enfraquecimento da escola como agente de socialização para os jovens, assim como o enfraquecimento do mundo do trabalho nos processos de construção identitária. Como resultado, a rua ganhou importância como espaço de socialização da juventude e diversas formas de agrupamentos coletivos surgem na cidade.

O movimento *hip-hop* se encontra dentre aquilo que a autora chama de “manifestações do agir coletivo juvenil no mundo urbano”. Para além de um “gênero musical, consumido pela juventude, em especial negra e trabalhadora”, caracteriza-se também por ser uma “prática de produção cultural, e não apenas modalidade de consumo”, e por ser “uma forma

peculiar de apropriação do espaço urbano e do agir coletivo, capaz de mobilizar jovens excluídos em torno de uma identidade comum.” (SPOSITO, 1993: p.161-178).

A cultura *hip-hop*⁵⁴ teve origem no final da década de 60, em bairros pobres de Nova York nos quais a grande maioria de moradores era negra. Foi um período em que os conflitos raciais se intensificaram pelo território norte-americano. Surgiram organizações contra as políticas racistas do governo estadunidense e contra práticas discriminatórias em geral. Foi o momento de aparecimento dos Panteras Negras e de líderes como Malcom X e Martin Luther King, assassinados em 1965 e 1968 respectivamente. A igualdade de direitos entre brancos e negros ganhava ênfase em meio a tensões sociais latentes ou ostensivas. Era também um período em que a cultura negra norte-americana já havia dado sinais significativos de sua potência na criação de gêneros musicais como o *blues*, *jazz*, *soul* e o *rock and roll*.

Àquela época, bairros nova-iorquinos como o Bronx se tornaram conhecidos pelos diversos embates entre gangues de jovens que disputavam entre si o domínio do espaço e praticavam crimes e atos de vandalismo. A população negra se deparava com o problema da violência e da contraviolência, não apenas na relação com a sociedade que privilegiava a população branca, mas também no interior das relações entre negros. Com o

⁵⁴ As informações sobre cultura hip-hop contidas nesse capítulo baseiam-se nos seguintes autores: Motta e Balbino (2006), Maca (2005), Yoshinaga (2001) e Sposito (1993). Ainda, consultamos a página eletrônica da Central Hip-Hop – Bocada Forte, disponível em <<<http://www.centralhiphop.uol.com.br>>>, acesso em 15 de março de 2010.

intuito de evitar violência, alguns membros dessas gangues começaram a organizar festas que aos poucos se tornaram local para a apresentação de DJs e de disputas de dança de rua. Surgia então a primeira expressão artística, ou o primeiro elemento, do que veio a ser a cultura *hip-hop*: o *break dance* (dança quebrada). O *break* foi um estilo de dança de rua composto por movimentos irreverentes, quebrados e, por vezes, acrobáticos. Seus praticantes se reuniam em círculos, dentro dos quais, um a um, os participantes se dirigiam ao centro e se apresentavam. Em algumas versões sobre a história do *hip-hop*, conta-se que seus movimentos quebrados simbolizavam as sequelas físicas dos soldados egressos da guerra do Vietnã, muitos deles negros e pobres. Além disso, conta-se também que as apresentações, por vezes no formato de desafios entre as gangues, em alguma medida substituíam os confrontos violentos entre seus integrantes.

Aos poucos, esses eventos gestaram outras formas de expressão artística que, junto com o *break*, constituíram os chamados quatro elementos do movimento *hip-hop*. O DJ, cuja função era selecionar as músicas durante as festas, passou também a operar as vitrolas misturando bases musicais e construindo novas frases rítmicas que estimulavam a criatividade dos dançarinos de *break*. Mais tarde, passou-se a utilizar dois toca-discos simultaneamente, aumentando sua capacidade de criação e misturas sonoras. O MC - *Master of Cerimonies* – que em português corresponderia a um “mestre de cerimônias” – inicialmente era uma função exercida pelo próprio DJ e consistia em orientar a entrada e a saída dos dançarinos da pista ou levar avisos ao público. Por influência de músicos jamaicanos, o MC passou

a improvisar rimas e compor letras sobre a base musical conduzida pelo DJ. Juntos, o DJ e o MC compõem o estilo de música conhecido como *rap - rhythm and poetry* (ritmo e poesia). O grafite, por sua vez, é uma forma plástica de expressão artística, em que se utiliza de spray, rolos ou pincéis para composição de pinturas, na sua maioria em muros e paredes do espaço urbano.

Ainda na experiência norte-americana, tempos depois, em 1973, um grupo de jovens funda a *Zulu Nation* (Nação Zulu). Composta por promotores de festas, DJs, MCs, dançarinos de *break* e grafiteiros, a *Zulu Nation* tinha por objetivo diminuir a violência entre as gangues e resistir às práticas racistas presentes na sociedade estadunidense, a partir do fomento da cultura *hip-hop* e seus encontros artísticos. A essa modalidade de organização, os participantes se referem como “posse” e suas atividades destacaram o que para muitos é considerado o quinto elemento deste movimento: a consciência e o conhecimento. As posses serão os espaços de encontro do movimento *hip-hop* em que mais fortemente se fará presente o intuito de conscientizar e mobilizar a população negra e pobre frente ao racismo e as injustiças sociais que os vitimam, assim como estimular a busca por conhecimento e informação, entendendo ambas como ferramentas importantes em processos de emancipação.

A disseminação desse movimento para outros países do mundo encontra forte receptividade, em especial naqueles em que os desafios enfrentados pela população negra parecem se repetir. Conforme Maca nos diz:

Antes de ser local, o problema do negro é diaspórico, por isso a virulência do rap encontra-se mundializada. A exemplo do rock e do reggae, o rap tornou-se uma linguagem sem fronteiras. Extrapola os limites nacionais e adquire a ‘cor preta e pobre local’ de cada sítio onde se instala (2005: p.6).

No Brasil, a cultura *hip-hop* chega à cidade de São Paulo durante a década de 1970, em locais onde a música negra norte americana já vinha conquistando público, como nos chamados bailes *funk* ou bailes *black*. Nas lojas da Rua 24 de Maio, região central do município, era possível adquirir discos e roupas que acompanhavam o crescente sucesso de artistas como James Brown, assim como conhecer as pessoas que se identificavam com essa tendência, a *black music*.

No início da década de 80, a praça do Largo São Bento se tornou o ponto de encontro de praticantes do *break*. Em sua maioria, seus frequentadores moravam em bairros da periferia da cidade e trabalhavam no centro, muitos como *office boys*. Inicialmente, os grupos de dançarinos eram denominados como *crews* (tripulação, turma, grupo), e depois como bancas, as bancas de *break*. Em torno desses encontros, constituíram-se as primeiras posses. No final da década de 80, a Praça Roosevelt, também no centro da cidade, tornou-se palco para a formação da posse *Sindicato Negro*, com mais de 200 integrantes.

A partir da década de 90, os encontros nas regiões centrais da cidade perderam força, ao mesmo tempo em que se constituíam posses nos bairros periféricos. Teve início, então, um processo de disseminação do movimento *hip-hop* para as regiões pobres da cidade, onde moravam as mesmas pessoas envolvidas nos encontros do movimento no centro. Essa mudança contribuiu

para que a posse e o movimento *hip-hop* em São Paulo passassem a desenvolver ações em função da realidade desses bairros⁵⁵.

Um fato importante ocorreu em 1999, quando a prefeitura do município de Diadema inaugurou a Casa do Hip Hop, fruto da mobilização de jovens em busca de local para ensaios, oficinas culturais, *workshops* temáticos e encontros em geral. Além de se tornar um centro de referência para o movimento *hip-hop* em toda a Grande São Paulo, constituiu-se também como um marco na inclusão do *hip-hop* pelo Estado em suas políticas culturais⁵⁶.

O movimento *hip-hop* apresenta uma série de características que possibilitam aos jovens a experiência de outra posição frente à sociedade, possibilitando uma espécie de virada política, dentre as quais vale sublinhar (1) o ímpeto em ocupar, em se apropriar e se expressar no espaço público; (2) suas formas de expressão artística, especialmente o *rap* e o grafite, por onde constroem e levam a público um discurso sobre a dominação e a exclusão vividas no seu cotidiano; e (3) seu modo de organização coletiva, as posses, onde experimentam e se desenvolvem como artistas, disseminam um discurso e constroem por si mesmos um espaço de lazer e cultura, tão raro em seus bairros.

⁵⁵ Vale lembrar que foi também no final da década de 80 que produziram-se os primeiros discos de grupos de rap brasileiros. Em formato de coletâneas, esses trabalhos lançaram diversos artistas do gênero e aos poucos conquistaram espaço na indústria fonográfica. Dentre essas estavam “Hip-Hop – Cultura de rua”, responsável por tornar conhecido um dos primeiros grupos de rap no país, Thaíde e DJ Hum. No mesmo período, a coletânea “Consciência Black, Vol.1”, apresentava ao grande público o Racionais MC’s, atualmente, o grupo mais escutado no Brasil. As coletâneas se constituíram como estratégia importante de estímulo à produção musical de novos grupos.

⁵⁶ Conforme informações disponíveis na página eletrônica da Casa, disponível em <<<http://www.acasadohiphop.blogspot.com>>>, acesso em 27 de fevereiro de 2010.

A cultura *hip-hop* se disseminou via processos não somente mercadológicos da indústria fonográfica, mas também via processos de sensibilização quanto à injustiça social, oferecendo uma possibilidade de pertencimento em meio a um contexto urbano em que as práticas coletivas são constantemente desmontadas ou nem sequer chegam a se constituir. Esses jovens se identificam pela experiência de discriminação, violência policial, dificuldade para entrar no mercado de trabalho, assim como por uma história comum, a história de explorados e descendentes de escravos. Tal pertencimento lhes ativa uma dignidade política que a cordialidade servil não responde, como observa Maca:

O rap instala um conflito na tradição sonora do país. Tanto em sua estrutura musical como na linguagem verbal a adoção de traços polêmicos torna pública a transformação ocorrida na postura da juventude negra, que assina sua própria representação, assumindo a tensão social como alternativa artística possível e urgente. Nega duplamente a cordialidade construída pelo mito da democracia racial brasileira, herdando elementos do Black Power e agindo de forma a se aproximar da contundência de Malcom X e dos Panteras Negras, eleitos como modelos transgressivos (MACA, 2005: p.6)

A dignidade política a que se alçam ao participar deste movimento, estabelece-se pela denúncia de uma injustiça e uma recusa a aceitar um lugar social no qual tenham acesso a menos direitos que outros cidadãos. A música “Hey Boy”, do grupo Racionais MC’s, explicita a tensão entre diferentes classes sociais, entre moradores de uma mesma cidade que, no entanto, recebem distintas oportunidades:

[...] Hey Boy...
Você faz parte daqueles que colaboram
Para que a vida de muitas pessoas
Seja tão ruim

Acha que sozinho não vai resolver
Mas é por muitos pensarem assim como você
Que a situação
Vai de mal a pior
E como sempre você pensa em si só
Seu egoísmo ambição e desprezo
Serão os argumentos pra matar você mesmo
Então eu digo Hey boy...

Não fique surpreso
Se o ridículo e odioso
Círculo vicioso
Sistema que você faz parte
Transforma num criminoso
E doloroso
Será ser rejeitado humilhado
Considerado um marginal
Discriminado, você vai saber
Sentir na pele como dói
Então aprenda a lição
Hey Boy...

-Aí boy sai andando aí certo [...] ⁵⁷

Conforme já dito, foi como trabalhador do Instituto Sou da Paz que conheci Bola e Macarrão. Durante alguns anos atuamos juntos no Jardim Ângela. Foi deste lugar que formulei pela primeira vez o objeto dessa investigação e, em alguma medida, foi dessa perspectiva que continuei a percebê-lo ao longo do desenvolvimento da pesquisa. No entanto, nesse processo, aproximei-me de Bola e Macarrão – de suas ações, histórias e pontos de vista –, assim como conheci um pouco da história dos movimentos sociais, do movimento *hip-hop* e das próprias ONGs. Ao longo desse

⁵⁷ Trecho da música “Hey Boy”, do grupo Racionais MC’s, em seu primeiro álbum *Holocausto Urbano*, (1990).

percurso, como é esperado e mesmo desejável no desenvolvimento de uma investigação científica, o modo pelo qual defini o foco da pesquisa se modificou.

No momento em que iniciei a investigação, dois grandes pressupostos contavam, pressupostos que integram discursos presentes em ONGs dedicadas ao desenvolvimento de projetos para jovens. O primeiro deles pode ser resumido da seguinte forma: a melhor maneira de contribuir para o enfrentamento dos problemas que atingem os jovens é envolvê-los em ações como propositores, e não como simples receptores ou beneficiários. A construção de práticas que tenham como norte o protagonismo dos jovens foi encampada por diversas ONGs⁵⁸ e alguns programas de governo⁵⁹. Tais práticas propõem superar a lógica de proteção e tutela presente no Estatuto da Criança e do Adolescente, afinando-se melhor a um momento da vida fortemente caracterizado pela busca de autonomia, emancipação e que demanda com mais intensidade oportunidades de experimentação e inserção social (cf. ABRAMO, 2005).

Voltadas para os jovens que se encontram em situação de exclusão social, tais iniciativas utilizam estratégias que apostam, não somente, na inserção em mercados de trabalho, “[...] mas também na aposta da contribuição dos jovens para a resolução dos problemas de suas comunidades

⁵⁸ À título de exemplo, podemos citar as organizações paulistas que integram o Conselho Nacional de Juventude: Ação Educativa, Aracati, Cidade Escola Aprendiz, Instituto Ayrton Senna e o próprio Instituto Sou da Paz. Para mais informações, ver a página do Conselho, disponível em <<www.juventude.gov.br/conselho>>, acesso em 14 de fevereiro de 2010.

⁵⁹ Por exemplo, no Governo federal, o Agente Jovem de Desenvolvimento Social.

e sociedades, através do engajamento em projetos de ação social, voluntariado etc.” (ABRAMO, 2005: p.21). No entanto, Abramo (2005) dirá que essas ações, com frequência, não problematizam e sequer incidem sobre o vigente modelo brasileiro de desenvolvimento econômico, de modo que os jovens são inseridos em uma estrutura a serviço de um projeto de sociedade do qual não participaram e tampouco o conhecem.

O segundo pressuposto – presente inclusive no discurso de ONGs que não desenvolvem trabalhos com jovens – encontra-se na democracia, mais especificamente na democracia participativa. Ao longo de meu percurso como trabalhador em ONGs, aprendi a valorizar esse modelo de organização do sistema político: a participação da sociedade civil nos debates sobre questões públicas referentes a problemas coletivos, o engajamento que desses debates decorrem e a aproximação entre população e governo, na aposta que, assim, as políticas públicas possam ser melhor formuladas e implantadas.

Putnam (2002), em seu estudo sobre a democracia na Itália moderna, localiza uma forte relação entre o grau de civismo e a efetiva atuação do Estado. O autor compara o desempenho de governos no norte e no sul da Itália em fins do século XX e afirma: “Praticamente sem exceção, quanto mais cívico o contexto, melhor o governo” (PUTNAM, 2002: p.191). Em outras palavras, uma sociedade civil atuante estimula a qualidade do Estado.

Imbuído das orientações acima, foi com grande satisfação que acompanhei a dedicação de Bola, Macarrão e Antão ao empreendimento da Banca como uma organização que lhes proporcionasse trabalho significativo, persistência de ações culturais no bairro e renda. Quais jovens conseguem dar

continuidade a um projeto tão imprescindível e tão interditado? Na grande maioria das vezes, entre jovens que no bairro tenham vivido a participação pública, a entrada no mercado de trabalho, apesar da conquista que representa, consome o tempo necessário para manterem suas práticas locais de cidadania. A Banca, ao pretender conciliar ação cultural e trabalho, representou a construção de condições e possibilidades de contribuir para a continuidade e o desenvolvimento de uma cultura cívica no Jardim Ângela.

No texto apresentado por ocasião do exame de qualificação, era tal a ênfase sobre as intenções e as práticas do Instituto Sou da Paz que acabei por me referir às iniciativas daqueles jovens como resultado de influentes projetos externos. No entanto, agora é possível reconhecer, uma outra influência muito marcante contribuiu para o percurso desses rapazes como agentes: o movimento *hip-hop*. Não o *hip-hop* como influência importada, mas como uma influência externa que contribuiu para que tivessem maior clareza e referências de ação para encaminhar aspirações e ações sentidas como próprias e urgentes.

Na época, eu já sabia do gosto musical de Bola e Macarrão pelo *rap*. Porém, não percebia que aí havia uma “referência” importante, em grande consonância com seu modo de agir no bairro. Não percebia que, na experiência de Bola e Macarrão, em sua adesão ao *hip-hop*, a contribuição externa só foi decisivamente adotada porque não foi sentida como importação postiça, mas como estímulo à sua autenticidade, como linguagem para a nomeação, acentuação, expressão e pensamento do que viviam.

As ONGs, eu diria hoje, nunca me pareceram agir tão profundamente: o Instituto Sou da Paz e seus agentes são sentidos como parceiros; o *hip-hop* é sentido como “familiar”; os agentes de *hip-hop* são sentidos como eles próprios. Não será isso que torna possível uma relação não servil com o *hip-hop* e que inclui até mesmo objeções? A atuação de Macarrão como membro do Instituto Sou da Paz é pensada como desempenho de um trabalho importante e solidário, mas, como já vimos, também como um trabalho sob direção e, mais importante, sob direção forasteira. Já o trabalho na Banca é pensado como desempenho de uma vocação, interiormente necessária, vitalmente necessária. O prolongamento de minha exposição aos relatos de Bola e Macarrão, o avanço na tarefa de analisá-los, o contato com a história dos movimentos sociais no distrito do Jardim Ângela e adjacências e com a história do próprio movimento *hip-hop* incrementaram minha percepção do lugar que cada uma dessas influências ocupa no percurso dos depoentes.

Bola e Macarrão se percebem integrando a história do movimento *hip-hop*, uma história que, num determinado momento, encontra-se com outra, mais ou menos extrínseca, a história das ONGs. O movimento *hip-hop*, não lhes trouxe apenas um estilo musical, mas foi uma referência inaugural de luta social e de um discurso crítico sobre a sociedade, acompanhado de um agir. Foi influência que participou de sua assunção como agentes e se constituiu como uma identidade que os uniu a um grupo. Aguçou sua percepção quanto a certas manifestações de injustiça social, nomeando diversas de suas experiências, estimulando-os a criar suas próprias narrativas, músicas e ações no bairro. Passaram a se reconhecer, então, como

autores e portadores de uma percepção relevante e necessária. Com as posses, eventos e festas, promoviam espaços culturais em sua região. Ainda que precários em termos de recursos e de repertório artístico, suas ações estavam em íntima ligação com o que percebiam como falta em seus bairros. O movimento *hip-hop* os autorizou a não apenas receber, mas, a partir de sua própria realidade, a construir algo e agir.

As ONGs incidiram nas trajetórias de Bola e Macarrão num momento em que já estavam no campo da ação social – ainda que sem muita consciência disso –, reconhecendo o valor de suas ações e acrescentando meios para desenvolverem-nas. Nos relatos *O celular roubado* e *A batida policial*, as ONGs aparecem também como parceiras na sustentação de um discurso e uma prática capazes de intervir em situações de violência. Parceiras que os impulsionam a agir em favor de uma lógica oposta as habituais práticas de policiais e mesmo de moradores do bairro.

Porém, tais organizações, ao contrário de mobilizá-los em torno de uma identidade comum, são formadas por agentes egressos de outras classes sociais, classes em conflito e antagonismo com as classes pobres de que Bola e Macarrão fazem parte, contexto que resulta em barreiras de difícil superação. Bola e Macarrão encontram nas ONGs, não apenas um modelo para se estruturarem, mas também seus limites.

Os anos 2000 deram sequência ao período de regime democrático que se instalou no Brasil a partir de 1984. A aposta de diversos atores no campo da ação social, apoiada nas possibilidades abertas por uma jovem democracia, foi a de influenciar as políticas públicas e contribuir para o aprimoramento

do trabalho do Estado. Por outro lado, foi também período em que os impasses das experiências socialistas em outros países nas décadas de 1980 e 1990, já impactavam a crítica ao capitalismo, crítica esta que perdia força por não conseguir formular um outro modelo econômico. Para Oliveira (2002), ao não propor incidir num sistema econômico que, tão nuclearmente, gera processos de exclusão que vigoram em nossa sociedade, as ONGs rumaram para um tipo de discurso pragmático, do que é possível e viável:

A tendência em curso de transformar toda a política em cálculo da viabilidade – e as ONGs fazem isso muito bem – tende a transformar as ONGs em administradoras do consenso, em ventríloquos da escassez, que se imporá necessariamente numa economia capitalista. É preciso não esquecer o mais óbvio: trata-se de uma economia capitalista e isso deveria dizer tudo. Trata-se de um sistema que não distribui automaticamente, e mesmo onde o capitalismo logrou parcialmente essa façanha, na abundante sociedade norte-americana, o fenômeno está em franca regressão (OLIVEIRA, 2002: p.61).

Oliveira (2002) problematiza justamente um aspecto que Abramo (2005) observa, em geral, não ser problematizado em trabalhos voltados para a população jovem: “[...] a aposta no protagonismo dos jovens, muitas vezes é a aposta numa ‘contribuição construtiva’ que ignora as dimensões de conflito e disputa em torno dos modelos de desenvolvimento [...]” (ABRAMO, 2005: p.21).

Tais considerações nos oferecem pistas para melhor compreender alguns limites das ações de Bola e Macarrão, e talvez de todos os atores no campo da ação social: quais são os limites em direção à justiça social em um regime democrático, em se tratando de um regime econômico capitalista?

Bola e Macarrão encontraram nas ONGs, apoio para a estruturação de sua produtora cultural, a Banca, criando condições para trabalho artístico, remunerado e comprometido com o bairro e a cidade. Constituíram eles mesmos sua própria ONG, um empreendimento que, a seu modo, se insere na economia e, conseqüentemente, apresenta características que o colocam em conformidade com esse sistema. Com isso, criam-se também as condições para que suas ações sejam desvitalizadas pela lógica do mercado. A pergunta que se coloca então parece ser a seguinte: em que medida tal estrutura favorecerá e em que medida prejudicará a dedicação a práticas de cidadania e a consecução de finalidades inspiradas pelo movimento *hip-hop*?

Em se tratando de um estudo de psicologia, salientaria ainda uma outra pergunta: em que medida tais condições favorecem e em que medida prejudicam a virada política em que nos autorizamos a agir em função de nossas próprias percepções sobre o cotidiano, fazendo deste um cotidiano compartilhado onde agimos coletivamente?

BIBLIOGRAFIA

- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- . *Entre o passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida.
- . *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Trad. Denise Bottmann.
- . *Da dignidade da política*. Antônio Abranches (org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. Trad. Helena Martins e outros.
- . *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000. Trad. André Duarte.
- BENEVIDES, Regina; PASSOS, Eduardo. “Uma política com duas direções e alguns dispositivos”. Texto apresentado no grupo de estudos sobre Clínica e Política, 2004, *mimeo*.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Democracia Republicana e Participativa. *Novos Estudos - Cebrap*, nº. 71, São Paulo, 2005, p.77-91.
- CARDOSO, Ruth C. L. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (org.) *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 81-90.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1989.
- DIAS, Luciana; AZEVEDO, Jô; BENEDICTO, Nair. *Santo Dias. Quando o passado se transforma em história*. São Paulo: Cortez, 2005.
- FORACCHI, Marialice M.; MARTINS, José de S.(orgs.): *Sociologia e Sociedade – Leituras de introdução à Sociologia*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1990.
- FREITAS, M.V.; ABRAMO, H.W.; LEÓN, O.D. (orgs). *Juventude e Adolescência: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- GONÇALVES FILHO, José Moura. Humilhação social – um problema político em Psicologia. *Revista de Psicologia USP*, v. 9, n.02, São Paulo, 1998, p.11-67.

- GOUVÊA, Maria da G. de. *Educação Popular junto aos Movimentos Sociais – O Centro de Direitos Humanos e Educação Popular – CDHEP*. Tese (Doutorado em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social, PUC – SP, São Paulo, 1997.
- LANDIM, Leilah. Múltiplas identidades das ONGs. In: HADDAD, Sérgio (org.) *ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Abong/Peirópolis, 2002, p.17-50.
- LAVALLE, Adrián G.; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata M. Quando novos atores saem de cena – continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (org.) *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.35-53.
- MACA, Nélon. Algumas reflexões sobre hip-hop e baianidades. *Revista Palmares*, ano I, nº 2, dezembro de 2005, p.4-9. Disponível em <<<http://afro-latinos.palmares.gov.br>>>, acesso em 25 de fevereiro de 2010.
- MOTTA, Anita; BALBINO, Jéssica. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo), Faculdade de Jornalismo, UNIFAE, São João da Boa Vista, 2006.
- PUTNAN, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as ONGs da democratização? In: HADDAD, Sérgio (org.) *ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Abong/Peirópolis, 2002, p. 51-62.
- RIOS, Teresinha Azeredo. *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAWAIA, B. B. Cidadania, diversidade e comunidade: uma reflexão psicossocial. In: SPINK, M. J. P. (org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994, p.147-156.
- SPOSITO, Marília P. A Sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, nº 5, vol. 1-2, São Paulo, 1993, p. 161-178.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana C.C. Participação e Democracia: velhos e novos desafios. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, nº 1, vol. 6, 2006, p. 223-240. Disponível em <<revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/30>>, acesso em 12 de janeiro de 2009.

VICENTIN, M. Cristina G. *Vida em Rebelião: jovens em conflito com a lei*. São Paulo: Hucitec, 2005.

WINNICOT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro, Imago, 1975.

YOSHINAGA, Gilberto K.; *Resistência, Arte e Política – a história do rap no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo), Faculdade de Comunicação Social e Jornalismo, UNESP, Bauru, 2001.

Sites e bases de dados consultados

CENTRAL HIP-HOPBOCADA FORTE: <<<http://www.centralhiphop.uol.com.br>>>

FUNDAÇÃO SEADE: <<www.seade.gov.br>>

INFOCRIM: dados disponíveis no portal da Prefeitura Municipal de São Paulo <<<http://portal.prefeitura.sp.gov.br>>>